

**Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara
UNESP**

Gustavo Capanema: A Construção das Relações entre a
Intelligentsia Nacional e o Estado no Brasil (1934-1945)

Breno Carlos da Silva

Araraquara – SP
2010

BRENO CARLOS DA SILVA

Gustavo Capanema: A Construção das Relações entre a
Intelligentsia Nacional e o Estado no Brasil (1934-1945)

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Antropologia,
Política e Filosofia da Faculdade de
Ciências e Letras de Araraquara da
Universidade Estadual Paulista “Julio
de Mesquita Filho”

Orientador : Prof. Doutor MILTON LAHUERTA

Dezembro/2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Milton Lahuerta

Prof. Dr. Rogério Baptistini Mendes

Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

À minha família que sempre esteve
ao meu lado, fornecendo enorme apoio no
caminhar de meus estudos.

Em especial, aos meus pais, Carlos e
Nita, pela força e inspiração que sempre me
deram.

E a camaradagem dos companheiros
e amigos da República Orgasmograma.

INDICE

INTRODUÇÃO	9
------------------	---

CAPÍTULO I – ESTADO, INTELLECTUAIS, MODERNIZAÇÃO

1- Capanema: O eixo de uma rede de relações entre o Estado e a <i>intelligentsia</i> nacional.....	10
2- Gramsci e a formação do Bloco Histórico.....	18
3- Mannheim: A gênese e atuação da <i>Intelligentsia</i>	22
4- Os anos 1930 e a Modernização Brasileira	28
5- Estado e Intelectuais no Brasil nos anos 1930 : cooptação ou a formação de um novo bloco histórico?.....	34
6- Ministério Capanema : <i>locus</i> estratégico das disputas entre os projetos da <i>intelligentsia</i> nacional.....	42

CAPÍTULO II – CAPANEMA E AS RELAÇÕES COM A INTELLIGENTSIA NACIONAL

1- Capanema , a Igreja e os Intelectuais Católicos.....	49
2- Capanema e os Ideólogos do Autoritarismo	60
3- Capanema e os Pioneiros da “Escola Nova”.....	70
4- Capanema e os Intelectuais-Artistas do Modernismo.....	85

CAPÍTULO III – O LEGADO DA GESTÃO CAPANEMA

1- Ministério Capanema : um Ministério da Cultura?.....	101
2- Metodologia empregada	110
A guisa de conclusão: O papel de Gustavo Capanema na construção da nação moderna brasileira.....	114

ANEXO : Correspondência Seleccionada de Gustavo Capanema.....	117
---	-----

RESUMO

Esta pesquisa objetiva elaborar uma interpretação sobre a trajetória do intelectual mineiro Gustavo Capanema com foco nas relações construídas entre a esfera estatal e a *intelligentsia* nacional no período compreendido entre 1934-1945 no Brasil.

Nesse sentido, visa entender suas estratégias, singularidades, diretrizes, coerências e incoerências como interlocutor e articulador político nas relações entre a *intelligentsia* nacional e o Estado brasileiro para a elaboração e implantação de projetos e políticas culturais em âmbito nacional.

O suporte teórico desta abordagem se pauta na sociologia dos intelectuais, em especial, nas proposições elaboradas por autores como Antônio Gramsci e Karl Mannheim e nas interpretações de autores como Simon Schwartzman, Sérgio Miceli, Milton Lahuerta, Luiz Werneck Vianna, Daniel Pécaut, Ângela de Castro Gomes, André Botelho, que trataram o tema no referido período histórico no Brasil .

Dessa forma o papel de Gustavo Capanema, como intelectual e homem público, assegura diretrizes relevantes e pertinentes para compreendermos as relações institucionais da época com a *intelligentsia* nacional, tornando assim uma promissora abordagem sobre esta faceta do período histórico recortado, ou seja, demarcado pela construção da nação dirigida pelo Estado durante o governo constitucional e ditatorial de Getúlio Vargas no Brasil.

ABSTRACT

This research intends to elaborate an interpretation of a particular approach on the trajectory of the Brazilian intellectual Gustavo Capanema in the relationship built between the state and the national *intelligentsia* in the period of 1934-1945 in Brazil.

In order to understand his strategies, singularities, coherences and incoherences as an interlocutor and articulated politician of the national *intelligentsia* and the Brazilian Government for the elaboration and implementation of nationwide cultural projects and policies.

The theoretical support of this approach is based on the sociology of intellectuals, especially on the debate elaborated by authors such as Simon Schwartzman, Sérgio Miceli, Milton Lahuerta, Luiz Werneck Vianna, Daniel Pécaut, Ângela de Castro Gomes, André Botelho who discussed the referred theme of Brazilian history.

Thus, Gustavo Capanema's role as an intellectual and public man ensures relevant directions to understand the institutional relationship between time and national *intelligentsia*, which makes this approach promising on the understanding of this historical period, marked by the construction of a nation guided by the state during the constitutional and dictatorial Government of Getúlio Vargas.

“Ele trabalha em seu ministério - no duplo sentido da palavra - de forma quase obsessiva, implementando políticas que sem dúvida são inovadoras e que até certo ponto desafiam outros interesses políticos existentes no aparelho do Estado. A questão federativa é um ponto importante nessa reflexão, pois em vários artigos podemos perceber a manutenção discreta da resistência das representações estaduais ao “unitarismo” do ministro. Além disso a percepção da necessidade de diálogo com os intelectuais de vários tipos, tendo em vista a formulação e a execução de planos competentes e de largo alcance, é outro exemplo do processo de negociação que um Ministro e seu ministério como o de Capanema devem promover. (...)É aquela velha piada da “velocidade” política para se afastar de um local perigoso: “nem tão depressa que pareça medo, nem tão devagar que pareça provocação.”

Simon Schwartzman, *“Tempos de Capanema”*, 1984, pp.10

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa se configura em uma abordagem sobre as relações entre o Estado brasileiro contextualizado no período de 1934-1945 e os intelectuais da época, em especial, a *intelligentsia* nacional que se preocupava com os temas e rumos da educação e cultura nacional, permeadas pelo intelectual e político mineiro Gustavo Capanema.

O contexto histórico nacional elucidado pela Era Vargas (1930-1945), especificamente o constitucional de 1934-1937 e ditatorial de 1937 a 1945, demarcou-se no âmbito educacional-cultural por diversas ações e iniciativas estatais que se encontravam pautadas em novas perspectivas que circundavam e transitavam desde as esferas sociais até as da política, na qual esta relação cultura-política em particular, serve como suporte reflexivo desta pesquisa.

O intelectual mineiro, Gustavo Capanema, exerceu inúmeros cargos de grande relevância na esfera estatal durante a sua vida pública, tanto em nível estadual quanto federal, dentre os quais se evidenciam: secretário do interior de Minas Gerais (1930-1933), interventor interino em Minas Gerais (1933), ministro da Educação (1934-1945), deputado federal (1946-59) participando ativamente na Assembleia Constituinte (1946), além de outros mandatos na legislatura federal (1961-1965) pelo PSD (Partido Social-Democrático) e como deputado novamente (1966-1971) e senador (1971-1979) ambos pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional).

Entretanto a pesquisa debruçou-se no período no qual Capanema esteve à frente do ministério da Educação e Saúde (1934-1945), no qual o contexto político brasileiro foi marcado pelas diversas iniciativas por parte do Estado no que tange a projetos em âmbito nacional, em especial nas áreas de Educação e Cultura, nas quais a figura do ministro Gustavo Capanema denotou-se de forma relevante, seja como agente do Estado, homem-público e político-conciliador, ou como intelectual que exercia o papel de articulador político numa atmosfera que era demarcada pelos calorosos embates ideológicos entre os diversos grupos intelectuais e seus diversos projetos para a modernização brasileira, em especial a *intelligentsia* nacional.

CAPÍTULO I – ESTADO, INTELLECTUAIS E MODERNIZAÇÃO

1- Capanema: O eixo de uma rede de relações envolvendo o Estado e a *Intelligentsia* Nacional

As análises realizadas por alguns estudos sobre o papel de Gustavo Capanema no período de 1934-1945 quando esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde no Brasil apontam que suas iniciativas e ações poderiam nos levar a pensá-la como um ideólogo da cultura:

*“(...) a resposta é obviamente complicada. De um lado é difícil identificar uma trajetória intelectual desse mineiro como pensador social, como “homens de ideias”. Ele publicou poucos ensaios, manifestos, livros ou textos com reflexões de tipo ideológicas. Diferenciou-se muito dos chamados ideólogos do regime como Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Oliveira Viana ou seu antigo mentor Francisco Campos, que deixaram longa literatura. Outro complicador para se analisar Capanema como ideólogo é que suas proposições ora se aproximam do corporativismo católico, ora do liberalismo reformado. Relacionou-se, além disso, com personalidades de esquerda e da direita, mantendo um corpo de interlocutores bastante heterogêneos. É muito difícil associar Capanema a uma só vertente de pensamento”.*¹

Diante desta constatação a abordagem realizada neste trabalho se pautará por interpretações e estudos sobre o referido período estruturando-se em conceitos pertinentes a sociologia dos intelectuais, as propostas de reforma política - cultural e a formação do bloco histórico do pensador italiano Antonio Gramsci (GRAMSCI, 1978), gênese, função e atuação da *intelligentsia* (MANNHEIN, 2004) e (MARTINS, 1987), cooptação (MICELI, 1979), e a formação de um bloco histórico de intelectuais preocupados com um dos grandes temas do Brasil contemporâneo: a construção da nação. (LAHUERTA, 1999)

¹ WILLIAMS, D. : “Gustavo Capanema : Ministro da Cultura” IN: GOMES, A . C. (org): “Capanema: o Ministro e seu Ministério”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000. pp. 261.

Destarte nos termos gramscianos, a possibilidade de realização de alguma reforma política e, conseqüentemente, da sociedade, perpassá-la reforma cultural, no que tange às formas de capacitar ou moldar as mentalidades dos indivíduos da sociedade para realizar qualquer mudança, como também pode servir para fundamentar formas de controle e perpetuação de ambientes e hierarquizações sociais.

Pautando-se nesse aparato conceitual, é possível tecer uma interpretação deste singular momento da história nacional no qual se destaca a atuação do ministro Capanema como articulador político. A singularidade do momento e o papel de Capanema ganham mais visibilidade pela aproximação nas relações entre o Estado Nacional e a *intelligentsia* nacional.

Cabe mencionar que a composição desta *intelligentsia* nacional, com a qual Capanema interagiu politicamente no referido período, era demarcada pela heterogeneidade no que tange às ideologias e práticas políticas, evidenciando-se os grupos de intelectuais católicos, nos quais pontifica Alceu Amoroso Lima, a intelectualidade autoritária com nítidas influências fascistas, tão bem expressa por Francisco Campos e Azevedo Amaral, os modernistas, nos quais elucidavam as figuras de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade, além dos denominados “educadores profissionais” como Fernando Azevedo e Anísio Teixeira.

A partir de tal premissa, cabe elucidar que o conceito de *intelligentsia* empregado relaciona-se a seguinte afirmação: “[...] não existe relação necessária entre a condição de intelectual e a de ator político. Em outras palavras, esta última qualidade é o atributo de certo tipo de intelectuais, cuja emergência, enquanto sujeito coletivo, parece ligada a certas condições sociais, políticas e culturais.”²

Tais condições sociais e políticas encontravam-se latentes no período histórico entre 1934-1945, mas a atuação do ministro Capanema como interlocutor dos projetos da *intelligentsia* nacional e a esfera estatal permitiu sua potencialização.

O referido grupo de intelectuais consistiria na *intelligentsia*, ou seja, grupos de intelectuais que se caracterizam, e se distinguem de seus pares, por certo número de atributos, entre os quais o principal refere-se à natureza particular de suas relações com a política, ou seja, “[...] grupos, mais restritos de intelectuais que se fazem notar por

² MARTINS, L. : “A gênese de uma *intelligentsia*: os intelectuais e a política no Brasil –1920-1940” IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, São Paulo, p 65-87, 1987.pp.65.

sua capacidade de fornecer uma visão compreensiva do mundo, por sua criatividade e/ou por suas atividades direta ou indiretamente políticas".³

A *intelligentsia* se evidencia, portanto, por possuir uma visão de mundo não atrelada ao “*status quo*”, ou seja, desejosa de transformar a sociedade e a cultura vigente através de ações políticas articuladas, reivindicando a “liderança moral da nação”, isto é, atuando como uma elite dirigente, como aparece no seguinte trecho:

*“[...] praticamente em toda à parte, os membros das intelligentsias contestatórias vêm das classes superiores ou de camadas próximas delas, ou são cooptados por elas. Ademais o traço marcante nos membros de uma intelligentsia que se “desligam” dos privilégios de seu meio para clamar pela justiça social e transformação da sociedade, é a existência de algo que aparece como uma espécie de imperativo ético, que reveste o “sentido da missão” que as intelligentsias geralmente se atribuem.”*⁴

O “sentido de missão” atribuído à *intelligentsia*, no contexto nacional abordado, enquadrava-se no projeto político varguista, uma vez que a construção da nação-moderna era permeada e executada pelo Estado, assim tal construção configurava-se como a grande inquietação da *intelligentsia* nacional na época abordada.

O processo de construção da nação brasileira a partir da Revolução de 1930 foi caracterizado pela “modernização autoritária” varguista (VIANNA, 1997) através de um processo dirigido pelo Estado autoritário e burocrático em vertiginosa expansão. A *intelligentsia* nacional participou ativamente dessa discussão, na qual alguns de seus membros forneceram as justificativas ideológicas para a implantação do Estado – Novo, casos de Francisco Campos, o principal ideólogo do novo regime, e Azevedo Amaral.

Inserido neste contexto como “homem de estado”, o intelectual Gustavo Capanema construiu uma teia de relações com os mais diversos grupos de intelectuais do período, nas quais eram demarcadas pela pluralidade ideológica de seus componentes e pelo caráter da “pessoalidade” na elaboração das mesmas. Capanema demonstrava uma postura política que combinava de forma hábil e sutil, negociação e independência política no trato de assuntos públicos e nas suas relações com os mais heterogêneos grupos de intelectuais, destacando a *intelligentsia* nacional.

³ Idem, *ibid.* pp.66

⁴ MARTINS, L, *ibid.* pp. 67.

A natureza desta pluralidade era oriunda da postura singular do intelectual Capanema que transitava, dialogava, negociava e barganhava interesses e oportunidades com os mais distintos grupos de intelectuais da época, através de seus poderes como “homem de estado” de um regime, que a partir de 1937, era efetivamente autoritário com uma forte centralização administrativa. As relações da *intelligentsia* nacional com o Estado autoritário varguista permeadas pelo ministro Capanema como elemento conciliador destas esferas, evidenciavam:

“[...] a despeito de seu apoio ao regime autoritário esse episódio demonstra que Capanema entendia que cultura, especialmente patrocinada pelo Estado, deveria ser um espaço de pluralismo, onde o debate e a multiplicidade de opiniões incentivassem o meio artístico, que precisava ser esclarecido e dinâmico. Veem-se aí a tensões existentes no pensamento do ministro, que preferia o pluralismo e a livre expressão nas artes, mas que em política acreditava na utilidade de uma direção estatal forte e centralizada”⁵

Assim a gestão Capanema no ministério da Educação e Saúde (1934-1945) foi marcada pelo empenho na construção de uma rede de instituições federais voltadas para o seu projeto de elaboração da cultura nacional através da esfera estatal e suas iniciativas no campo educacional, ou seja, uma política cultural que deveria ser implantada em âmbito nacional por meio de um fortalecimento dos laços entre a cultura e as instituições federais.

A partir da implantação do Estado-Novo em 1937 verifica-se uma tendência centralizadora da administração cultural através de inúmeros decretos e poderes controlados pela União, portanto, evidencia-se que a cultura nacional tornava-se um negócio oficial, administrado por um Estado autoritário em expansão. Capanema assumiu a responsabilidade da intervenção neste novo processo de administração cultural a partir de sua nomeação para comandar o ministério da Educação e Saúde Pública em 1934.

Dessa forma, os órgãos estatais e áreas sociais primordiais para o projeto varguista de “modernização autoritária” não se enquadravam, especificamente nas áreas da Educação e Cultura, dado que revelavam certa autonomia administrativa na gestão Capanema neste setor, em virtude da confiança pessoal depositada pelo presidente em seu ministro (GOMES, 2000). Contudo, a “delicada” liberdade institucional e

⁵ WILLIANS. D. *ibid.* pp. 265

administrativa que o ministério Capanema possuía não colocava em xeque a sua relevância ideológica para o regime de Vargas e para seu projeto de modernização nacional.

Entretanto tal autonomia foi bem explorada pelo ministro uma vez que não se ateve a questões e embates ideológicos, tão recorrentes à época, para elaborar sua teia de relações junto a vários grupos de intelectuais e suas inerentes distinções ideológicas, norteando seus passos e ações políticas em nome de um projeto maior: a formação da cultura nacional a partir do Estado: “(...) *A gestão Capanema erigiu uma espécie de território livre, infenso às salvaguardas ideológicas do regime, valendo enquanto paradigma de um círculo de intelectuais subsidiados para a produção de uma cultura nacional.*”⁶

Portanto o grupo de intelectuais supracitados que compunham a *intelligentsia* nacional estabeleceu e propuseram projetos, ideias e ações na gestão Capanema que visavam à construção nacional através desta “reforma elitista” dirigida pelo Estado.

Dessa forma muitos intelectuais e artistas prestaram diversos tipos de colaboração à política cultural do regime de Vargas empreendida por Capanema, prestando múltiplas formas de assessoria em assuntos de sua competência e interesse, como no caso dos artistas modernistas, que foram inseridos nos serviços e obras públicas devido as suas relações com a elite burocrática do regime de Vargas, destacando o papel do ministro Capanema: “(...) *os escritores participantes do movimento modernista em São Paulo foram beneficiados pelo mecenato burguês exercido diretamente por famílias abastadas e cultas, ao passo, que os intelectuais cooptados para o serviço público acabavam se filiando às “panelas” comandadas pelos dirigentes da elite burocrática.*”⁷

Cabe salientar que o ministro Capanema denotava certo apreço pelo Modernismo, apesar do regime estado-novista não possuir uma arte oficial, tal movimento tornou-se um “*estilo semi-oficial*” de seu Ministério, razão pela qual se verificou a sobrevivência dos modernistas durante o Estado-Novo, apesar de ser um movimento de vanguarda artística e filosófica. Tal relação pode ser analisada com nuances de proteção e financiamento:

“[...] é difícil imaginar qual teria sido a trajetória do modernismo no Brasil se Capanema não houvesse atuado

⁶ MICELI, S. *ibid.* pp.161.

⁷ *Idem.* *ibid.* pp.16.

como mecenas, conferindo recursos políticos e financeiros e a legitimidade fundamentais para que os modernistas pudessem consolidar sua expressividade artística. No que tange à formação de um acervo de arte modernista a ser legado ao público, Capanema era Mecenas “par excellence””⁸

Ou seja, as relações entre Capanema e os artistas modernistas eram demarcadas pelas afinidades que denotavam posturas e ações que mesclavam proteção e financiamento público das obras destes artistas, como na “obra-mestra” das referidas proposições: a construção do edifício-sede do ministério da Educação e Saúde inaugurado em 1945 e projetado por uma equipe comandada pelo arquiteto modernista Lucio Costa. O edifício deveria demonstrar, com sua monumentalidade arquitetônica, a própria razão de ser de um ministério inaugurado para “*educar e curar o Brasil*”, livrando-o de seus próprios males e propiciando-lhe um futuro promissor e moderno como projeto nacional. Destaca-se que tal obra representava um espelho do ministro Capanema, como homem público e privado, com suas qualidades e defeitos.

Neste contexto nacional abordado na pesquisa evidenciava-se uma expansão dos aparelhos burocráticos do Estado através da criação de inúmeros conselhos, órgãos e ministérios vinculados diretamente a Vargas, em especial o Ministério da Educação e Saúde, no qual abarcava o maior número de funcionários civis.

Assim, sendo o detentor do maior contingente de cargos de comissão em 1939, elucidava que tal distribuição constituía uma pista segura para desvendar os espaços de inserção para os intelectuais. Tal inserção ou “cooptação” dos intelectuais ocorria para que estes exercessem funções e cargos de “altos vencimentos”, espaços privilegiados do serviço público, entrosados com a estrutura patrimonialista de poder.

Porém a única maneira de diferenciar os membros desta elite intelectual e burocrática consistia em privilegiar o perfil de seus investimentos na atividade intelectual em detrimento do conteúdo de suas obras tal como aparece reificada na história das ideias.

Os intelectuais convocados para o trabalho de assessoria no interior de núcleos executivos, incluindo-se aí a maioria dos “cargos de confiança” (chefes e auxiliares de gabinete) tornaram-se “homens de confiança”, ou seja, o acesso repousava quase que inteiramente, nas provas de amizade e, por conseguinte, na preservação dos anéis de interesses de que eram os mais legítimos porta-vozes e os principais beneficiários, como

⁸ WILLIANS. D. *ibid.* pp. 266.

aparece no caso de Carlos Drummond de Andrade que exercia o cargo de chefe de gabinete de Capanema. Portanto tais relações envolvendo a *intelligentsia* nacional e o Estado são apontadas :

“[...] perante a sua filiação ao regime autoritário que remunerava seus serviços, buscaram minimizar os favores da cooptação se lhes contrapondo uma produção intelectual fundada em álibis nacionalistas. Pelo que diziam o fato de serem servidores do Estado lhes concedia melhores condições para feitura de obras que tomassem o pulso da nação e cuja solidez se embebia dos anseios de expressão da coletividade e não das demandas feitas por qualquer grupo dirigente.”⁹

Cabe salientar uma constatação que no referido período histórico à correspondência entre os intelectuais representava o espaço mais oportuno e palpável da sociabilidade entre os grupos intelectuais, uma espécie de “*locus político*” de suas respectivas relações, portanto a correspondência de Capanema, tanto pessoal como oficial, representou um “lugar especial” para a construção de sua identidade de homem-público, sobretudo no que concerne ao diálogo com um grupo estratégico, os intelectuais, fundamental para o exercício das suas funções naquela pasta e para o reconhecimento de uma imagem que era, ao mesmo tempo, a de um político e de um intelectual:

“[...] Capanema conseguiu produzir entre os intelectuais, mas não apenas entre eles, a imagem de um espaço distinto do restante do aparelho de Estado, este sim mais identificado com a opressão física e simbólica de um regime autoritário. O território de Capanema era (...) arejado em sua heterogeneidade e ousadia de ideias, era como o edifício que se inaugurava em 1945: surpreendentemente inovador no ambiente que o abrigava”.¹⁰

Capanema possuía uma concepção ativa no que tange as atribuições e funções da Educação, a qual estaria a serviço da nação, sendo que fosse controlada e executada através do Estado. Nesse sentido, para se efetivar o projeto de “modernização conservadora”, seria necessário uma educação que : “*[...] longe de ser neutra, deve*

⁹ MICELIS. *ibid.* pp.159.

¹⁰ GOMES, A. C.: “O ministro e sua correspondência : Projeto e Sociabilidade Intelectual”. In: GOMES, A.C.(org): “*Capanema: o Ministro e seu Ministério*”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000. pp.14.

tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da nação, e que, estão sob a guarda, o controle ou a defesa Estado”¹¹

Os ideais que orientavam o projeto varguista se articulavam entre as prioridades de formação de uma nova nação e de um novo homem relacionadas à necessidade de consolidar a unidade nacional e a partir da implantação do Estado-Novo centralizava-se a administração educacional-cultural através de inúmeros decretos e poderes controlados pela União, portanto demonstra que neste momento a cultura nacional tornava-se um negócio oficial, administrado por um Estado autoritário em expansão.

Assim, Capanema assumiu pessoalmente a responsabilidade por sua intervenção neste novo processo de administração cultural desencadeado a partir do Estado, sendo este o eixo central das abordagens que serão realizadas a seguir. Ou seja, pretende-se fazer uma interpretação a cerca das razões e dos objetivos que nortearam as ações realizadas por Capanema junto aos grupos constituintes da *intelligentsia* nacional no interior do processo de construção da moderna nação brasileira.

¹¹ HORTA, J.S.B. : “A I Conferência Nacional de Educação ou como monologar sobre educação na presença de educadores” In: GOMES, A . C. (org): “Capanema: o Ministro e seu Ministério”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000. pp.149.

2 - Gramsci : Os Intelectuais e a formação do Bloco Histórico

Esta pesquisa utiliza-se de interpretações de conceitos elaborados pelo pensador Antônio Gramsci em sua vasta obra, tais como intelectuais, sua gênese e funções, a formação de um bloco histórico e as possíveis formas de realização de uma reforma político-cultural.

Dessa forma torna-se imprescindível uma abordagem explicativa de tais conceitos elaborados por Gramsci no que tange a uma elucidação de como, os mesmos, foram articulados na pesquisa como elementos constituintes do referencial teórico empregado neste trabalho.

Segundo o estudioso da obra gramsciana o francês Hugues Portelli, Gramsci afirma que colocar a problemática dos intelectuais é necessariamente colocar a questão do bloco histórico.

Assim, Gramsci quando aborda o bloco histórico insiste no caráter orgânico do vínculo que une a estrutura e superestrutura, onde só caberia considerar as superestruturas historicamente orgânicas, isto é, necessárias a certa estrutura.

É por esse caráter orgânico que se define qualquer intelectual no seio de determinado bloco histórico, isto é, Gramsci distingue diferentes categorias de intelectuais, mas todos têm em comum o vínculo mais ou menos estreito que os liga a uma determinada classe. O caráter orgânico desse vínculo entre estrutura e superestrutura reflete-se exatamente nas camadas de intelectuais cuja função é exercer esse vínculo orgânico: os intelectuais formam uma camada social diferenciada, ligada à estrutura e encarregada de elaborar e gerir a superestrutura que dará a essa classe homogeneidade e direção do bloco histórico.

Essa camada social diferenciada é, para Gramsci, a dos “*funcionários da superestrutura*”, ou seja, os intelectuais. Portanto o caráter orgânico aparece na solidariedade estreita que vincula esses funcionários às classes que representam e, em primeiro lugar, à classe fundamental no plano econômico.

Tal abordagem deve ser complementada por uma interpretação mais dinâmica no que tange as suas articulações, como a que é elucidada pela concepção de um sistema social que realiza a sua integração:

*“Um sistema social só é integrado quando se edifica um sistema hegemônico, dirigido por uma classe fundamental que confia a gestão aos intelectuais: realiza-se aí um bloco histórico. O estudo desse conceito não pode, pois, ser isolado da hegemonia do bloco intelectual. Só esta concepção do bloco histórico permite captar em sua realidade social, a unidade orgânica de estrutura e superestrutura”.*¹²

Portanto, é no estudo do bloco histórico que Gramsci analisa como ocorre a desagregação da hegemonia da classe dirigente, possibilitando a edificação de um novo sistema hegemônico capitaneado pelos intelectuais, isto é, o surgimento de um novo bloco histórico.

Dessa forma, cabe elucidar que as superestruturas do bloco histórico formam um conjunto complexo, em cujo seio Gramsci distingue duas esferas essenciais: a da sociedade política, que agrupa o aparelho do Estado e a da sociedade civil, isto é, a maior parte da superestrutura.

Tal distinção tornar-se relevante para clarificar os campos de atuação dos intelectuais no seio do bloco histórico em relação a estas esferas que o compõe.

No que tange a concepção gramsciana de sociedade política devemos destacar os poucos relatos de estudos mais sistemáticos do autor sobre o tema nos “Cadernos do Cárcere”, uma vez que a “tradição marxista clássica” dirigiu-se mais para uma análise do aparelho de Estado do que para a direção ideológica, cultural, da sociedade. Todavia, foi o próprio Gramsci, dentre os marxistas, que mais se dedicou a esta análise que opõe a sociedade política à sociedade civil.

A distinção entre a sociedade civil e a política não é, na verdade, organicamente completa, já que a classe dominante utiliza e combina uma e outra, no exercício de sua hegemonia. Nestas relações que Gramsci estabelece entre sociedade civil-sociedade política, o pensador italiano nota os sinais de uma “possível” estatização da sociedade civil, uma vez que *“essa estatização revela-se, igualmente, na absorção progressiva de cultura e educação, até então confiados a organismo privados – entre os quais a Igreja – em proveito de serviços públicos intelectuais”*.¹³

O caso mais emblemático é o da educação, onde por diversas razões Gramsci postula a necessidade de um controle da mesma pelo Estado a fim de incrementar o

¹² PORTELLI, H.: *“Gramsci e o bloco histórico”*. Tradução: Angelina Peralva, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. pp. 15.

¹³ GRAMSCI, A.: *“Os Intelectuais e a Organização da Cultura”*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978. pp.124.

nível técnico-cultural da população e responder, assim, às exigências do desenvolvimento das forças produtivas demarcado pelo conflito entre os intelectuais tradicionais (particularmente os da Igreja), vestígios do bloco histórico, e os intelectuais da classe dominante, além da necessidade de unificar a ideologia difundida pelas organizações da sociedade civil.

Cabe destacar que tal relação torna-se preciosa para a abordagem do objeto nesta pesquisa no que tange a atuação de Capanema como ministro de Estado, mais precisamente da Educação no Brasil, e suas iniciativas realizadas para administrar e controlar o ensino brasileiro no âmbito nacional a partir da esfera estatal, uma vez, que até aquele momento a educação se encontrava sob a tutela da Igreja e de várias instituições diretamente ligadas a ela. Portanto na análise gramsciana evidencia-se que os sinais da estatização desses serviços não mudam seu caráter, pois *“esses elementos devem ser estudados como vínculos entre governantes e governados, como fator de hegemonia”*.¹⁴

Em face disso a unidade do Estado decorre de sua gestão por um grupo social que assegura a homogeneidade do bloco histórico: os intelectuais. Dessa forma, tal relação, Estado- intelectuais, é enunciada por Gramsci de forma simbiótica, pois assim, permite estabelecer reflexões e análise pertinentes sobre estas categorias e suas amplitudes como a construção da hegemonia de um bloco histórico, uma vez que tal grupo participa ativamente da elaboração da legitimidade social para as iniciativas oriundas do âmbito estatal.

Portanto tal relação leva a avaliação de que a estrutura do Estado depende das características da atividade dos intelectuais, entendidos como “agentes” da classe dominante, para o exercício da direção política e cultural do bloco histórico, ou seja, a hegemonia.

Deve-se destacar como se traduz concretamente o vínculo orgânico desta relação na obra gramsciana, sendo este assegurado pela camada social encarregada de gerir a superestrutura do bloco histórico, ou seja, os intelectuais:

“Cada grupo social, surgido num terreno originário de uma função essencial do mundo da produção econômica, cria, ao mesmo tempo que a si próprio, uma

¹⁴ GRAMSCI, A: *“Os Intelectuais e a Organização da Cultura”*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978. pp.124.

ou várias camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função , não somente no plano econômico , mas também no plano social e político.”¹⁵

Assim o estudo da relação estrutura-superestrutura é essencial na análise de um período histórico determinado, já que permite delimitar o bloco histórico, na medida em que os intelectuais são os intermediários necessários entre os dois momentos do bloco histórico.¹⁶

Essa articulação no campo do bloco histórico permite, pois distinguir metodologicamente duas esferas complexas: a estrutura socioeconômica e a superestrutura ideológica e política, cujo vínculo orgânico é assegurado por uma camada social diferenciada, os intelectuais, sendo relevante o papel dessa camada na análise dinâmica do bloco histórico, particularmente, no exercício da hegemonia.

Diante disso, a hegemonia consiste não somente no grupo essencial que cria seus próprios intelectuais, mas também na absorção das outras camadas aliadas de intelectuais, que sendo subordinadas necessitam, também, da ruptura com os laços que as ligam ao bloco ideológico da classe dirigente.

Enfim, a estratégia que deve ser adotada pelas classes que aspiram à formação de um novo bloco histórico e seus intelectuais, perpassa pela vinculação ao bloco histórico vigente visando à tomada do controle da sociedade civil e sociedade política, isto é, o Estado, para que assim possam construir um novo sistema hegemônico, ou seja, um novo bloco histórico.

¹⁵ PORTELLI, ibidem. pp.56.

¹⁶ “O aspecto essencial da noção de bloco histórico não reside tanto na distinção entre estrutura e superestrutura – Gramsci limitou-se a retomar a análise marxista-clássica – mas na natureza orgânica de suas relações: só devem ser consideradas as superestruturas historicamente necessárias à estrutura , isto é , que a tornam homogênea , que a organizam .Quanto à estrutura , ela não é imediatamente operante , mas constitui o instrumento da superestrutura . A análise da relação estrutura-superestrutura conduz praticamente à necessidade de não considerar essa relação como mecânica , mas ao contrário, de distinguir seu caráter orgânico.” In: PORTELLI, ibidem pp. 70.

3 - Mannheim: A gênese e atuação da *Intelligentsia*

Este trabalho visa elaborar interpretações sobre a atuação da *intelligentsia* nacional no Brasil no contexto de construção da nação nas décadas de 1930-1940, ou seja, a construção do Brasil Moderno.

Portanto diante de tal perspectiva, torna-se imprescindível realizar uma abordagem da obra do pensador alemão Karl Mannheim a partir de conceitos trabalhados pelo autor no que tange a gênese, atuação e papéis atribuídos à *intelligentsia*.

Segundo Karl Mannheim em sua obra “Sociologia da Cultura” (2004) a sociedade moderna caracteriza-se por uma crescente autoconsciência, além de uma nova capacidade de determinar a natureza concreta dessa consciência, pois, vivemos num tempo de existência social consciente. Diante de tal afirmação, Mannheim postula que nem sempre a consciência social coincide com a ascendência dos grupos que constituem a sociedade, uma vez que a reação consciente a mudança social é um fenômeno moderno.

Um trecho da obra intitulada “O Pensamento Conservador” (1981) do próprio Mannheim elucida tal concepção da autoconsciência relacionando-a com sua elaboração na sociedade moderna:

*“O desenvolvimento e a difusão generalizada do conservadorismo, diferenciado do mero tradicionalismo, é devido em última análise ao caráter dinâmico do mundo moderno; à base dessa dinâmica está na diferenciação social; ao fato dessa diferenciação social tender a conduzir o intelecto humano e forçá-lo a desenvolver segundo as suas próprias linhas, e finalmente, ao fato de que os objetivos básicos dos diferentes grupos sociais não só cristalizam ideias em movimentos de pensamento, mas também criam diferentes “Weltanschauungn” (visão de mundo) antagônicas e diferentes estilos de pensamento antagônico”.*¹⁷

¹⁷ MANNHEIM, K.: “O Pensamento Conservador”, In: MARTINS, J. S.: “Introdução crítica à sociologia rural”, São Paulo, Hucitec, 1981, pp.110.

Assim para o sociólogo alemão em questão, dois aspectos tornam possível a concepção dessa autoconsciência social. O primeiro se concebe a partir da sociedade contemporânea, uma vez que ela desenvolveu uma grande necessidade de controles para substituir o poder coercitivo enquanto garantia primordial de subordinação.¹⁸

Desse modo, Mannheim ressalta que esta autoconsciência social torna-se mais ativa e fértil nas sociedades contemporâneas devido ao intenso processo de racionalização que produziu inúmeros conflitos e embates em relação à estrutura tradicional na qual estas sociedades estavam assentadas anteriormente.

Enquanto o outro elemento configura-se pelo fato de que a sociedade contemporânea assumiu uma grande parcela do controle educacional e disciplinar, também pautados na racionalização, que antes era exercido pelos grupos primários e organizações comunitárias, como a Igreja Católica: “*O segundo fator que favorece a consciência de grupo é a moderna prática de educar uma pessoa numa atmosfera socialmente neutra, cuja inexistência no tipo tradicional de educação inibia o surgimento de uma orientação grupal nova e independente.*”¹⁹

Dessa forma, Mannheim assinala que o surgimento da *intelligentsia* marca a última fase do crescimento da consciência social na modernidade, uma vez que, este grupo social foi o último a adotar o ponto de vista sociológico, pois sua posição na divisão social do trabalho não lhe propiciava acesso direto a nenhum segmento vital e ativo da sociedade, dificultando uma concepção de mundo que lhe proporcionasse esta síntese da autoconsciência social.

Porém, diante de tais premissas cabe ressaltar que a definição de *intelligentsia*, segundo Mannheim, não é de modo algum atrelada necessariamente a uma classe como aparece na obra gramsciana, uma vez que, segundo o autor alemão, ela não pode formar um partido, sendo incapaz de realizar ações articuladas nesse sentido. Tais tentativas estariam fadadas ao fracasso, pois a ação política depende basicamente de interesses

¹⁸ “O efeito imediato desse novo estado de coisas é uma racionalidade crescente, primeiro no comportamento econômico, depois em situações derivadas e finalmente na conceituação dos próprios interesses. Nessas situações o homem aprende a orientar-se segundo seus próprios pontos de vista e abrir mão de ideologias tradicionais não pertinentes. Esse é o primeiro passo para a autoconsciência social. De início desenvolve-se individualmente assumindo um caráter coletivo quando indivíduos em posição análoga descobrem seus dominadores comuns e chegam à definição comum de seus papéis. As ideologias de grupos assim criadas pautam-se no desprezo os sentimentos tradicionais ligados ao sangue, laços regionais ou honra de casta”. In: MANNHEIM, K.: “*Sociologia da Cultura*”, tradução: Roberto Gambini, São Paulo: Perspectiva, 2004. pp.76.

¹⁹ Idem, *ibid.* pp.76.

comuns, atributos necessários de que carece a *intelligentsia* mais do que qualquer outro grupo.²⁰

Sobre esta definição mannheimeana da *intelligentsia* e seu vínculo com as classes sociais, cabe destacar a passagem que tal grupo encontra-se “*entre e não acima das classes*” como algumas abordagens postulam e nas quais Mannheim as refuta de forma contundente, pois afirma que os intelectuais não constituem um estrato acima das classes sociais.

Desse modo Mannheim denota os possíveis erros de interpretação que concebem seus pressupostos conceituais a cerca da *intelligentsia*, a partir de análises e visões que a colocam como um estrato acima das classes ou que possua revelações próprias.

Diante de tal problemática para definir o conceito empregado de *intelligentsia* o pensador alemão estabelece interpretações e elucidações envolvendo a sua abordagem sobre o tema e as análises de aparato marxista. Refutando alguns pressupostos marxistas, Mannheim vai enunciando os atributos de seu conceito de *intelligentsia*:

“O marxismo concebe classe tendo uma natureza macro-humana, e o individuo como mero instrumento de um Leviatã coletivo. Na visão marxista, a classe parece ser tão independente das percepções e reações do individuo como eram os universais da Idade Média. Uma vez conceituadas desse modo, as classes podem facilmente transformar-se em compartimentos verbais, e se diz que o individuo pertence a esta ou aquela classe. Apesar da doutrina não ser exposta desse modo, tal conclusão é inelutável para os que pensam em termos de classe ou não-classe.”²¹

Dessa forma a sociologia marxista concebe as manifestações intelectuais apenas no contexto mais amplo dos grandes conflitos de classe, só se interessando pelos intelectuais enquanto “funcionários” ou “satélites” da mesma. Sem dúvida, na opinião do próprio Mannheim, os intelectuais são e, frequentemente, têm sido meros provedores de ideologias para certas classes.

²⁰ “(...) é um agregado situado entre e não acima das classes. O membro individual da *intelligentsia* pode ter como frequentemente ocorre, uma orientação particular de classe, e em conflitos reais ele pode alinhar-se com um ou outro partido político. Mas ainda, suas posições podem revelar uma clara posição de classe. Mas além e acima dessas afiliações, ele é motivado pelo fato de que seu treinamento o equipou para encarar os problemas do momento a partir de várias perspectivas e não apenas de uma, com faz a maioria dos participantes de controvérsias.”²⁰ In: MANNHEIM, *ibid.* pp.81.

²¹ *Idem. ibid.* pp.85.

Porém, esta afirmação se embasa pelo fato do caráter mediatizado inerente aos intelectuais ser relegado a um plano secundário, uma vez que, os intelectuais exercem um papel de elos no processo de ideação e da dinâmica social. Cabe mencionar que a atuação da *intelligentsia* nesse sentido não depende somente de suas posições de classes, mas das relações com outros grupos de intelectuais.

Tal aspecto é apenas um dentre uma variedade de funções ideacionais e ao menos que se considerem todas, o estudo do intelectual não terá maior interesse, pois:

*“Dessa perspectiva, não se consegue apreender um fenômeno tão evasivo e ambivalente como a intelligentsia, declarando irrelevantes as nuances distintas que delineiam e passando a identificá-la com alguma classe ou a considerá-la a reboque dessas ou aquela classe”.*²²

Nesse sentido, cabe elucidar que, para Mannheim, o principal atributo comum dos intelectuais é seu contato, em graus diferenciados e diversos, com a cultura. Esta relação torna-se um suporte essencial para esclarecer como a *intelligentsia* realiza sua gênese e desenvolve suas ações na sociedade contemporânea:

*“O intelectual moderno que sucedeu ao escolástico não pretende reconciliar ou ignorar as visões potencias na ordem das coisas ao seu redor, mas procura identificar as tensões e participar das polaridades de sua sociedade. A mentalidade transformadora i do homem instruído, e a perspectiva fragmentária do intelectual contemporâneo não são a culminação do ceticismo crescente de uma fé em declínio ou a prova da incapacidade de criar uma Weltanschauung integrada, como pesarosamente sustentam alguns autores”.*²³

Não obstante, o intelectual moderno possui uma disposição dinâmica e encontram-se perenemente preparado para rever suas opiniões e começar de novo, de forma particular, se comparado aos grupos intelectuais anteriores, pois ele tem *“pouco atrás de si e tudo à sua frente”*.

Assim, para Mannheim, a formação da *intelligentsia* ocorre diante de um contexto caracterizado por transformações na dinâmica social pautadas em conflitos constituídos por grupos em processos de ascendência ou descendência, nos quais emerge a possibilidade para a constituição de ligações ou vínculos em relação às camadas de cima ou de baixo de tal processo adotando seus valores e, propiciando um

²² Idem. *ibidem*. pp.85.

²³ Id. *ibid*. pp.92.

acesso a dois campos até então separados, que viabiliza a concepção de uma *intelligentsia* autêntica.²⁴

Todavia não é possível entender, realmente, um estilo de pensamento a não ser que possamos entender os grupos sociais que são os portadores dessa mudança. Essa relação entre um estilo de pensamento e seu portador social não é uma relação simples, contudo, pode ser demarcada de forma mais precisa a partir da compreensão das ações da *intelligentsia*.

Diante destas novas oportunidades sociais que se apresentam para uma *intelligentsia* em gestação, a mesma vivencia uma situação na qual um estrato dominante se revela incapaz de desempenhar as funções de lideranças emergentes, abrindo espaço para a ascendência, desenvolvimento e consolidação de um novo grupo intelectual, que passará a exercer um papel de “mediador” das esferas da sociedade, não se restringindo a mera posição de classes, isto é, a elaboração de uma genuína *intelligentsia*:

“Na ausência de condições para a cristalização de uma oposição articulada, o ressentimento torna-se dissimulado e sua expressão confinada ao indivíduo ou seu grupo primário imediato. Essa animosidade submersa resulta fútil e socialmente improdutivo. Entretanto, quando as circunstâncias permitem uma saída para a expressão coletiva do descontentamento, este se torna um estímulo construtivo e cria um clima propício à crítica social de que necessita, a longo prazo, uma sociedade dinâmica. Esta é a situação que faz progredir a autoconsciência e favorece o surgimento de uma intelligentsia.”²⁵

A emergência de uma *intelligentsia*, portanto, depende destas condições de transformações sociais pertinentes a uma determinada época para que, dessa maneira, se possa construir uma atmosfera na qual viabilize o florescimento desta autoconsciência, isto é, a formação de uma “visão de mundo síntese”, em termos mannheimeanos, a

²⁴ “(...) a história do pensamento, desse ponto de vista, não é uma mera história das ideias, mas uma análise de diferentes estilos de pensamento enquanto crescem e se desenvolvem, fundem-se e desaparecem; e a chave para a compreensão das mudanças nas ideias deve ser encontrada nas circunstâncias sociais em mudança, principalmente no destino dos grupos ou classes sociais que são os “portadores” desses estilos de pensamento”. In: MANNHEIM, K.: “O Pensamento Conservador”, In: MARTINS, J. S.: “Introdução crítica à sociologia rural”, São Paulo, Hucitec, 1981, pp.78.

²⁵ MANNHEIM, K.: *Sociologia da cultura*, tradução: Roberto Gambini, São Paulo: Perspectiva, 2004, pp.116.

Weltanschauung. Ou seja, um dos principais atributos da *intelligentsia* é elaborar para a sociedade na qual seus membros atuam ativamente uma concepção de mundo “síntese” diante das particularidades, embates, consensos e inerentes controvérsias de uma realidade social.

Tal concepção elaborada pelos membros da *intelligentsia* resultaria da capacidade destes intelectuais que a compõe de captar e sintetizar as concepções que se encontram dispersas e, muitas vezes, conflitantes no seio da sociedade. Tal postura seria imprescindível para uma formação e atuação da *intelligentsia*, uma vez que, na sociologia do conhecimento proposta e desenvolvida por Mannheim não se coloca em campos distintos a ação política das ideias, pois as ideias se concebem como instrumentos de ação indo ao encontro da relevância e do papel da *intelligentsia* neste sentido.

4- Os Anos 1930 e a Modernização Brasileira

O tema da modernização brasileira, ou seja, a construção do Brasil Moderno a partir da estruturação da unificação nacional e o desenvolvimento da ordem capitalista na década de 1930 são tratados em extensa literatura como pertencendo a um caso nítido, porém específico, do processo denominado de “*capitalismo tardio*” ou “*retardatário*”²⁶. No mesmo diapasão, vamos encontrar um conjunto de interpretações que defendem esse caminho a partir de conceitos como “via prussiana” e “revolução passiva”. Este último conceito também definido como uma “*revolução sem revolução*”, foi elaborado por Antonio Gramsci e tem sido empregado por autores, como Luiz Werneck Vianna, para definir o caso brasileiro.

Tais categorias analíticas sobre a implantação da modernização capitalista no Brasil permitem uma elucidação dos aspectos singulares que demarcam este processo e clarificam o referido período em que se realizou na história brasileira, assim tornando-se imprescindível discorrer sobre suas particularidades e atores no que tange a contextualização histórica do objeto deste trabalho.

O processo de modernização brasileira se enquadra segundo Luiz Werneck Vianna (1997) como sendo o lugar “por excelência” da “*revolução passiva*”, entendida essa como um processo implantado e desenvolvido de forma autoritária pela esfera estatal a partir da década de 1930, desencadeado pelo movimento político que realizou a Revolução de 1930.

A modernização brasileira entendida como um caso de “*revolução passiva*” se norteia, entre outras abordagens, em obras de autores que se debruçaram longamente sobre a temática da construção do Brasil Moderno, tais como o Luiz Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira que destacam, dentre outros fatores relevantes para a compreensão de tal momento, o papel exercido pelo Estado na construção nacional da ordem capitalista.

O conceito de “*revolução passiva*” é empregado para tipificar os casos de modernização capitalista em países, como a Itália e o Brasil, que vivenciaram tal processo sem grandes rupturas revolucionárias ou transformações capitaneadas por uma

²⁶ MELLO, J. M. C. “*O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*”, São Paulo, Brasiliense, 1986.

classe burguesa atuante e madura, que situada na esfera da sociedade civil pudesse liderar a implantação da ordem capitalista, tomando o controle do poder político, ou seja, o aparelho estatal.

Tal categoria analítica oriunda da obra de Gramsci foi utilizada por muitos autores como recurso interpretativo para classificar as modernizações que seguiram “*vias não clássicas*”, como foi elucidado pelo próprio Gramsci para estudar o caso italiano ou, anteriormente, por Lênin para definir o processo alemão denominado “*via prussiana*”, isto é, para definir casos em que o papel exercido pelo Estado se configurou como eixo central do processo de modernização, além de ter sido o principal agente do desenvolvimento capitalista.

Estes casos configuraram exemplos de revoluções burguesas pautadas na definição gramsciana de “*revolução sem revolução*”, como denota a elucidação de Maria Alice Rezende de Carvalho sobre a natureza do processo de modernização brasileira: “*a natureza de nossa revolução burguesa, autocrática e alongada no tempo, em que o novo não cancela a antiga ordem social, sendo ao contrário, tributário de elites políticas reformadoras que deflagram um programa de transformações sob a cláusula restritiva do “conservar-mudando”, isto é, sob a condição que tais transformações venham a confirmar e atualizar o seu domínio.*”²⁷

Esta categoria endossa um recurso interpretativo que se pauta nas análises dos casos retardatários de desenvolvimento capitalista, nos quais a implantação da ordem capitalista (industrial-burguesa) não se configurou pelo triunfo político da burguesia e muito menos por um processo de destruição revolucionária das estruturas atrasadas do Antigo Regime, caso emblemático das revoluções burguesas denominadas “clássicas”, destacadas pelo modelo francês desencadeado pelo processo revolucionário de 1789.

No caso brasileiro, como enfatizam autores como Florestan Fernandes²⁸ e mais pontualmente o próprio Luiz Werneck Vianna, não ocorreu o triunfo político da burguesia durante a década de 1930, período que demarca a nossa modernização, como também não se verificou uma demolição das estruturas “atrasadas” de natureza feudal ou que pudessem ser enquadradas como exemplos de relações de poder inerentes ao Antigo Regime, uma vez que tais aspectos não se encontravam presentes na realidade brasileira que precedera o período da nossa modernização.

²⁷ CARVALHO, M. A. R. , In : VIANNA, L. W. : “*Revolução Passiva : Americanismo e Iberismo*” , Rio de Janeiro, 7Revan, prefácio,1997.

²⁸ FERNANDES, F. “*A Revolução Burguesa no Brasil*”, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

Portanto, a modernização brasileira se enquadraria como um processo de “*revolução sem revolução*” desencadeado e dirigido por um Estado corporativo erigido a partir da Revolução de 1930, repleto de ambiguidades e contradições na composição de suas forças políticas e nas expectativas que nutria quanto ao futuro do país e cuja natureza seria definida pelo par ruptura-continuidade.²⁹

Assim, a Revolução de 1930 no Brasil apesar de interpretada como uma mera readequação das oligarquias no âmbito do poder federal, a mesma prescinde de uma análise que a entenda como decorrente dos efeitos da crise econômica mundial, uma vez que a crise do capitalismo internacional no final da década de 1920 impulsionou tal mudança no âmbito do poder federal brasileiro, pois as oligarquias estaduais - tradicional, em especial a cafeeira, ligadas ao setor agroexportador brasileiro, esfera econômica mais afetada pelos efeitos da crise mundial, cedeu lugar a outras oligarquias regionais não atreladas diretamente ao setor exportador.

Porém, tal processo desencadeou transformações significativas na realidade política e econômica brasileira como elucidada Marco Aurélio Nogueira “*aos poucos foi se configurando a imagem de uma nova forma de Estado. Embalado pela dinâmica da crise, o movimento revolucionário vitorioso desencadeia uma onda de entusiasmo modernizante e de renovação, fazendo com que a sociedade conheça uma fase de experimentação, instabilidade e efervescência.*”³⁰

Dessa forma, tal processo transformador foi marcado pelo papel de “comandante” desempenhado pelo Estado brasileiro, sendo alavancado pela atuação estatal no período da década de 1930, em especial na época de vigência do governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945). A função exercida pelo Estado brasileiro em nossa modernização capitalista categorizada como um caso de “*revolução passiva*” é fundamental, pois “*O preço do aparecimento do “novo” sempre foi à perda da sua radicalidade através de alguma acomodação do velho. [...]. Mas não chegará ao cerne da questão quem se esquecer de voltar os olhos para o Estado enquanto lugar*

²⁹ [ou seja, um processo de revolução passiva diferentemente de uma revolução popular contém dois momentos antagônicos e simultâneos, o da “restauração” (já que é uma reação à possibilidade efetiva e radical transformação “de baixo para cima”) e o de “renovação” (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes)]. COUTINHO, C. N. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”, IN: *Presença*, n.º.8, Rio de Janeiro, Editora Caetés, Agosto 1986, pp.141-162.

³⁰ NOGUEIRA, M. A. : “*As Possibilidades da Política : Ideias para reforma democrática do Estado*”, São Paulo, Paz e Terra, 1998.pp. 26.

*dessa dialética. Pois no corpo do aparelho estatal brasileiro materializaram-se todos os traços e impasses do nosso movimento de modernização capitalista.”*³¹

Logo, cabe salientar que no período posterior a Revolução de 1930 ocorreu uma verdadeira inversão da lógica que vigorava no período de domínio das oligarquias na primeira fase republicana (1889-1930), no que diz respeito à valorização dos interesses locais, particulares e elementos regionais, marcada por um paulatino processo de centralização e unificação dos mecanismos estatais que estabeleceram um novo padrão estrutural de políticas e ações governamentais almejando a construção da nação a partir da intensificação do processo de modernização enfatizada pelo papel do Estado, com destaque para o período do Estado Novo.

Segundo Vianna, tal processo se intensificaria no Estado Novo a partir da outorga da Constituição de 1937, que se justificava como um necessário ajustamento do país ao “espírito do tempo”, reivindicando uma identidade entre Estado e nação, atributo impensável para os liberais.

Esta preocupação em constituir a nação brasileira de fato, isto é, a partir de uma integração nacional, preencheu os temas de várias camadas da *intelligentsia* brasileira à época, onde as raízes dessa temática se remontavam aos intelectuais do final do século XIX, como Tobias Barreto que afirmava “*o que havia de organizado era o Estado, não a nação*”.³²

Portanto a nova forma de Estado erigida no período pós-1930, buscava sobrepor-se a todos os interesses regionais e particulares, subordinando-os à vontade geral, à vontade da nação da qual seria a efetiva materialização.

Contudo, seria com o Estado Novo de Getúlio Vargas que se configuraria o poder público como o lugar de operação de uma *intelligentsia* disposta a adequar o país ao “espírito do tempo”, por excelência, organizando as instituições que deveriam fazer avançar o moderno, o racional-legal, o desenvolvimento da infraestrutura material em oposição ao arbítrio que a sociedade brasileira era acometida nos tempos de dominação dos grupos e indivíduos particularistas, emblemático no período de controle político das oligarquias regionais durante a Primeira República (1889-1930), constatação salientada na interpretação de Oliveira Vianna³³ em relação à época.

³¹ NOGUEIRA, M. A. *ibidem*.

³² *Idem*, *ibidem*. pp.23.

³³ Ver, VIANNA, O. “*Instituições Política Brasileiras*”, Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987.

Neste processo de “*revolução passiva*” vivenciado no Brasil, emerge o papel tutelar do Estado, onde a vigência do Estado-Novo varguista representou, de forma particular, a politização da produção cultural com destaque para as dimensões dos projetos e ações da intelectualidade nacional no período que visavam participar ativamente da construção da nação, como afirma Milton Lahuerta “(...) *o Estado-Novo politizou a produção cultural como jamais ocorrera na história do país. Esses elementos combinados trouxeram a cena uma identidade intelectual que se define na conjunção de uma trilogia (nação – povo - moderno são intercambiáveis) que se desdobra num verdadeiro culto ao Estado como agente e meio de se realizar e dar existência a esses absolutos.*”³⁴

Dessa forma, a centralidade que o Estado no Brasil assumiu na realização da modernização nacional nos anos 1930 suscitava a relevância da atuação da *intelligentsia* nacional neste processo como atores imprescindíveis, pois, enfatizando a dimensão estatal como arauto da modernidade e clamando para si a liderança da marcha modernizadora, acabou por atribuir aos intelectuais uma função vital na construção da nova ordem nacional.

Cabe lembrar que este contexto histórico brasileiro conceitualizado como um típico caso de “*revolução passiva*” evidenciava de forma proeminente a relação Estado-intelectuais onde a mesma poderia ser enquadrada conforme Gramsci numa situação em que “*então a classe portadora das novas ideias é a dos intelectuais e a concepção de Estado muda de aspecto. O Estado é concebido como uma coisa em si, como um absoluto racional*”³⁵. Ou seja, configuraria um ambiente no qual a modernização seria comandada pelo aparelho estatal onde a atuação dos intelectuais seria incontestável e inerente a ela, como é reiterado por Luiz Werneck Vianna: “*A revolução passiva seria o contexto do protagonismo político-social dos intelectuais*”.³⁶

Assim o Estado-Novo abriu canais para que os grupos intelectuais se inserissem na esfera estatal, como sendo uma forma de participação ativa da elaboração da modernização brasileira pautada na preocupação de se realizar a integração nacional no campo político-cultural. Esta unidade nacional tão almejada na época seria concebida a partir da criação de instituições, via poder estatal, adaptadas a realidade brasileira que permitissem elevar o povo brasileiro a uma condição política civilizada.

³⁴ LAHUERTA, M. “*Elitismo, Autonomia, Populismo: Os Intelectuais na Transição dos Anos 40*” Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UNICAMP, 1992, pp.26.

³⁵ Apud VIANNA, pp.82,1997.

³⁶ Ibidem, pp.83.

No âmbito das relações política e cultura na modernização brasileira, emergia o papel fundamental dos intelectuais como agentes indispensáveis para tal processo, como afirma Pécaut: “*Organizar a nação, esta é a tarefa urgente, uma tarefa que cabe às elites. Dela os intelectuais tem ainda mais motivos para participar na medida em que constitui um fato indissolúvelmente cultural e político: forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade*”.³⁷

Esta relação Estado-intelectuais durante o Estado-Novo é interpretada por alguns autores como Sergio Miceli, como sendo demarcada por um processo de “cooptação”³⁸. Contudo, tratava-se da constituição de um novo bloco de poder no âmbito estatal que buscava consenso entre os grupos que compunham a *intelligentsia* nacional em nome de uma causa maior, a construção da nação moderna brasileira, onde os intelectuais realizariam funções imprescindíveis na fusão entre a modernidade e o projeto nacional.³⁹

Portanto, torna-se pertinente a interpretação sobre a natureza da construção desta relação que envolvia a esfera estatal e a intelectualidade brasileira durante os anos 1930-1940, uma vez que almejando a elaboração de um novo campo educacional-cultural foi nitidamente marcada pelos embates políticos circundados pelos intelectuais que, de certa forma, disputavam a hegemonia neste processo matizado pelos temas da constituição da nação por meio da politização da cultura onde, segundo Lahuerta, era atribuída a intelectualidade uma missão de conscientizar.

Destarte, o ministério da Educação e Saúde controlado por Gustavo Capanema no período entre 1934-1945 configurava-se como um espaço de peculiar e relevante mediação entre o Estado brasileiro e os grupos que compunham a *intelligentsia* nacional, sendo estes portadores da preocupação de participar como atores da construção da nação moderna brasileira.

³⁷ PÉCAUT, D. : “*Os intelectuais e a política no Brasil : entre o povo e nação*”. São Paulo , Editora Ática , 1990.pp.15.

³⁸ Sobre esta abordagem ver, MICELI, S. “*Os Intelectuais e a Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*”. São Paulo, Editora DIFEL, 1979.

³⁹ LAHUERTA, M., op.cit., pp. 6.

5- Estado e Intelectuais no Brasil nos anos 1930-1940: cooptação ou a formação de um novo bloco histórico?

Um ponto de destaque na literatura que aborda as relações estabelecidas entre os intelectuais e as esferas de poder é o tema da “cooptação”⁴⁰, configurada esta como um artifício utilizado pelos membros pertencentes aos círculos de poder do aparelho estatal para atrair os intelectuais, subordinando-os aos seus interesses.

Contudo, tais leituras relegam a um plano secundário os recursos que os intelectuais dispunham a época abordada, que por muitas vezes, acabam por levar as autoridades governamentais a se aproximarem de tais membros solicitando “cooperação” para a realização de projetos maiores, como no caso específico do presente trabalho a construção da nação moderna brasileira.

De imediato podemos mencionar que a referida questão, as relações intelectuais-política-Estado, foi tratada em extensa literatura, porém não podemos afirmar que haja um consenso sobre a natureza de tal relação, uma vez que importantes autores elaboraram interpretações pertinentes, porém díspares a cerca do tema. Portanto problematizar tal questão a partir de algumas destas relevantes abordagens é fundamental para o embasamento teórico deste trabalho ao abordar as relações entre os intelectuais e o Estado no Brasil nos anos 1930-1940.

Assim podemos afirmar que tais abordagens são extremamente polêmicas ao tratar tal relação, como afirma Noberto Bobbio, ao mencionar que se o intelectual “*se o homem de cultura participa da luta política com tanta intensidade que acaba por se colocar a serviço desta ou aquela ideologia, diz-se que ele trai sua missão de clérigo (...). Mas se, de outro parte o homem de cultura, põe-se acima do combate [al di sopra della mischia] para não trair e se “desinteressar das paixões da cidade” , diz-se que faz obra estéril , inútil , professoral.*”⁴¹

A primeira afirmação do pensador italiano se embasa na análise realizada anteriormente na obra “*A Traição dos Clérigos*” de Julien Benda⁴² que problematizou as relações entre política, arte e cultura, elaborando um ponto central em sua

⁴⁰ Ver MICELI, S. : “*Os Intelectuais e a Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*”. São Paulo, Editora DIFEL, 1979.

⁴¹ BOBBIO, N.: “*Os Intelectuais e o Poder: dívidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*”, tradução: Marco Aurélio Nogueira, São Paulo, Editora UNESP, 1997.pp.21-22.

⁴² BENDA, J.: “*The Treason of the Intellectuals*”, translate by Richard Aldington, primeira publicação em 1928.

interpretação: o intelectual deve se isentar de compromissos e engajamentos políticos, permanecendo fiel ao pensamento “universal” e “independente” que é o grande arauto. Tal leitura se pauta na análise sobre as conseqüentes implicações éticas e morais de uma aproximação demasiada entre pensamento e política, pois para Benda tal vinculação se configuraria como uma espécie de traição dos intelectuais em relação a sua posição na sociedade, isto é, uma imprescindível autonomia de pensamento para tratar das grandes questões que tomam a realidade.

Dessa forma como afirma André Botelho no texto *“Poder Ideológico e Estado Nação”*⁴³, as relações entre os intelectuais com a política em geral e o Estado no Brasil são extremamente polêmicas, pois resvalam nesta problemática apontada por Benda, contudo outros autores abordaram o tema de forma distinta, portanto cabe neste caso discorrer sobre tais abordagens realizando uma interpretação mais concisa sobre tal questão.

Assim para este fim supracitado, as relações entre os intelectuais modernistas e o Estado no Brasil nos permite pensá-las como paradigmáticas em relação à problemática levantada, dessa forma as trataremos como o mote de tais reflexões sobre a referida questão.

Segundo Botelho: *“as relações entre os intelectuais modernistas nos anos 1920 com a política e, sobretudo, o sentido das suas relações com o Estado após a Revolução de 1930 e durante o período que lhe segue, o chamado Estado-Novo (1937-1945) constituem objeto de controvérsias que parecem mesmo longe de qualquer consenso no âmbito das ciências sociais”*.⁴⁴

Para o autor duas questões emanam como sendo polarizadoras para a reflexão acima proposta e, portanto, as mesmas norteiam o debate: a primeira diz respeito ao “*ethos*” de missão cultivada por intelectuais de diferentes orientações ideológicas, como se fossem portadores especiais dos interesses gerais da sociedade e seus mediadores junto ao Estado. Enquanto a segunda refere-se às afinidades entre o empenho dos modernistas na renovação cultural brasileira e o lugar estratégico que a própria ideia de “cultura nacional” passava a assumir no projeto centralizador do Estado autoritário e corporativo que então se implantava.

⁴³ BOTELHO, A.: *“Poder Ideológico e Estado Nação”*. In: *“O Brasil e os dias: Estado-Nação, Modernismo e Rotina Intelectual”*. Bauru, EDUSC, 2005. pp.43-77.

⁴⁴ BOTELHO, A., *ibidem*. pp. 44.

Destarte surge destas inquietações a grande questão para o mote deste trabalho: se houve ou não “cooptação” dos intelectuais por parte do Estado varguista no referido período histórico no Brasil. As controvérsias em torno da questão podem ser evocadas de duas maneiras, segundo os referenciais teóricos que abordaram tal problemática: “cooptação” ou engajamento político.

A primeira desenvolvida por Sérgio Miceli⁴⁵ postula que houve uma indelével “cooptação” dos intelectuais por parte do governo varguista, pois elabora uma abordagem que confere um sentido que é exatamente a crítica à prolixa representação da missão dos intelectuais brasileiros.

Centrando sua abordagem nas relações entre origens sociais e posições nas estruturas de poder no âmbito do Estado, Miceli questiona fortemente a tese de desvinculação social dos intelectuais demonstrando a lógica das regras e das estratégias cotidianas de inserção e de viabilização das carreiras dentro dos marcos institucionais dominantes na sociedade brasileira do período: “[...] *os escritores participantes do movimento modernista em São Paulo foram beneficiados pelo mecenato burguês exercido diretamente por famílias abastadas e cultas, ao passo, que os intelectuais cooptados para o serviço público acabavam se filiando às “panelas” comandadas pelos dirigentes da elite burocrática.*”⁴⁶

Todavia, o contexto nacional abordado na pesquisa evidenciava uma expansão dos aparelhos burocráticos do Estado através da criação de inúmeros conselhos, órgãos e ministérios vinculados diretamente a Vargas, em especial o Ministério da Educação e Saúde, no qual abarcava o maior número de funcionários civis. Assim, sendo o detentor do maior contingente de cargos de comissão em 1939, elucidava que tal distribuição constituía uma pista segura para desvendar os espaços de inserção para os intelectuais. Tal inserção ou “cooptação” dos intelectuais ocorria para que estes exercessem funções e cargos de “altos vencimentos”, espaços privilegiados do serviço público, entrosados com a estrutura patrimonialista de poder.

Os intelectuais convocados para o trabalho de assessoria no interior de núcleos executivos, incluindo-se aí a maioria dos “*cargos de confiança*” (chefes e auxiliares de gabinete) tornaram-se “*homens de confiança*”, ou seja, o acesso repousava quase que inteiramente, nas provas de amizade e, por conseguinte, na preservação dos anéis de

⁴⁵ MICELI, S. : “*Os Intelectuais e a Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*”. São Paulo, Editora DIFEL, 1979.

⁴⁶ Idem, *Ibidem*, pp.16.

interesses de que eram os mais legítimos porta-vozes e os principais beneficiários, como aparece no caso de Carlos Drummond de Andrade que exercia o cargo de chefe de gabinete de Capanema.

Assim a natureza de tais relações envolvendo a *intelligentsia* nacional e o Estado brasileiro no período eram apontadas por Miceli:

“[...] perante a sua filiação ao regime autoritário que remunerava seus serviços, buscaram minimizar os favores da cooptação se lhes contrapondo uma produção intelectual fundada em álibis nacionalistas. Pelo que diziam o fato de serem servidores do Estado lhes concedia melhores condições para feitura de obras que tomassem o pulso da nação e cuja solidez se embestia dos anseios de expressão da coletividade e não das demandas feitas por qualquer grupo dirigente.”⁴⁷

Já o brasilianista Daniel Pécaut ⁴⁸ considerou ambígua a “noção de interesses” presentes nos trabalhos de Miceli como explicativa das estratégias dos intelectuais dos intelectuais dos anos 1930-1940 em suas recorrentes relações como o Estado, uma vez que enxergava nas relações dos intelectuais com o Estado não a promoção dos seus interesses próprios, mas a expressão da sua “conversão” à ação política, recuperando para tanto o modo pelo qual esses atores sociais interpretaram suas próprias vicissitudes nos termos de “missão” de que se sentiam investidos.

Assim para Pécaut⁴⁹, os intelectuais se investiam de uma urgente participação no processo de modernização que transcorria na realidade brasileira a época, isto é, muitos intelectuais colocavam-se perante a sociedade, em posição homóloga ao Estado, constatando que a recíproca era verdadeira, pois, o Estado, apresentava-se como responsável pela identidade cultural brasileira, desejava realizar a unidade orgânica da nação e recorria aos intelectuais para alcançá-la .

⁴⁷ MICELI, S. *ibid.* pp.159.

⁴⁸ PÉCAUT, D. : “*Os intelectuais e a política no Brasil : entre o povo e nação*”. São Paulo, Editora Ática 1990.

⁴⁹ “(...) no espaço de uma década uma nova geração de intelectuais não só descobriu e tornou pública a sua vocação nacional, mas ainda dividiu o lugar que, naquele momento, poderia ocupar dentro da nação. Nesses escritos sobre o presente e o futuro do Brasil encontra-se, de fato, a questão permanente dos próprios intelectuais, sua posição e sua função. Neles reaparecem sem cessar termos “intelectuais”, “intelectualidade”, “inteligência” ou *intelligentsia*. Aliás, a mesma palavra “inteligência” em português nem sempre se distingue de *intelligentsia*, mas está fora de dúvida que os que a utilizam consideram-se pertencentes a uma categoria social específica e que esta categoria é antes de tudo, uma elite dirigente”. PÉCAUT, D., *Ibidem*, pp.29.

Já a segunda controvérsia em torno da “cooptação” ou não dos intelectuais modernistas dos anos 1920 pelo Estado Novo pode se evocar por autores como Luciano Martins, Milton Lahuerta e André Botelho.

Luciano Martins⁵⁰ elucida que as referidas relações devem atentar para o processo social mais amplo no qual aqueles atores sociais se inseriam, para entender tanto as motivações e dilemas da sua pretensão de se tornarem protagonistas da história quanto as suas relações ambivalentes com o Estado.

Nesse sentido, sugere que embora já se esboçasse um “processo de constituição de uma sociedade civil”, no período ao privilegiar não a formulação de uma “teoria da sociedade”, mas a busca da sua própria “identidade social”, a “*intelligentsia*” brasileira em gênese nos anos 1920 permaneceu de modo ambíguo na articulação entre aquele processo e o processo de expansão do papel do Estado, todavia, a ponte que ela procura, entre a modernidade e a modernização, “*a conduz ao Estado*”. E segundo Martins, ao final, a interrupção do processo de formação de uma sociedade civil, “*tornada clara pela implantação do Estado Novo e pelas estruturas neo-corporativistas que ele se esforça por instituir*” criou o próprio “isolamento” da *intelligentsia* sem lhe permitir, contudo, converter esse isolamento em “autonomia” face ao Estado.

Já para Milton Lahuerta, embora considerasse que os sentidos políticos assumidos pela combinação entre o empenho da renovação cultural e da reorganização social e política fossem variáveis, sugeria por sua vez, que a própria “exigência da renovação”, que nos anos 1920 se traduzira por uma genérica demanda de unificação nacional, que se combinaria com uma não menos genérica expectativa de modernização acabaria sendo paulatinamente canalizada para o Estado, até se explicitar como cultura política estado-novista na forma de um corporativismo bifronte, isto é, “*em parte estatista - ao trazer para o interior do Estado os conflitos próprios da sociedade civil – em parte privatista – ao tornar determinados espaços de divisão do Estado objeto de acirrada disputa dos interesses privados.*”⁵¹

Por isso, considera que a relação entre os intelectuais-Estado não se deu exatamente em termos de “cooptação” como sugere Miceli, pois entende que a Revolução de 1930 teria inaugurado um processo de “*revolução passiva*” ou de

⁵⁰ MARTINS, L. : “*A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil –1920-1940*” In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, São Paulo, p 65-87, 1987.

⁵¹ LAHUERTA, M.: “*Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização*”, In: DE LORENZO, H.C. & COSTA, W.P. (org): “*A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*”, São Paulo, Fundação Editora UNESP, 1997. pp.105.

“revolução-restauração”⁵², no âmbito do qual a “exigência de renovação da sociedade” tornava-se sinônimo de aparelhamento e centralização do Estado.”⁵³

Trata-se, portanto, segundo Lahuerta, de um processo de “constituição de um novo bloco de poder com uma simultânea perspectiva autoritária e modernizadora, que busca consenso entre a intelectualidade chamando-a para participar do processo realizando a fusão da modernidade e projeto nacional”.⁵⁴

Isto é, para Lahuerta consistia na formação de um novo bloco histórico, segundo os termos gramscianos, que protagonizaria o comando da modernização brasileira a partir do aparelho estatal, onde a atuação dos membros da *intelligentsia* nacional, e seus inerentes e diversos grupos, nesse processo eram fundamentais para constituir a vinculação da política e cultura como artifício imprescindível para a materialização do projeto varguista em curso do qual faziam parte, ou seja, a construção da moderna nação brasileira.

Diante deste conjunto de análise sobre a controversa relação envolvendo intelectuais-Estado no Brasil André Botelho propõe uma perspectiva teórica nova em relação a essas duas problemáticas apresentadas: a construção do Estado-Nação.

Tal abordagem não de trata de confundir Estado e política ou mesmo de confinar a política à estrutura institucional do Estado-Nação, segundo Botelho, trata-se, antes, de enfatizar o inter-relacionamento entre as instituições políticas e aos valores culturais que define, no plano sociológico mais amplo, o referido processo histórico.

Assim, procurou fortalecer o reconhecimento de que a cultura política relaciona-se de modo complexo, e também contingente, na sociedade moderna, com a própria simbiose histórica entre Estado e Nação.

Seu argumento teórico fundamental consistia em afirmar o sentido sociológico da participação dos intelectuais no processo de construção do moderno Estado-Nação, constatado pela afirmação da “cultura” como base da adequação entre a “solidariedade social” e “autoridade pública” em que se baseia permanentemente aquele processo histórico.

Botelho parte da clássica formulação de Max Weber sobre o moderno Estado-Nação, enquanto processo histórico de articulação da “Nação” – como forma de solidariedade pertencente à esfera dos valores – ao poder do “Estado”, nesse caso, da

⁵² VIANNA, L. W. : “A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil”. Rio de Janeiro, Revan, 1997.

⁵³ LAHUERTA, M: Ibidem, pp.104.

⁵⁴ Idem, ibidem,pp.106.

ligação dos indivíduos como membros de uma “comunidade política” estabelecida através de um conjunto de crenças e práticas compartilhadas que formariam a cultura pública daquela comunidade política. O monopólio do uso legítimo da força física em um dado território, enquanto característica distintiva de um Estado, só obteria a aceitação de seus cidadãos quando eles se sentiam ligados um propósito comum, como a nação.

E associado a isso, Botelho lembra que o próprio termo da “legitimidade” introduzido por Max Weber para “*qualificar o monopólio sobre os meios de violência*”, traz à tona os “aspectos que pertencem ao âmbito da nação”, já que a legitimidade envolve obediência motivada que se traduz em aceitação e compromisso.

Isto quer dizer que, como “autoridade” e “solidariedade” comportam relações bastante variáveis historicamente de sociedade a sociedade, mas ainda não recorrentes no que diz respeito à legitimação envolvida no exercício da autoridade pública e suas complexas relações com a estrutura social, deve-se assinalar no processo de construção do Estado-Nação.

Segundo Botelho, Weber enfatiza o papel desempenhado pela cultura para o cumprimento da necessária “reconciliação ideológica entre a dominação burocrática e solidariedade social”. Isso pode ser entendido, nas palavras do próprio Weber, como um “*grupo de homens que em virtude de sua peculiaridade, tem acesso especial a certas realizações consideradas como valores culturais e que, portanto usurpa à liderança de uma comunidade cultural, os intelectuais constituem os portadores sociais e os difusores por excelência da ideia de “nação”, assim como os burocratas o são a ideia de Estado*”.⁵⁵

O tema do exercício do “poder ideológico” por parte dos intelectuais nos processos de construção nacional evidencia-se, contudo, de modo particularmente dramático nos países que seguiram “*vias não clássicas*” para a modernidade ou casos de “*revolução passiva*”, cujo eixo institucional e político é justamente o Estado-Nação, como foi o caso brasileiro.

Assim, como constata Bendix⁵⁶, os intelectuais e ideias impõem-se de modo especialmente significativo no caso das sociedades “seguidoras” condenadas a buscar redimir seu “atraso” em relação às sociedades avançadas na estrutura moderna:

⁵⁵ WEBER, M. : A ciência como vocação. In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982, p. 154-83.

⁵⁶ BENDIX, R. : *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: EDUSP, 1996.

*“É tão típico de países atrasados (...) a intelligentsia desenvolver uma intensa busca de uma saída do atraso de seu país e nela se engajar”, quanto uma “parte típica dessa busca consiste no trabalho ambivalente de preservar ou fortalecer o caráter indígena da cultura nativa e tentar ao mesmo tempo preencher a lacuna criada pelo desenvolvimento avançado “da sociedade ou das sociedades de referência”.*⁵⁷

Portanto os intelectuais não permanecem como testemunhas estranhas do desenvolvimento levado adiante pelos outros, eles tendem a se transformarem em líderes do impulso para a modernização e construção nacional.

Neste caso fica evidente a intrínseca e inexorável relevância da sociologia política para pensar as relações entre os intelectuais e o Estado no interior do processo de modernização, ou seja, da construção das nações modernas.

Assim diante de todas as abordagens interpretativas que se debruçaram sobre o tema polêmico das relações entre os intelectuais e o Estado no Brasil nas décadas de 1930-1940, as que questionaram o conceito de “cooptação” foram mais embasadas para o entendimento do objeto deste trabalho, pois postularam a existência de um contexto político e cultural que pleiteava e permitia uma ativa participação dos grupos intelectuais no processo de construção da moderna nação brasileira perpetrado pelo aparelho estatal do governo varguista.

Dessa forma enfatizou-se a esfera ministerial comandada por Gustavo Capanema no interior de tal processo, uma vez que sua pasta ministerial materializou-se como o espaço de inserção e atuação de vários grupos da *intelligentsia* nacional que se interessava em contribuir ativamente, em suas respectivas áreas de atuação, na formação da moderna nação brasileira por meio das iniciativas, medidas e projetos que emanavam do poder decisório do ministério Capanema.

Portanto as disputas por cargos e execução de projetos no campo educacional e cultural por meio de instituições e iniciativas no Brasil à época, que transcorreram no interior da gestão ministerial de Capanema configuraram-se como lutas dos grupos da *intelligentsia* nacional por hegemonia junto ao Estado, ou seja, disputas que se dirigiam para a formação de um novo bloco histórico no âmbito do aparelho estatal, onde protagonizariam as transformações substanciais da sociedade brasileira em nome da modernização nacional.

⁵⁷ BENDIX,R.: *ibidem.*,pp.53.

6- O Ministério Capanema : *Lócus* estratégico das disputas entre os membros da *intelligentsia* nacional

Em 3 de outubro de 1945 ocorreu a inauguração do edifício que passaria a ser a sede do Ministério da Educação e Saúde comandado por Gustavo Capanema, e que deveria representar por sua monumentalidade arquitetônica, a própria razão de ser de um ministério criado para “educar e curar” o Brasil, livrando-o de seus grandes males e propiciando-lhe um futuro promissor e moderno.

Segundo Lucio Costa que comandou a equipe de arquitetos que projetou a obra, ela seria uma espécie de espelho do ministro como homem público e privado, simbolizando suas qualidades e defeitos.

Reiterando tal abordagem sobre a relevância de Capanema e suas iniciativas naquele momento particular da história brasileira a pesquisadora Ângela de Castro Gomes elucidou o seu papel, atribuindo-lhe uma “*centralidade indiscutível para a compreensão do mundo intelectual brasileiro dos anos 1930-1940.*”:

“Constatação trivial e há muito realizada pela literatura especializada no período e no tema. Contudo, a despeito do reconhecimento compartilhado no que diz respeito ao impacto produzido pelo ministério e pelo ministro, nesse “pequeno mundo intelectual”, são ainda poucos os trabalhos que propõe investigar as razões e formas que tornaram possível a construção de um “lugar” tão especial no campo do poder do pós-1930. Ou seja, que procurem investigar como a política cultural gerenciada por Capanema conseguiu produzir entre os intelectuais, mas não apenas entre eles, a imagem de um espaço distinto do restante do aparelho de Estado, este sim muito mais identificado com a opressão física e simbólica de um regime autoritário. O território de Capanema, segundo seus contemporâneos e também muitos de seus analistas, era arejado em sua heterogeneidade e ousadia de ideias. Era como o edifício que se inaugurava em 1945: surpreendentemente inovador no ambiente que o abrigava.”⁵⁸

Neste artigo, Ângela de Castro Gomes procurou examinar a correspondência privada do ministro Gustavo Capanema, entendendo-a como um “lugar de

⁵⁸ GOMES, A.C., “O ministro e sua correspondência : projeto político e intelectual”, pp.14 , IN: GOMES, A.C. (org), “*Capanema: o ministro e seu ministério*”, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

sociabilidade” para a intelectualidade brasileira dos anos 1930-1940. O objetivo segundo a autora era analisar as relações tecidas entre Capanema e os diversos grupos intelectuais, procurando investigar um processo de construção identitária que abarcasse o próprio ministro Capanema, o papel de um ministério “revolucionário” e o lugar da comunidade intelectual diante de ambos.

Nesse sentido a hipótese levantada por Ângela de Castro Gomes consistia na ideia de que na escrita privada dos intelectuais haveria indícios para se pensar tais relações, iluminando-se a atuação do ministro como homem público e pessoa privada, como político e intelectual.

A correspondência de Capanema seria, portanto, um meio privilegiado para se entender como foi possível articular um “*locus*” político tão importante para um regime ditatorial como o Estado Novo, com um número tão significativo de intelectuais que, ainda que efetivamente cobrissem espectros ideológicos muito diferenciados e até antagônicos, acabaram atuando sob à orientação política dominante.

Cabe notar que estas correspondências pessoais de Capanema encontram-se no “*Arquivo Gustavo Capanema*” do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro. Tal arquivo possui, quantitativamente, mais de 200.000 documentos que abrangem o período que vai de 1914 a 1982, cobrem boa parte da vida de Capanema. O próprio ministro “doou” tais elementos que compõem o acervo sobre sua vida. Comparativamente, 90% dos 114 dos outros arquivos recolhidos e datados pelo CPDOC-HCB/FGV-RJ possuem menos de 10 mil documentos, segundo a pesquisadora Priscila Fraiz⁵⁹, uma das responsáveis pela organização do “*Arquivo Gustavo Capanema*”.

Uma pertinente observação sobre a elaboração e coleta dos documentos do referido arquivo, consiste que tradicionalmente os arquivos pessoais costumam chegar à instituição desprovidos de qualquer arranjo ou ordem. No caso do arquivo de Capanema tal constatação não se verificou devido a duas razões: o próprio Capanema elaborou uma sistemática na organização de seus documentos além de conter informações, dele mesmo, de como foi realizado tal arranjo.

Nesse sentido é possível definir o arquivo Capanema como um “autêntico projeto autobiográfico”, que acabou por tomar lugar de um texto desejado, contudo

⁵⁹ FRAIZ, P. “Arquivos Pessoais e projetos autobiográficos : o arquivo de Gustavo Capanema” , IN: GOMES, A.C.(org), “Capanema: o ministro e seu ministério”, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

jamais realizado por seu titular, devido à concentração de tantos documentos, incluindo alguns sobre sua própria lógica de acumulação.

A relação entre Capanema e os intelectuais do período por meio das correspondências encontradas no arquivo Capanema foi analisada por Ângela de Castro Gomes cujo intuito era construir uma amostra da qual se pudesse extrair resultados qualitativos no que refere à questão da sociabilidade intelectual. Neste trabalho destacam-se dados relevantes para a pesquisa aqui realizada: alguns dos mais “assíduos” correspondentes de Capanema integram os membros da *intelligentsia* nacional que possuíam como preocupação comum questão educacional no Brasil: Alceu Amoroso Lima (149 cartas), Manuel B. Lourenço Filho (27 cartas), Mario de Andrade (23) e Fernando de Azevedo (15)

A análise desse conjunto de dados deve partir de uma reflexão inicial sobre o tipo de correspondência que está sendo examinada. Todos os remetentes são letrados e homens (não há nenhuma mulher) cujo reconhecimento social e intelectual estava em marcha ou era fato consumado à época. Suas cartas são corretas linguisticamente e também “materialmente”: letra, ordenamento, etc. O interessante no caso, é que se está examinando uma forma de escrita executada por intelectuais, mas que se faz “fora” do circuito profissional-formal. Essas cartas, embora pudessem ser escritas por pessoas que então ocupavam cargos públicos e tocar em assuntos de “trabalho”, estavam inseridas num circuito privado, alternativo à correspondência oficial, dirigindo-se à Capanema tanto como ministro como pessoa.

Essa característica é que torna peculiar a investigação do tipo de interação que se estabeleceriam entre remetentes e destinatário, levando a uma observação cuidadosa dos conteúdos das cartas e também de sua retórica. Isso porque interessa particularmente saber quais os assuntos tratados, considerando-se a posição política e hierárquica de Capanema face àqueles que se dirigem “pessoalmente” a ele e cujo *status* sociocultural é elevado.

A maioria das cartas, numericamente, que compõem a correspondência de Capanema com os intelectuais no período tratam de pedidos e assuntos profissionais, segundo Ângela de Castro Gomes, apesar da existência de assuntos pessoais, os assuntos políticos são mais presentes e relevantes.

Dessa forma, pode-se dizer que os intelectuais não se voltaram para análises da conjuntura política da época nem de políticas públicas que envolvessem outros titulares ministeriais. Suas cartas tratavam de questões específicas e remetiam a suas relações

diretas com Capanema, denotando a montagem de uma rede de sociabilidade cujo eixo primordial era o ministro Gustavo Capanema.

No que tange a parte das correspondências que abarca os assuntos pessoais, cabe salientar a presença de felicitações de datas comemorativas como Natal, Ano Novo e aniversário do próprio ministro, assim como algumas cartas que indicam relações íntimas e afetivas, em especial as trocadas com Alceu Amoroso Lima, amigo de longa data, antes mesmo de ocupar a pasta ministerial.

A rede dos intelectuais da correspondência de Capanema atua de forma clientelística, como seria óbvio supor, mas não pedindo diretamente para si, o que talvez seja mais confortável, considerando-se o tipo de remetente analisado. Interessante, entretanto, é poder verificar, dadas as características do arquivo, como o ministro atuava diante dessas demandas examinando apenas as cartas por ele expedidas a esses 19 intelectuais, isso graças aos registros realizados por seu secretário particular, Archrises Gonçalves Santos.

Os pedidos de nomeação e transferência são os mais frequentes, havendo preferência pelos postos de inspetor de ensino (secundário, comercial), professor na Universidade do Brasil e, em menor escala, vários outros.

Um dado relevante das décadas de 1930-1940 é a montagem do sistema de educação e saúde públicas no Brasil, havendo assim numerosos cargos a serem preenchidos, onde cabe salientar que é deste momento a lei de acumulações que visava impedir que um funcionário público ocupasse mais de um cargo, o que gerou turbulências e abriu muitas vagas para nomeações.

Assim a correspondência⁶⁰ de Capanema evidencia um caso bem visível da dupla face da ideia de “*cooptação*”, sobretudo, quando se leva em conta os convites para ocupar certos cargos no ministério. Isto é, quando a posição em questão era estratégica para a condução das políticas públicas que se desejava adotar, exigindo nomes que não só fossem capazes de implantá-las com eficiência, mas que também garantissem sua legitimidade ante um circuito social mais alargado.

Destarte a correspondência travada com Lourenço Filho, importante nome do movimento da Escola-Nova talvez seja o melhor de todos os exemplos para clarificar as relações dúbias que tangenciavam o tema da “*cooptação*” em torno da figura de Capanema. Nela se nota que Capanema realmente desejava sua colaboração, primeiro

⁶⁰ Ver Anexo Correspondência Seleccionada de Capanema

como diretor do Departamento Nacional de Educação, tendo-o convidado para o cargo em abril de 1935, quando o intelectual trabalhava na equipe do prefeito Pedro Ernesto e de seu secretário Anísio Teixeira.

Contudo a resposta foi negativa, assim como as proferidas para os convites que se seguiram, para o Colégio D. Pedro II e para a Universidade do Brasil, e a despeito das gentilezas de Capanema e de suas provas de confiança e estima, no dizer do próprio Lourenço Filho. Até meados de 1936, constatou-se que os convites continuaram, mas que a recusa firmara-se em função dos episódios políticos que envolveram Anísio Teixeira e Pedro Ernesto no levante comunista de novembro de 1935.

Porém, em fevereiro de 1937, verificou-se que finalmente ele assume o Departamento Nacional de Educação, embora por poucos meses, exonerando-se em julho, sobre protestos do ministro, alegando razões de saúde. Entretanto, o envolvimento de Lourenço Filho com o ministério não cessou por aí, uma vez que em julho de 1938, após o golpe do Estado Novo, é nomeado primeiro diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), onde permaneceria até 1945 no final da gestão de Capanema a frente do ministério.

Capanema, portanto, insistia na presença de certos intelectuais em sua equipe e lutava arduamente por suas permanências, já que não foram incomuns as “sensibilidades” feridas e os aborrecimentos de percurso, como no caso da negação do ministro em relação a dois pedidos de exoneração feitos por Abgar Renault, substituto de Lourenço Filho no comando do Departamento Nacional de Educação.

Os pedidos realizados pelos membros da *intelligentsia* brasileira junto a Capanema são seara rica para se perceber a dimensão de troca, afetiva, inclusive, que envolve as relações construídas entre os intelectuais e o poder. Muitas vezes eles também estão nitidamente associados aos assuntos que foram classificados como profissionais e que, na correspondência de Capanema, têm como temas privilegiados a reforma do ensino secundário (denominada reforma Capanema) e os debates sobre a Universidade do Brasil.

Além dos pedidos de vagas para professor e da questão do preenchimento dos cargos de diretor, também estava em discussão a própria estrutura dos cursos, e nesse aspecto as sugestões de certos intelectuais eram valiosas e se faziam fora do circuito mais formal montado para tanto, isto é, os intelectuais eram convocados e muitas vezes, convidados a participarem das decisões e medidas governamentais que tratavam da criação de órgãos e instituições educacionais devido a suas respectivas competências

nas áreas em questão. Tais relações se constituíam em torno da figura de Capanema, pois como ministro exercia um papel de mediação entre os diversos projetos inerentes a *intelligentsia* e o campo viável e pertinente para a realização dos mesmos, ou seja, o aparelho estatal.

Os pensadores autoritários, como Francisco Campos e Azevedo Amaral, juntamente com os educadores profissionais, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira, foram às únicas categorias de intelectuais convocados pela elite burocrática em virtude da competência e do saber que dispunham em suas respectivas áreas de atuação.

Cabe salientar uma constatação que no referido período histórico à correspondência entre os intelectuais representava o espaço mais oportuno e palpável da sociabilidade entre os grupos intelectuais, uma espécie de “*locus político*” de suas respectivas relações, portanto a correspondência de Capanema, tanto pessoal como oficial, representou um “lugar especial” para a construção de sua identidade de homem-público, sobretudo no que concerne ao diálogo com um grupo estratégico, os intelectuais, fundamental para o exercício das suas funções naquela pasta e para o reconhecimento de uma imagem que era, ao mesmo tempo, a de um político e de um intelectual.

Capanema possuía uma concepção ativa no que tange as atribuições e funções da Educação, na qual estaria a serviço da nação, controlada e executada através do Estado, ressaltando a “modernização conservadora”, permeada pela educação: “[...] *que ela longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da nação, e que, estão sob a guarda, o controle ou a defesa Estado*”.⁶¹

Portanto vinculava-se aos ideais que orientavam o projeto varguista, pois se articulavam entre as prioridades de formação de uma nova nação e de um novo homem relacionadas à necessidade de consolidar a unidade nacional e a partir da implantação do Estado-Novo centralizava a administração cultural através de inúmeros decretos e poderes controlados pela União, dessa forma demonstra que neste momento a cultura nacional tornava-se um negócio oficial, administrado por um Estado autoritário em expansão, onde Capanema assumiu pessoalmente a responsabilidade por sua

⁶¹ HORTA, J.S.B. : “A I Conferência Nacional de Educação ou como monologar sobre educação na presença de educadores” IN: GOMES, A . C. (org) : “*Capanema: o Ministro e seu Ministério*”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000.pp.129.

intervenção neste novo processo de administração cultural desencadeado a partir do Estado.

CAPÍTULO II – CAPANEMA E AS RELAÇÕES COM A *INTELLIGENTSIA NACIONAL*

1- Capanema, a Igreja e a *Intelligentsia* Católica

A Igreja Católica no Brasil sempre possuiu, historicamente, um papel de destaque no tange às discussões e ações sobre os rumos da política nacional, vínculos com o Estado, assim como no controle e administração da educação, fatos que remontam aos tempos coloniais (atuação dos jesuítas) e imperiais (sistema de Padroado) da história nacional. Contudo, no início do século XX tal papel foi vilipendiado pelas mudanças oriundas da implantação do regime republicano demarcado por suas matrizes laicas e positivistas. Assim, neste período a Igreja e sua *intelligentsia* começaram a se mobilizar com o intuito de reaver seu papel e relevância no cenário nacional, em especial no âmbito da administração educacional.

Segundo os defensores do papel da Igreja e da religião no âmbito educacional, o Brasil vivenciava uma crise oriunda da “*apostasia republicana*” do Estado e no “*laicismo pedagógico*” instaurados na Primeira República (1889-1930), que impôs uma realidade à revelia da maioria católica da nação, sendo instaurada por uma elite cujos objetivos de “ordem e progresso” estavam calcados em princípios racionalistas e positivistas, que em seu entendimento eram alheios à tradição do povo brasileiro.

Argumentavam que sob este otimismo racionalista formaram-se gerações, especialmente nas escolas públicas, que não ouviram falar de deveres morais e nem de deveres religiosos, elaborando um cenário nacional ausente de ética e religião que deformava a nacionalidade, tradicionalmente cristã e católica. Destarte tal modelo educacional formou dirigentes que pela acumulação de riquezas e aperfeiçoamento cultural, eram negadores da presença de Deus no âmbito público e oficial, isto é, o Estado havia se divorciado da Nação.

Neste momento o movimento católico compôs suas bases que discutiam a educação e seu papel político em órgãos e medidas implantadas por intelectuais que remontavam às primeiras décadas do século XX no Brasil, tais como a emblemática publicação de uma pastoral do futuro cardeal do Rio de Janeiro Dom Sebastião Leme

em 1916, que tornou célebre a proposta de uma ação decisiva e operante da Igreja cujo intuito era alterar as bases agnósticas e laicistas do regime, vinculando o catolicismo como a religião própria do “caráter nacional” no Brasil. Assim, propunha a formação de quadros intelectuais que fossem capazes de exercer influências na “recristianização” das elites nacionais atacadas pelos males da civilização burguesa e liberal, além de uma mobilização dos leigos em favor das teses católicas.⁶²

D. Leme contou com a colaboração de um intelectual recém-convertido ao catolicismo, Jackson Figueiredo, e juntos fundaram a revista “*A Ordem*”, a qual passou a veicular ideais católicos, apologizando-os, e exorcizando os contrários. Jackson Figueiredo acreditava que somente a religião poderia assegurar a base da nação: “*A verdade religiosa é a alma mesma da Pátria, base espiritual da nacionalidade, a única força que, desde os nossos primórdios fez a coesão, a unidade entre os elementos mais dispares*”.⁶³

Outro destaque da mobilização dos grupos católicos foi à fundação do “Centro Dom Vital” em 1922, que visava à formação de quadros católicos atuantes no panorama nacional que começava a indicar algumas mudanças. Ressaltava-se o tom polêmico e “reacionário” nas atuações do Centro e da Revista, e ambos a crítica ao liberalismo em bases moralistas e reformistas era proeminentes marcas.

Contudo, em 1928, a morte inesperada de Jackson Figueiredo eleva uma nova liderança leiga junto ao Centro, e conseqüentemente ao movimento católico. Trata-se de Alceu Amoroso Lima (alinhado de Tristão de Ataíde), cuja pretensão maior era a de possibilitar uma adequada fundamentação intelectual e dogmática para os princípios católicos, recolocando assim as mesmas metas de outrora, ou seja, “cristianizar” a elite intelectual e política do país vinculada ao aparelho estatal.

Alceu ressaltava também o papel do Estado na educação, porém afirmava o caráter imprescindível da relação do aparelho estatal com a Igreja, da qual era seu porta-voz, transformando-se em guardião vigilante de uma ordem moral, primordialmente após 1930, e num incansável defensor da tutela da Igreja sobre o ensino público. Muitos membros dessa corrente católica, inclusive Amoroso Lima, ingressariam depois, de forma duradoura ou não, no movimento integralista de 1933.

⁶² CURY, C. R. J. “*Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais*”, Cortez e Moraes, São Paulo, 1978 .pp.15.

⁶³ PÉCAUT, D. “*Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo a nação*”, Editora Ática, São Paulo, 1990. pp.28.

Cabe salientar que Alceu Amoroso Lima endossou essa tese da relação inexorável do Estado com a formação da nação, ao afirmar que em toda a História do Brasil “o poder público não é apenas o reflexo do povo e sim o orientador, o guia, o verdadeiro formador do povo”⁶⁴. Já nos fins dos anos 1920, Alceu preocupa-se assim com a restauração da identidade católica no Brasil, e baseava suas intervenções no sentimento religioso, mas hesitava entre um projeto desmobilizador e um projeto mobilizador para tanto. Todavia, a revolução de 1930 levou a Igreja a se transformar em uma força social indispensável ao processo político doravante a alguns fatores intrínsecos aquele momento político nacional.

Segundo Cury (1978), a linha da Igreja interessava a diversos grupos da classe dominante, além disso, era sabido a “momentânea”, porém notória indefinição ideológica dos vitoriosos do movimento de 1930, uma vez que nos primeiros meses não havia ainda um grupo que fosse capaz de se impor aos demais, fato que gerou certa instabilidade política do regime, alavancando a Igreja a um patamar favorável no momento, que lhe possibilitou participar do processo político mais efetivamente e com uma influência maior em vista de seus interesses. Um ponto de destaque neste momento, no que tange a relação entre a Igreja e o Estado no Brasil, foi uma declaração do cardeal D. Leme durante a inauguração do Cristo Redentor no Rio de Janeiro: “*ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhece o Estado*”⁶⁵

Assim o futuro da própria Igreja, única instituição já organizada em todo o país, dependia de como ela trabalhasse essa indefinição e instabilidade, isto é, resultaria em suas relações com o poder temporal do Estado.

Em 1931, a Igreja encontrou em Francisco Campos, ministro do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, um explícito apoiador de sua causa. Por intermédio de Campos o ensino religioso facultativo foi reintroduzido nas escolas públicas oficiais, motivando debates o decreto do governo provisório, nº19.941 de 30/04/1931, foi saudado com esperança pelos grupos católicos que se ocupavam com o tema da educação nacional.

Iniciava-se neste momento uma vinculação marcante entre o regime que se forjava e as teses defendidas pela *intelligentsia* católica, sendo esta demarcada pela

⁶⁴ Apud PÉCAUT, D. “*Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo a nação*”, Editora Ática, São Paulo, 1990. pp.45.

⁶⁵ Ver VELLOSO, M. P. “*A Ordem, uma revista de doutrina, política e cultura católica*”. IN: *Revista de Ciência Política*, 2, vol. 11, set. 78, Rio de Janeiro, FGV, 1978, pp.122.

imprescindível relação entre o poder público e a proclamada tradição cristã brasileira, como é enaltecida na passagem presente na revista “*Ordem*”:

*“- Em vão esforçar-se-á o Sr. Getúlio Vargas para fundar entre nós um regimen novo que dure e estabeleça o reino da Paz e da harmonia entre os nossos concidadãos se, obediente à realidade nacional não reconhecer que é preciso restaurar de publico e solenemente aquela lei que está de há muito gravada em todos os corações brasileiros: a submissão integral a Jesus-Christo Rei”.*⁶⁶

Portanto tal vinculação se embasava em discursos que proclamavam e defendiam a intrínseca relação entre a nacionalidade brasileira e a tradição cristã-católica, impregnada no processo histórico brasileiro há tempos. O Brasil deveria realizar naquele momento uma verdadeira revolução, isto é, segundo os intelectuais católicos, uma revolução espiritual, afirmando os valores religiosos propagados pela educação como fundamento ideológico para a consolidação moral do país.

Pois para tais teóricos a mesma seria básica para qualquer povo ou nação e consistia na essência da própria nacionalidade brasileira, uma vez que afirmavam que o espírito religioso correspondia a um dos pilares da nação brasileira compondo a totalidade e unidades nacionais, onde tais princípios se mesclavam com as raízes da alma brasileira.

Assim em 1934, com a nova Carta Constitucional, a Igreja foi quase que oficialmente reconhecida, pois a partir daí preencheu funções cabíveis ao Estado dando-lhe apoio especialmente no setor trabalhista por meio dos “círculos operários” e em troca o Estado a apoiou em seus interesses e projetos, sempre que possível, dentro do jogo de compromissos que caracterizou o regime varguista.

Neste ponto a faceta talvez mais significativa da gestão de Capanema no Ministério da Educação iniciada em 1934 foi sua íntima associação com os setores mais militantes e conservadores da Igreja Católica naqueles anos, representada por Alceu Amoroso Lima, Padre Leonel Franca e, como figura central, o Cardeal D. Leme, do Rio de Janeiro, entretanto cabe mencionar que não se tratava de mera afinidade filosófica ou ideológica.

Em 1934 firmou-se o pacto político entre Getúlio Vargas, de origem castilhista e positivista, e a Igreja. Segundo este acordo, a Igreja daria ao governo apoio político e

⁶⁶ SOBRAL PINTO, H. “Chronica Política”, *A Ordem*, julho de 1932, pp.57. IN: CURY, C. R. J. “*Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais*”, Cortez e Moraes, São Paulo, 1978. (notas-rodapé) pp.43.

receberia em troca a aprovação das chamadas “emendas religiosas” na Constituinte de 1934, que incluía, entre outras coisas, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Mais do que isto, o pacto levou a que o Ministério da Educação fosse entregue a uma pessoa de confiança da Igreja, o próprio Capanema, que trabalharia em sintonia com Alceu Amoroso Lima, o membro de maior envergadura entre seus quadros intelectuais, como pode ser constatado na leitura da correspondência trocada por Capanema e Alceu no período abordado.⁶⁷

Cabe salientar que a inserção de Capanema nos círculos de poder político federal logo após a Revolução de 1930 se deve, em grande parte, a sua relação de proximidade e “*apadrinhamento político*” com certos intelectuais, como o também mineiro, Francisco Campos e o próprio Alceu Amoroso Lima, como enunciado acima.

A primeira consequência deste acordo político foi que a Igreja passou a aceitar uma presença muito mais ativa do Estado na educação do que normalmente o faria, o Brasil respirava, naqueles anos, o debate da educação pública versus educação privada que, oriundo da Europa, marcava a oposição entre os defensores do ensino leigo, universal e público, no caso brasileiro os “pioneiros da Escola Nova” e a Igreja - com seu corpo de intelectuais - defensora do ensino privado e confessional. Na Europa, e na França mais particularmente, este debate se dava no contexto de uma separação estrita entre a Igreja e o Estado, que também prevaleceu no Brasil entre a Proclamação da República e o pacto de 1934.

Com este pacto, a Igreja cessou seus ataques à interferência do Estado na educação, passando a trabalhar para que esta educação tivesse a forma e os conteúdos que ela considerava adequados, assim, continuaria, sem dúvida a desenvolver sua rede de escolas religiosas de nível secundário.

Esta acomodação entre a Igreja e o Estado fez com que perdesse muito a nitidez do confronto entre a Igreja e os defensores do ensino público e leigo, que ficaram conhecidos como os “pioneiros da escola nova”. Ao forte conflito ideológico que contrapunha, por exemplo, Anísio Teixeira a Alceu Amoroso Lima, não correspondia oposição total, já que ambos defendiam, ainda que por caminhos distintos, um papel crescente do Estado no estímulo e controle da educação nacional. As divergências se colocavam frequentemente em termos filosóficos e pedagógicos, mas, ainda aí, faltava a

⁶⁷ Ver Anexo “Correspondência Seleccionada de Capanema”.

ambos os lados concepções pedagógicas mais elaboradas que caracterizassem suas respectivas posições.

Isto explica porque outras pessoas também identificadas com o “escolanovismo”, mas menos marcadas ideologicamente, passaram a se definir essencialmente como “técnicos em educação” e, desta forma, conseguiram ocupar lugares importantes do Ministério. O exemplo mais marcante talvez tenha sido o de Lourenço Filho, responsável pela organização do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos).

O papel crescente do governo federal na educação teve também como consequência o arrefecimento dos esforços educacionais dos estados, que haviam começado a se esboçar com maior vigor em várias regiões do país ao longo da década de 20 e início dos anos 30. Este não foi, evidentemente, um efeito exclusivo da política do Ministério da Educação, mas parte de um processo muito mais amplo de concentração do poder no Rio de Janeiro e esvaziamento dos estados, marca indelével da gestão de Vargas, ou seja, a centralização administrativa.

Como o ensino primário continuou sendo atribuição dos governos estaduais e o Ministério se preocupava basicamente com o nível secundário e superior, o ensino primário ficou cada vez mais relegado à segundo plano, e o país jamais conseguiu organizar um sistema nacional realmente abrangente de educação básica, apesar dos avanços havidos principalmente em São Paulo e no Distrito Federal.

A principal atuação do Estado Novo na área do ensino primário foi, na realidade, repressiva, ao tratar de impedir que os filhos de imigrantes japoneses, italianos e alemães fossem alfabetizados em suas línguas maternas, uma vez que principalmente na região Sul do país as comunidades destes imigrantes, em especial as alemãs, resistiam duramente ao processo educacional imposto pelo poder federal, enquadrado em um projeto que ambicionava forjar a nação brasileira por meio da constituição de uma autêntica cultura nacional, ou seja um “*abrasileiramento*”⁶⁸, onde a educação exerceria um papel integrador em relação aos diversos segmentos culturais que compunham a realidade do país.⁶⁹

E só nos últimos anos do governo Vargas, com o processo de democratização do país já iniciado, que as iniciativas educacionais a nível estadual começam a ser

⁶⁸ SCHWARTZMAN, S. (org) & BOMENY, H. & COSTA, V. M. : “*Tempos de Capanema*”. São Paulo, EDUSP, 1984, pp.90-93.

⁶⁹ SCHWARTZMAN, S. (org) & BOMENY, H. & COSTA, V. M. : “*Tempos de Capanema*”. São Paulo, EDUSP, 1984.

retornadas. Um dos principais resultados da colaboração entre a Igreja e o Ministério da Educação foi a grande ênfase dada ao ensino humanista na escola secundária, em detrimento da formação científica e técnica. O latim ocupava lugar central, e até o grego chegou a ser cogitado como matéria regular, enquanto que a matemática, a biologia e a física ficavam em segundo plano.

O ensino secundário adquiriu, desta forma, um prestígio especial entre as famílias que podiam proporcionar educação a seus filhos, que só eram destinados a outras modalidades de ensino médio se não tivessem alternativa. Aqui, novamente, houve coincidência e reforço mútuo entre a prioridade dada pelo Ministério da Educação comandado por Capanema ao ensino secundário e a tendência da própria sociedade em desvalorizar a educação profissional e técnica, como destinada a cidadãos de segunda classe. Desta forma, o ensino médio profissional nunca chegou a ter os recursos, a atenção e o envolvimento de pessoas motivadas e qualificadas para dar-lhe um mínimo de qualidade, apesar das honrosas exceções de sempre.

A Igreja também colaborou na tentativa de dar à sociedade brasileira uma organização corporativa, que teve reflexos importantes na área educacional. À menção do termo “corporativismo” surge logo a imagem da organização simétrica dos sindicatos patronais e de empregados sob supervisão ministerial, implantada pelo Estado Novo.

Na área educacional, o ideal corporativo levou à tentativa de estabelecer uma estrita correspondência entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho, segundo a qual as profissões seriam definidas por lei, organizadas por associações profissionais a cada profissão correspondendo um curso e vice-versa.

Isto fez com que a educação geral ficasse limitada à escola secundária, enquanto que as universidades se organizavam para a formação de profissionais liberais que deveriam passar por currículos mínimos idênticos e fixados por lei, que dariam direito a diplomas para o exercício profissional.

Esta vinculação forçada entre os cursos superiores e o mercado de trabalho fez com que, na prática, as universidades brasileiras jamais chegassem a ter real autonomia didática. A uniformização dos currículos, a desvalorização da educação geral e científica nas universidades, o formalismo e o conseqüente esvaziamento do conteúdo de nosso sistema educacional podem ser explicados por esta situação. Seria, no entanto, injusto dizer que o credencialismo e seus problemas resultam somente do corporativismo de inspiração católica conservadora. Aqui, como em outros casos, ela

simplesmente reforçou uma tendência preexistente em nosso sistema educacional, que nem é exclusiva da experiência brasileira.

Um ponto relevante da influência da *intelligentsia* católica junto ao ministério comandado por Capanema se embasou nos embates envolvendo a intelectualidade da época no que tange a criação de um modelo universitário nacional, que começou a ser forjado por Capanema por meio de medidas e decretos ministeriais, em especial o que abordava a criação da Universidade do Brasil, realizada oficialmente em 1937 por um decreto do presidente Vargas.

Contudo a origem destes embates acalorados envolvendo os membros da *intelligentsia* nacional em torno de Capanema e seu ministério se remontava ao ano de 1935 quando ocorreu à criação da Universidade do Distrito Federal realizada devido a relevante atuação de Anísio Teixeira, um dos mais destacados membros do movimento da “Escola Nova”, então diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal na gestão municipal do prefeito Pedro Ernesto. Tal instituição, segundo Schwartzman (1984), representou por alguns anos a esperança dos setores liberais da intelectualidade do Rio de Janeiro que vislumbravam uma instituição de nível superior à altura de suas aspirações.

Segundo as palavras do próprio Anísio Teixeira, tal universidade atenderia os anseios de homens que morreram lutando por um ideal de um pensamento “livre como o ar”: *“Todos os que desapareceram nesta luta, todos os que nela se batem, constituem a grande comunhão universitária que celebramos com a inauguração solene de nossos cursos. Dedicada à cultura e à liberdade, a Universidade do Distrito Federal nasce sob um signo sagrado, que a fará trabalhar e lutar por um Brasil de amanhã, fiel às grandes tradições liberais e humanas do Brasil de ontem”*⁷⁰

Todavia a criação de tal universidade produziu uma inquietação no interior do Ministério da Educação, uma vez que a mesma se colocava como um desafio em relação ao projeto universitário encampado pela pasta comandada por Capanema, além de ter instigado reações intensas na intelectualidade católica, como aparece na carta enviada a Capanema por Alceu Amoroso Lima em 16 de junho de 1935, cujo um trecho trata a questão das escolhas do quadro de professores de tal instituição nos seguintes termos:

⁷⁰ “A instalação, ontem, dos cursos da Universidade do Distrito Federal”. *Correio da Manhã*, 1º de agosto de 1935.

“- A recente fundação de uma universidade municipal, com a nomeação de certos diretores de faculdades, que não escondem suas ideais e pregação comunistas, foi à gota d’água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos. Para onde iremos, por este caminho? Consentirá o governo em que, à sua revelia mas sob sua proteção, se prepare uma nova geração inteiramente impregnada dos sentimentos mais contrários à verdadeira tradição do Brasil e aos verdadeiros ideais de uma sociedade sadia”⁷¹

Assim o patrulhamento ideológico no campo educacional comandado pela intelectualidade católica, com grande destaque para Alceu Amoroso Lima, atingia diretamente o aparelho ministerial gerido por Capanema. Destarte, episódios como a vinculação de figuras destacadas do “escolanovismo”, como Anísio Teixeira, nos levantes de 1935, permitiram não somente o fortalecimento do controle junto ao aparelho estatal, como levaram ao seu afastamento do cargo de Diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal no mesmo ano.

Além da profusão de vetos e indicações de nomes que aparecem na correspondência entre Alceu Amoroso Lima e Capanema⁷², como o veto do nome de Fernando de Azevedo para o cargo de Diretor Nacional de Educação em 1935⁷³ (e de muitos mais, seguramente, que não aparecem), houve uma influência direta da Igreja por meio de sua *intelligentsia* no fechamento da Universidade do Distrito Federal, que foi entregue mais tarde, por um breve período, à direção de Amoroso Lima entre 1937-1938. O fechamento da mesma contou com as circunstâncias favoráveis, do ponto de vista político, surgidas com a instituição do Estado Novo no final de 1937, que possibilitou encaminhar o processo legal e autoritário de sua extinção de forma efetiva.

Alegando um critério de “inconstitucionalidade”, a extinção da Universidade do Distrito Federal atendia as pressões da *intelligentsia* católica junto a Capanema, como também consistia no expurgo da realidade nacional de um bastião de resistência às premissas educacionais propagadas e defendidas pela Igreja Católica junto ao governo federal. Por meio de um texto enviado ao diretor do DASP em 1938, Luís Simões, intitulado “*Observações sobre a Universidade do Distrito Federal*”, Capanema justifica os argumentos para o fechamento da Universidade, reiterando sua posição de

⁷¹ Ver Anexo “Correspondência Seleccionada de Capanema”.

⁷² Idem.

⁷³ Ver carta de Alceu Amoroso Lima a Capanema, 19 de março de 1935. Anexo “Correspondência Seleccionada de Capanema”.

centralização administrativa e decisória nos assuntos educacionais nacionais, embutida no caráter centralizador do projeto nacional do Estado Novo, ao passo que fortalecia o seu projeto universitário moldado pela criação da Universidade do Brasil em 1937.

Um dos trechos do texto elucida tal argumentação defendida por Capanema:

“- a existência da Universidade do Distrito Federal constituiu uma situação de indisciplina e de desordem no seio da administração pública do país. O ministério da Educação é, ou deve ser, o mantenedor da ordem e da disciplina no terreno da educação(...) é preciso, a bem da ordem, da disciplina, da economia, e da eficiência, ou que desapareça a Universidade do Brasil, transferindo-se os seus encargos atuais para a Universidade do Distrito Federal, ou que esta desapareça, passando a Universidade do Brasil a se constituir o único aparelho universitário da capital do Brasil”.⁷⁴

Tal medida foi veementemente criticada por alguns dos intelectuais que se encontravam na órbita das relações intelectuais-políticas do ministro Capanema, como revela a carta de Mário de Andrade de 23 de fevereiro de 1939 condenando tal decisão.⁷⁵

Dessa forma a Igreja contribuiu e influenciou a gestão Capanema, por meio de seus intelectuais, para a seleção ideológica de funcionários ministeriais e professores, particularmente os da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), além de ter participado da implantação da Faculdade Nacional de Filosofia, organizada a seguir, que também estava destinada a Amorososo Lima, que acaba, no entanto, não assumindo o posto, deixando-o para San Tiago Dantas, figura proeminente do movimento integralista dos anos 30.

A seleção ideológica dos professores da Faculdade Nacional de Filosofia se fez principalmente para as disciplinas de conteúdo social e filosófico, mas esteve presente inclusive na escolha dos professores franceses convidados para virem trabalhar no Rio de Janeiro, nos moldes da experiência paulista de 1934. A Universidade de São Paulo, no entanto, não esteve sujeita a um controle ideológico deste tipo, sendo esta a principal razão pela qual tenha conseguido, na média, um corpo de professores de melhor qualidade e uma presença muito mais significativa na vida cultural do país.

⁷⁴ IN: SCHWARTZMAN, S. (org) & BOMENY, H. & COSTA, V. M. : “*Tempos de Capanema*”. São Paulo, EDUSP, 1984. pp.229.

⁷⁵ Ver Anexo “Correspondência Seleccionada de Capanema”.

Destarte, as relações estabelecidas pela *intelligentsia* católica, laica ou não, junto ao Estado federal no Brasil entre 1934-1945 podem ser analisadas pela mediação executada por Gustavo Capanema no campo educacional-cultural, onde foram demarcadas pela contribuição de projetos, indicações e lutas políticas que abarcavam a intelectualidade na órbita de poder decisório do Estado, que como agente principal do processo de modernização nacional realizava inúmeras medidas, reformas e iniciativas que possuíam como meta maior a construção da moderna nação brasileira por meio da educação.

Assim a compreensão de como foram construídas tais relações sob a égide de Capanema junto com a *intelligentsia* católica que defendia os interesses da Igreja no âmbito educacional da época, permite clarificar as razões que estavam em execução neste importante momento da realidade nacional.

2- Capanema e os Ideólogos do Autoritarismo

O período do início da década de 1930 em âmbito mundial exigiu dos governantes capacidade de visualizar a crise que se desenrolava sob uma ótica inteligente, pois tal realidade impunha drásticas e inevitáveis transformações em todos os setores da vida humana, desde as esferas sociais quanto as individuais, exigindo assim soluções concretas e adequadas para lidar com estas situações novas.

No Brasil não foi diferente, uma vez que pós-Revolução de 1930 a sociedade brasileira passou a vivenciar profundas transformações nos mais diversos setores políticos, econômicos, sociais e culturais. Assim o Estado que começa a ser instaurado no país logo após os eventos de outubro de 1930 vai se sustentar numa coligação heterogênea da classe dominante à época expressando ele mesmo essa heterogeneidade. Portanto, uma de suas singularidades foi o compromisso, decorrente de sua sustentação de poder heterogênea e da presença de agentes novos na realidade política nacional com as camadas populares.

Paulatinamente o Estado brasileiro se autoconfigura como o “tutor da nação” que visava sanar desvios e imperfeições da sociedade. Dessa forma se iniciou a construção gradativa de um aparelho estatal que pudesse dar conta da amplitude dos problemas nacionais e fosse responsável por empreender as transformações necessárias em direção à moderna nação brasileira.

Alguns intelectuais neste momento foram alocados no aparelho estatal para dotá-lo de eficiência e poder para a realização de tão ambicioso projeto, que no limite, tencionava modernizar a sociedade brasileira por meio de iniciativas comandadas pelo Estado.

Os intelectuais, entrosados com o regime varguista no que tange a organização do Estado em nome da modernização brasileira, foram denominados de “pensadores autoritários”, pois comungavam e propagavam teses e argumentos que justificavam a centralização do poder estatal como também legitimavam a adoção de medidas autoritárias no campo da sociedade civil, quando estas fossem importantes e imprescindíveis para o projeto de modernização nacional.

Diante de tal constatação estes pensadores autoritários justificaram no plano das ideias o autoritarismo varguista e nortearam as iniciativas e diretrizes estatais do regime, em especial no período de vigência do Estado Novo entre 1937-1945. Pode - se

enquadrar como os intelectuais que compartilhavam de tal postura Francisco Campos, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, já que, cada um à sua maneira, contribuíram para embasar a necessidade desse autoritarismo no plano estatal para viabilizar a tão clamada modernização da sociedade brasileira.

Tais pensadores elaboraram teorias e projetos que concretizavam as expectativas alocadas no aparelho estatal e nos quais emergiam questões a serem resolvidas para se realizar o processo modernizador, dentre essas interessam-nos aquelas que tratavam do âmbito educacional-cultural. Assim uma faceta notória deste âmbito educacional consistia em resolver um grande dilema para a modernização brasileira à época: educar as massas, inicialmente para a constituição de um povo instruído ou formar elites dirigentes que pudessem comandar de forma mais contundente e capacitada os rumos da nação brasileira?

Para os teóricos do autoritarismo a questão tendia para a formação de elites dirigentes que poderiam dotar o aparelho estatal de maior racionalidade e, posteriormente, a sociedade de quadros intelectuais e técnicos capacitados para comandar e catalisar a modernização nacional. Cabe destacar que para estes pensadores o agente fundamental da modernização brasileira era inegavelmente o Estado, que comandaria as diretrizes de tal processo a partir de suas ações, deliberações e medidas de amplitudes nacionais.

Algumas afirmações e passagens destes intelectuais elucidam e corroboram a afirmação supracitada no que tange ao campo da educação na relação elites-massas, como a de Oliveira Vianna ao defender a necessidade de forjar elites dirigentes: “*A realização de um grande ideal nunca é obra coletiva da massa, mas sim de uma elite, de um grupo, de uma classe, que com ele se identifica, que por ele pelega*”.⁷⁶ Esta abordagem elitista também se encontrava presente no pensamento de Azevedo Amaral quando constatava que para o despertar das massas “*era preciso que sobre elas se exerça a ação deflagradora da inteligência e da vontade de domínio que só se encontram como elementos do psiquismo das minorias*”.⁷⁷

Neste caso intensificava-se a visão elitista entre estes pensadores autoritários que defendiam a tese da necessidade de *civilizar por cima, civilizar os que estão em estado de compreender*, como aparece em outra a passagem de Azevedo Amaral sobre o

⁷⁶ Citado por MEDEIROS, J. “*Ideologia autoritária no Brasil(1930-1945)*”. Fundação Getúlio Vargas, 1978. pp.94.

⁷⁷ Ibid.

tema “*A própria natureza essencial da ação política e de ordem intelectual, isto é, exerce-se pelo domínio da inteligência de minorias privilegiadas cerebralmente sobre maiorias intelectualmente inferiores.*”⁷⁸

Contudo, segundo Pécaut (1990), este viés elitista não foi peculiar apenas entre pensadores autoritários e os intelectuais católicos, mas encontrou aceitação também nos “*pioneiros da escola nova*”, como pode ser observado pela afirmação de Fernando de Azevedo em 1926 em pesquisa sobre o ensino público em São Paulo, de que “*a preparação das elites intelectuais procedeu sempre, em toda a parte, a instrução das massas*”⁷⁹.

Assim diante deste emaranhado de justificativas teóricas para a visão elitista sobre a educação no Brasil, muitos destes pensadores autoritários compuseram os quadros intelectuais e de poder no regime varguista, como Francisco Campos, ou auxiliaram o regime encampando seu autoritarismo no plano teórico visando à legitimidade social, como Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, ou até mesmo realizando medidas e ações práticas em nome do fortalecimento do poder autoritário do regime varguista na transição do governo constitucional para o Estado-Novo no final de 1937, exemplificado por Plínio Salgado e o integralismo.

Contudo, cabe a ressalva que o integralismo de Plínio Salgado foi logo arrefecido no cenário nacional no início de 1938, em virtude dos episódios políticos que os envolveu resultando em seu afastamento da órbita do governo federal e da legalidade, com a tentativa do golpe fracassado, denominado “*Putsch Integralista*”.

Porém outros importantes quadros intelectuais do autoritarismo se alocaram no aparelho estatal realizando ações e deliberações relevantes para o “estadonovismo” de Vargas, elucidando de forma indelével e explícita a participação de intelectuais no governo varguista à época. A participação dos intelectuais no governo varguista se iniciou já no governo provisório, quando Plínio Salgado no manifesto de 1932, que fundou o integralismo, defendeu a participação direta dos intelectuais no governo republicano. Posteriormente tal relação foi como “*mentores intelectuais*” dos governantes, como Cândido Mota Filho, Afonso Arinos de Melo Franco e Otávio de Faria, enquanto Azevedo Amaral e Oliveira Vianna eram vistos como produtores de teorias que inspiravam a alta administração do governo varguista, posições que lhes

⁷⁸ Ibid., 97.

⁷⁹ CARDOSO, I. R. “*A universidade de comunhão paulista*”. Autores Associados/Cortez, São Paulo, 1982.pp.30.

permitiam elaborar seus textos sob a perspectiva positivista em relação à organização nacional, possibilitando traduções nos mesmos que misturavam determinismo, racismo e nacionalismo.

Diante deste panorama nacional estes intelectuais passaram a condenar os ideais do liberalismo vigente na época e avolumar os quadros do Estado, onde alguns fatores foram elencados por Pécaut, para explicar tal postura desta *intelligentsia autoritária*. Para o brasilianista a desconfiança em relação ao funcionamento e a lógica que imperava no capitalismo à época, juntamente com a dúvida sobre a viabilidade dos princípios do liberalismo no Brasil aliada a certa antipatia doutrinária aos pressupostos do mesmo e o medo pela propagação de interesses particulares que gerariam a desorganização social e conseqüentemente nacional, seriam as prováveis causas que levaram estes intelectuais a aderirem a uma “*ideologia de Estado*”.⁸⁰

Assim o próprio termo “*ideologia de Estado*” explicitava de forma contundente que a esfera estatal e não a sociedade civil seria o agente da construção nacional, portanto, participar ativamente e deliberadamente do aparelho de poder estatal naquele momento significava participar efetivamente das contribuições para a construção da moderna nação brasileira. Ou seja, para alguns intelectuais o fortalecimento do poder central do Estado teria como objetivo justamente que o aparelho estatal promovesse a coesão da nação, e é neste caso que a referência ao Estado comandava plenamente a concepção política e da nação.

Nesse sentido o desenvolvimento do sentimento nacional estava enquadrado como responsabilidade do poder estatal, uma vez que o Estado deveria criar condições para o mesmo, organizando a nação por meio de medidas implantadas nos âmbitos educacional e cultural. Dessa forma o Estado deveria “civilizar” e “enquadrar”, pois o autoritarismo era uma resposta a uma demanda tácita do povo, desejoso que lhe dessem uma imagem de unidade.

Francisco Campos propagou e defendeu esta “*ideologia de Estado*” de forma fervorosa e ativa, sendo o autor da Constituição de 1937 que instaura o regime autoritário no Brasil no plano legal, justificava de diversas formas esta guinada autoritária do regime varguista possuindo como pano de fundo a necessária organização da nação fundamentada no Estado e em seus atributos, como nas frases que seguem

⁸⁰ LAMOUNIER, B.: “*Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação*”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. V.9. São Paulo: DIFEL, 1985.

: “*não há hoje um povo que não clame por um César*”⁸¹. Em outra passagem, Campos relaciona a postura autoritária com a tradição brasileira: “*A ideologia do novo regime é extraída das realidades brasileiras (...). Sendo autoritário, por definição e por conteúdo, o Estado Novo, não contraria entretanto a índole brasileira*”⁸²

O reconhecimento dado pelo regime instaurado em 1937 ao papel dos intelectuais na “redescoberta do Brasil” e na construção científica da identidade brasileira indicava que o regime não estava menos propenso ao “realismo” do que os pensadores sociais, isto é, necessitava destes para fazer a teoria dessa realidade e tomar parte no desenvolvimento da propaganda nacionalista.

Assim, muitos intelectuais colocavam-se perante a sociedade, em posição homóloga ao Estado, constatando que a recíproca era verdadeira, pois, o Estado, apresentava-se como responsável pela identidade cultural brasileira, desejava realizar a unidade orgânica da nação e recorria aos intelectuais para alcançá-la.

Dessa forma, segundo Pécaut, os intelectuais que pretendiam “*organizar cientificamente*” a sociedade ou colocar o Estado a serviço da “*nacionalidade*”, não faziam mais que formular à seu turno, o que já fora formulado e praticado por outros grupos sociais. Sua proeminência não decorria necessariamente da audácia de suas sugestões, mas provinha do fato que se faziam porta-vozes de uma opinião já formada, colocavam-se ao lado de agentes já constituídos, procuravam ocupar, com eles, uma posição à margem das elites oligárquicas tradicionais, que, tal como eles, faziam um jogo seguro, apostando no Estado.

Um dos intelectuais de relevo neste momento da história nacional foi Francisco Campos que ocupou algumas pastas ministeriais nos governos comandados por Vargas que sucederam a Revolução de 1930, como a do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930-1932/1932-1934) e do Ministério da Justiça (1937-1942).

Cabe salientar que a pertinente relação de Capanema com a *intelligentsia* autoritária da época se embasava na proximidade política e intelectuais anteriores, em especial com Francisco Campos, que havia sido seu amigo e mentor intelectual no período anterior a Revolução de 1930 quando nutriam relações políticas embrionárias, uma vez que Campos era secretário do interior de Minas na gestão de Antonio Carlos, o que lhe incumbia tratar dos assuntos da educação quando iniciou inúmeras reformas no Estado que atingiram e influenciaram notoriamente Capanema em sua formação

⁸¹ CAMPOS, F. “*O Estado Nacional*”, José Olympio, Rio de Janeiro, 1940, pp. 222.

⁸² *Ibid.* 68.

intelectual e política, à época professor de psicologia infantil na Escola Normal de Pitangui.

Posteriormente com a eclosão da Revolução de 1930, Campos foi para a esfera estatal, atuando como fiador da aliança entre Vargas e o governador mineiro Olegário Maciel, deixando Capanema em seu lugar como secretário do Interior de Minas. Assim as constantes viagens de Capanema para o Rio nesta época eram geralmente para encontrar Campos e com ele traçar as grandes estratégias políticas da época, em especial as relações envolvendo o novo regime e a tradicional oligarquia mineira, que apesar da incisiva atuação de Campos na área da educação neste período, foram os temas políticos que predominavam em suas conversas junto a Capanema.

Cabe mencionar que graças a Francisco Campos e suas relações próximas aos círculos de poder que se forjavam pós-Revolução de 1930 na esfera federal, Capanema foi inserido nas relações políticas-intelectuais do novo governo, em especial junto ao presidente Getulio Vargas, do qual seria um importante ministro de Estado que atuaria de forma concisa nos anos posteriores em prol dos ideais do regime varguista.

Diante disso, logo ocorre a ruptura do novo regime com a oligarquia tradicional mineira, Partido Republicano Mineiro (PRM), encabeçada por Campos e tendo Capanema como seu avalista e apoiador, apesar da reticência inicial de Capanema em relação à criação da Legião de Outubro em Minas, milícia pró-governo federal, como instrumento indispensável para a desarticulação da tradicional política mineira.

Neste momento ocorreu um abalo das relações de Capanema e Campos, decorrente da criação do Partido Progressista em Minas como um substituto da Legião, onde Capanema foi um de seus líderes, fato que desagradou Campos enormemente, primordialmente durante sua candidatura a Constituinte de 1934, como pode ser observado pela correspondência trocada por ambos a época.⁸³

Assim suscitaram as diferenças existentes entre Capanema e Campos, explicitadas de forma esclarecedora pela passagem de Schwartzman:⁸⁴

“- Uma amostra, sem dúvida, das grandes diferenças entre Capanema e seu mentor de início de carreira. Campos foi, sempre, um ideólogo, no sentido de que toda a sua atuação política se fazia a partir de determinadas ideias e concepções que lhe pareciam mais apropriadas para a época e para o jogo político no qual se envolvia. Capanema, sem deixar de ser também um homem de

⁸³ Ver Anexo “Correspondência Seleccionada de Capanema”.

⁸⁴ SCHWARTZMAN, S. (org) & BOMENY, H. & COSTA, V. M. : “*Tempos de Capanema*”. São Paulo, EDUSP, 1984. pp.61.

ideias, parecia mover-se muito mais pelas contingências do dia-a-dia, em uma estratégia de conciliação, de conservação e acúmulo de poder que, no final, se mostraria bastante realista e efetiva, ainda que acarretasse uma perda de autonomia e independência.”

Contudo, apesar deste circunstancial abalo nas relações de Capanema e Campos, tal relação é imprescindível para o entendimento da inserção e articulação de Capanema junto aos anéis de poder do regime varguista. Isso se embasa uma vez que Francisco Campos se tornou nos anos subsequentes um dos mais influentes intelectuais e homens de poder no regime varguista, levando Capanema a reboque, que propagava e defendia o papel centralizador do Estado no processo de modernização brasileira: *“Se o governo é um processo de interpretação da realidade, o que efetivamente é, pois que ele se destina a operar na realidade e sobre a realidade, se esta se alarga e se diferencia, o governo, para abrangê-la e investigá-la, tem necessidade de alargar os seus processos de aperfeiçoar, de rever e de melhorar os seus métodos.”*⁸⁵

Neste âmbito era realizada uma defesa de fôlego inesgotável por vários membros da *intelligentsia* nacional do papel e da responsabilidade do Estado como o principal agente do processo de modernização brasileira implantado no início da década de 1930, reafirmando a necessidade da conformação da nova ordem legal a nova ordem econômica, uma vez que o papel centralizador do Estado impulsionado pelo interesse público seria o espaço de execução e realização do projeto de modernização.

No seu discurso de prestação de contas do primeiro ano do governo provisório, Vargas se refere a um *“anteprojeto elaborado por técnicos... pois em matéria de educação nacional quase tudo está por fazer-se.”* A inclinação em identificar os “técnicos” com os pioneiros do “escolanovismo” é instantânea e inevitável e a sua confirmação se explicita na visão que Vargas tem quanto ao ensino primário e secundário e sua outra expressão autorizada: Francisco Campos.

Entretanto, em setembro de 1932 Washington Pires assumiu o Ministério da Educação e Saúde Pública, fato que desagradou enormemente à intelectualidade católica que até então nutria laços estreitos com o próprio ministério até então sob o comando de Francisco Campos.

Um ano antes em 1931, o Ministério da Educação e Saúde Pública sob o comando de Campos havia instituído o ensino religioso facultativo nas escolas públicas

⁸⁵ CAMPOS, Francisco. *“Educação e Cultura”*. Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 1940. pp.175.

por meio do decreto nº19.941 de 30/04/1931, doravante enorme pressão de intelectuais católicos influentes a época, como o líder da intelectualidade católica laica Alceu Amoroso Lima. Torna-se pertinente elencar as justificativas do ministro para o decreto a época :

“o fim da escola é educar, isto é, formar o homem; não é possível formar o homem sem um ideal de sua natureza e de seus destinos, isto é, sem uma concepção ético-religiosa da vida; uma concepção ético-religiosa da vida não pode ser ditada pelo Estado, especialmente se este for leigo, pois violaria o direito natural dos pais quanto à educação dos filhos e o ensino religioso determinado pela vontade das famílias, impõe-se portanto como dupla necessidade de uma experiência pedagógica e de respeito jurídico as liberdades espirituais dos cidadãos”⁸⁶.

Deste modo ao Estado a discussão interessava enquanto não colocava em perigo a identidade de sua política. Durante algum tempo o Estado seria o mediador dos conflitos existentes, respeitando o curso das opiniões reinantes, contudo, o mesmo já se alimentava de uma ideologia autoritária veiculada na época a base no pensamento de Alberto Torres com as reformulações de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e do próprio Francisco Campos, que propunha o Estado como o agente tutelar da sociedade e vontade integradora da nação.

Mais tarde, à medida que se aproxima 1937, as tendências autoritárias se explicitam e supondo a existência de um *“estado natural harmonioso”* entre homens, o Estado exercerá sua função de “tutor” a fim de fazer retornar ao “bom caminho” da natureza, possíveis “disfunções ou desvios” existentes. Em especial, deve defender a nação das ideologias “estranhas” ao caráter nacional, como a comunista, ressaltando a tarefa de tutelar e imprimir a direção que a nação necessitava.

Os homens que se articulam em torno do núcleo estatal percebem a importância da educação e sua dimensão política de inculcar a ideologia e prática educacionais que lhe convém, especialmente a de impor a concepção da naturalidade na divisão do trabalho para a paz social. E como a “elite” é a única capaz de educar a “massa ignorante” e como a “elite verdadeira” é a que perfila com as linhas diretrizes do autoritarismo, será atribuída a missão de educar. E quem não se alinhasse com isso seria considerado herético.

⁸⁶ CURY, C. R. J. *“Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais”*, Cortez e Moraes, São Paulo, 1978. pp.108.

Diante deste panorama, Capanema no final de 1937 ocupava a pasta ministerial da Educação e Saúde, e necessitou explicitar seu apoio ao regime varguista que tomava rumos autoritários, pois enxergava de forma nítida e consciente as manobras que estavam sendo realizadas nos bastidores do regime, por antigos aliados com destaque para Francisco Campos, que pretendia substituí-lo por Plínio Salgado na pasta que comandava a educação nacional.

Assim Capanema lançou mão, mais uma vez, de suas relações com o presidente Vargas, que lhe deu apoio político neste momento delicado, enquanto o ministro explicitara publicamente seu apoio incontestado à implantação do Estado Novo, como meio necessário não só à sua sobrevivência no cargo, mas também, e conseqüentemente, à manutenção das figuras que atuavam nos anéis mais restritos do poder federal.

“- A despeito de seu apoio ao regime autoritário esse episódio demonstra que Capanema entendia que cultura, especialmente a cultura patrocinada pelo Estado, deveria ser um espaço de pluralismo, onde o debate e a multiplicidade de opiniões incentivassem o meio artístico, que precisava ser esclarecido e dinâmico. Veem-se aí as tensões existentes no pensamento do ministro que preferia o pluralismo e a livre expressão nas artes, mas que, em política, acreditava na utilidade de uma direção estatal forte e centralizada.”⁸⁷

Dessa maneira, Capanema, explicitando em 1937 seu apoio ao regime varguista, que trilhava passos firmes em direção ao autoritarismo, conseguiu perpetuar-se no cargo de comando do Ministério da Educação, além de sobreviver aos embates travados pelos vários grupos da *intelligentsia* nacional que de um modo e de outro ambicionavam seu posto. Contudo, a postura conciliadora e plural de Capanema junto aos grupos intelectuais lhe rendeu certa plataforma de apoio político junto ao regime para a sua manutenção frente ao ministério neste momento delicado.

Diante da constatação de que, num primeiro momento, as áreas de educação e cultura não eram as prioridades centrais do cotidiano do regime “estado-novista” e do próprio presidente Vargas, Capanema soube lidar com a situação com destreza e inteligência, galgando paulatinamente um estado de confiança e credibilidade do próprio Vargas para as devidas incumbências da pasta, alçando seu ministério a uma posição chave para a legitimação do regime junto à sociedade brasileira a partir da

⁸⁷ WILLIAMS, D. “Gustavo Capanema, ministro da Cultura”; IN: GOMES, A. C. (org): “Capanema: o Ministro e seu Ministério”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000. pp.265.

edificação da cultura nacional por meio da educação que integrava o povo à nação construída pelo Estado.

Capanema, portanto, soube explorar a confiança conquistada após a implantação do Estado Novo junto a Vargas para implantar e desenvolver de forma contundente iniciativas que se dirigiam para efetiva centralização dos assuntos educacionais em torno de seu ministério. E quando fosse necessário utilizar-se-ia da centralização administrativa para implantar seus projetos. Ou seja, o objetivo maior do projeto varguista consistia na construção da moderna nação brasileira e o aparelho estatal configurava-se como meio para a realização do mesmo, assim as medidas implantadas por Capanema em sua gestão ministerial atendiam e compactuavam com os ideais presentes do regime varguista, vinculando sua postura aos pressupostos políticos-culturais propagados pelos defensores intelectuais do autoritarismo do regime.

Um exemplo notório de tal postura de Capanema se evidenciou na elaboração do Plano Nacional de Educação durante a Conferência Nacional de Educação de 1941, que possuía como meta abranger e ditar a normas em todos os níveis da educação brasileira, porém no decorrer de sua realização os conflitos e debates foram influenciados por posições políticas, que iam desde ideologias como também interesses particulares dos grupos participantes. Assim Capanema, que presidia tal Conferência, adotou uma postura conciliadora diante de tais embates, porém defendem fervorosamente os interesses pertencentes ao regime varguista do qual era ministro, indicando sua vinculação estreita com o governo do qual participava.

Dessa forma, Capanema desenvolveu relações e articulações políticas junto à *intelligentsia autoritária* como um meio, num primeiro momento, de se alçar aos círculos de poder forjados pós-1930, além de ter debatido e estipulado medidas governamentais em sua pasta ministerial que abarcavam interesses e estratégias pertinentes às inquietações deste grupo de pensadores que se preocupavam com os rumos e diretrizes da educação nacional.

Portanto a partir das inevitáveis relações com tais agentes da *intelligentsia autoritária* que compunham a dimensão política-intelectual do regime varguista, Capanema conseguiu transitar e atuar com maior fluidez nos corredores mais restritos do regime e assim encampar de forma mais efetiva e contundente as medidas de sua pasta ministerial em nome do projeto nacional varguista.

3 – Capanema e os Pioneiros da Escola Nova

Os teóricos que compunham movimento denominado “Escola-Nova”-destacando Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho - elaboraram críticas à concepção tradicional de educação, pois consideravam a educação tradicional como uma atividade destinada à transmissão de noções e conhecimentos adquiridos por uma geração a geração subsequente.

Porém para estes pioneiros da “escola nova” a educação deveria tratar o ser humano como uma entidade social destinado à ação, limitando-se a preparar cada homem para viver com o máximo de eficiência entre outros homens, ou seja, desenvolver a socialização como atributo indispensável à formação de cada indivíduo.

Embora se deva creditar maior soma de estudos as diferentes versões do liberalismo no interior do grupo dos educadores no decorrer do período analisado, ressalta-se o momento de compromisso que se dá entre os grupos, visando opor ao pensamento educacional elitista, excludente e espiritualista da Igreja Católica um pensamento educacional liberal e laico.

Um ponto de destaque para essa abordagem no que diz respeito a este compromisso, ocorre especialmente no “*Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*” de 1932 e na oposição às teses da Igreja Católica. Mas podemos dizer que no interior do “escolanovismo” não existia uma homogeneidade consistente como é o caso do pensamento de Anísio Teixeira que não se identifica e nem se uniformiza com o de Fernando Azevedo, suas distinções se encontram em suas respectivas formações e influências teóricas.⁸⁸

Anísio Teixeira sofreu influência do pensamento de John Dewey, tornando-se um defensor de um modelo de escola democrática, única, capaz de implantar na sociedade capitalista mecanismos aperfeiçoadores do sistema democrático e seus males. Tal modelo pregava a ideia de uma escola aberta a todos os indivíduos, internamente organizada, profissionalizada, que proporcionaria a formação do “homem novo”. Dessa forma, aberta a todas as classes e camadas, ou seja, igualmente a todos, torná-la o instrumento capaz de reconstruir a sociedade.

⁸⁸ CURY, C. R. J. “*Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais*”, Cortez e Moraes, São Paulo, 1978 .pp.21-22.

Já Fernando de Azevedo possuiu forte influência em sua formação do pensamento de Émile Durkheim, que tornou Azevedo mais reticente quanto às possibilidades das “massas”, pois acentuava a perspectiva de “formação das elites” e para isto a educação deveria alocar os indivíduos conforme seus dons, os diferenciando e assim constituindo uma coesão ao todo social. Assim o conhecimento de cada um torna mais fácil a unificação diferenciada da sociedade e essa passa a funcionar de modo coletivo e altruístico. A educação seria o momento deste conhecimento e a escola o lugar do fornecimento dos meios aptos para a alocação dos indivíduos segundo suas aptidões. Uns para o trabalho manual, outros para produção intelectual e a todos a possibilidade da mobilidade e ascensão social.

Além deste poderíamos citar outros educadores como Lourenço Filho, Almeida Júnior, Hermes de Lima, Frota Pessoa que marcaram presença no cenário nacional, embora não tão relevantes como Anísio Teixeira e Fernando Azevedo.

Destarte este período abordado no trabalho durante a gestão Capanema (1934-1945) no Ministério da Educação e Saúde vivenciou o avanço das ideias “escolanovistas” cujas matrizes se encontravam no ideário liberal. Com maior ou menor ênfase tal movimento defendia fundamentalmente a democratização do ensino, a escola do trabalho e/ou a psicologização e administração pedagógica no interior da própria escola, ou seja, sua principal bandeira era a *defesa do ensino público, gratuito e universal*.

Outro ponto de defesa será o eminente papel do Estado na condução do processo escolar. Havia espaço aberto para a concretização das aspirações dos educadores “escolanovistas”, tanto para reformar o aspecto interno da escola (alteração do papel do educador, natureza do currículo, métodos e técnicas de aprendizagem) quanto para evidenciar a forma oligárquica do ensino, desejosos de uma democratização maior da escola, agora aberta aos membros das classes populares.

De modo geral estes teóricos da “escola nova” estavam vinculados a Associação Brasileira de Educação (ABE) que havia sido fundada em 1924 por Heitor Lira, onde congregava um grande número de educadores brasileiros e promovia de tempos em tempos as Conferências Nacionais de Educação, a margem do poder e organização estatal-oficial, espaço no qual eram discutidas as linhas e sugestões referentes ao “problema educacional” do país.

Uma das questões mais debatidas nestas conferências consistia na defesa do papel atribuído ao Estado no que tange ao controle do processo educacional no país,

demarcado pela sua laicidade e separação do poder espiritual da Igreja. Assim o laicismo, a democratização educacional e tendências contrárias às escolas particulares, eram os pontos cruciais no movimento da “escola nova”, dados que foram explorados pelos teóricos católicos como pertencendo a ideais comunistas.

Destarte na Conferência Nacional de Educação em 1931, o governo provisório carente de uma explicitação ideológica uniforme no setor da política educacional pedia aos grupos capacitados e interessados no assunto uma “formula feliz” que expressasse os ideais educacionais do movimento revolucionário de 1930.

Esta abordagem se pauta na constatação de que o governo provisório assumiu o poder com um “vazio ideológico” no que tange à educação, o qual foi percebido por todos os grupos e imediatamente preenchido pelas propostas e aspirações dos pioneiros do “escolanovismo”. Estes, por sua vez, encontraram receptividade no governo na medida em que ele defende a necessidade de uma instrução profissional que preparasse o indivíduo como produtor e cidadão segundo o meio em que vive. Pois, a ordem econômica não era nem secundária nem subsidiária nas estruturas do mundo à época, pelo contrário, ela seria de suma importância a fim de transformar o Brasil na “Grande Pátria”.

De certa forma o governo provisório se identificou mais com as propostas dos reformadores, entretanto jamais negou seu apoio as propostas de outros grupos, como os católicos, pois tratava de tê-los como aliados, já que naquele contexto eram portadores de “forças morais” indispensáveis na tarefa de reconstrução nacional.

Assim, como não se encontrou o esperado, o grupo dos denominados “educadores profissionais” partiu para a ofensiva, embora não houvesse homogeneidade entre seus membros, e formularam um acordo assumindo um compromisso: dirigem a nação e ao povo o célebre “*Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*”, assinado por Fernando Azevedo, Anísio Teixeira entre outros. A publicação do manifesto em 1932 serviu de ponto estratégico utilizado pelos católicos, que percebendo no texto brechas que permitiam entrever as oposições internas, passam ao ataque direto, acusando-o de “*documento socialista e comunizante*”.

Tal postura de enfrentamento era pautada na encíclica “*Divini Illius Magistri*” de Pio XI, sendo suas ações e iniciativas operacionalizadas pelas teses desenvolvidas por D. Leme, Alceu Amoroso Lima e o padre Leonel Franca onde teriam a complementação da LEC, a Liga Eleitoral Católica, no Brasil.

Cabe notar que durante os debates na Assembleia Nacional Constituinte (1933-1934) as questões educacionais relacionadas ao ensino religioso e a cerca do papel do Estado na fixação do Plano Nacional de Educação (PNE) foram os mais eufóricos e acalorados. Nestes debates elucidou-se o confronto entre os católicos e seus respectivos projetos, e os “pioneiros da escola nova”, onde se esforçavam para viabilizar o acolhimento de suas propostas e interesses no aparelho do Estado que passava a organizar a educação em âmbito nacional. Evidenciou-se nestes embates a posição e atuação de alguns teóricos autoritários, como Francisco Campos, que apoiavam deliberadamente os grupos católicos.

Os pioneiros possuíam uma premissa que constatava “um mundo em crise” durante a década de 1930, na qual seria fruto de “uma civilização em mudança” devido as grandes transformações geradas e geradoras de um avanço técnico-científico imenso. Esta civilização técnico-científica encontrava-se pautada nas alterações econômicas gerando uma nova organização do trabalho, alterações sociais, trazendo grupos novos nas alterações políticas e produzindo ideias democráticas.

A crise atingia todos os setores da vida humana, especialmente a educação, a qual existe em função de novas ideais e fins cuja concretização se opõe espíritos baseados em concepções ultrapassadas. A escola não é responsável pela transformação do espírito da sociedade, pois seria apenas o reflexo do que vai pela sociedade, uma réplica da sociedade a que ela serve.

Isto significa que para estes defensores da “escola nova” a educação e seus ideais não se regulam por valores absolutos, esses variam de acordo com a estrutura da sociedade e dela tiram sua vitalidade. Os ideais educacionais são, pois, concretos, variáveis e relativos no tempo e no espaço, refletindo as transformações da existência e da vida, a cada época histórica.

Para o grupo a educação é também a própria condução do humanismo tecnológico, pois tida como o maior e mais difícil problema proposto ao homem, já que ela deve forjar o espírito e a unidade da nação, além de restabelecer o equilíbrio social e aproximar cada vez mais os homens. É por isso que reformas parciais e fragmentárias devem ser separadas na convergência de todos em direção aos novos fins elucidados pela educação.

Em relação ao Brasil naquele momento histórico da década de 1930, os renovadores entendiam que se os novos ideais educacionais propostos fossem assumidos pela agenda política do governo varguista funcionaria como músculo central

da estrutura política e social da nação. Uma passagem no “*Manifesto da Escola Nova*” ressalta a centralidade do tema para a construção da nação na ótica de seus intelectuais: “*Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo o caráter econômico lhe podem(sic) disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional.*”⁸⁹

Neste âmbito das prerrogativas defendidas pelos pioneiros do “escolanovismo” emerge a centralidade e o papel do Estado como agente catalisador das transformações que levariam a construção da nação moderna brasileira, como é enfatizado por Fernando Azevedo:

*“É preciso por isto que o Estado que toma a si o encargo da Educação, se disponha por medidas eficazes de assistência social e sanitária, a vigiar sobre o aluno para que ele se desenvolva com tudo o que lhe pode favorecer a saúde, conservá-la e preservá-la. Cada aluno deve na ordem das coisas, transformar-se à sua hora, num “fator de produção”: sua vida é por assim dizer hipotecada ao Estado, isto é, à “comunidade socialmente organizada de que a família é parte integrante.”*⁹⁰

Destarte é verificado um lugar comum na composição da *intelligentsia* do “escolanovismo” no que tange a defesa do papel centralizador do Estado na direção de um plano de educação nacional que implantasse via escola pública transformações substanciais para a formação da moderna nação brasileira.

Dessa forma o Estado poderia efetivar por meio de um plano geral de educação em todos os níveis, a abertura da escola a todos os cidadãos, para deles obter o máximo de desenvolvimento de acordo com suas aptidões vitais, uma vez que somente o Estado, na visão “escolanovista”, teria as condições de preparar as novas gerações para a vida social do tempo que se vive. Só a escola pública possuía os meios de ser o instrumento de socialização adaptadora e um aparelho de transformação em vista de uma sociedade industrial e democrática.

Todavia no que tange a dimensão do alcance e papel do Estado na direção da educação emergiam algumas divergências no interior do movimento da “escola nova” e seus representantes. Destacaram-se três posturas diferentes quanto a esta problemática.

A primeira defendida por Lourenço Filho consistia numa posição mais flexível que concebia a “liberdade de ensino”, desde que manifesta na esfera das escolas

⁸⁹ Manifesto, p. 33. IN: CURY, C. R. J. “*Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais*”, Cortez e Moraes, São Paulo, 1978 .pp.81(notas).

⁹⁰ AZEVEDO, F. “*Novos Caminhos, Novos Fins*”, Editora Melhoramentos, São Paulo, 1958.

particulares não contrariassem as premissas estipuladas num plano nacional de educação.

A corrente que se destacava no Manifesto defendia a existência das escolas particulares submetidas à fiscalização do Estado, onde tal tolerância do setor privado derivava da perspectiva que constatava os escassos recursos estatais para cobrir efetivamente todos os setores da educação nacional.

Enquanto a terceira postura era notoriamente defensora da centralização e monopólio pedagógico pelo poder estatal, pois negava a outras instituições o papel da missão educativa, uma vez que seus arautos afirmavam que se o Estado não direcionasse a educação monopolizando-a, possibilitaria o surgimento de conflitos de diretrizes educacionais que comprometeriam o projeto de edificação na nação brasileira.

Tal postura é percebida analogicamente em autores denominados “autoritários” como Azevedo Amaral que defende a premissa do “Estado Autoritário” no controle da educação nacional, pois seria uma forma de plasmar a realidade nacional sem os perigos oriundos do liberalismo e comunismo.

No entanto a corrente que se acentua no Brasil até 1937 foi a segunda que compartilhava da aceitação dos papéis atribuídos a Igreja e a família, porém a partir de 1937 com a implantação do Estado Novo verificou-se uma guinada e fortalecimento da última postura, defensora do monopólio e controle estatal.

Outro ponto de relevo das teses do “escolanovismo” aborda a construção da estabilidade social e o equilíbrio das instituições por meio da formação das classes dirigentes e a educação das massas, onde essas educadas engrossariam a camada preponderante, isto é, a classe média. Por sua vez a educação das massas sem elites orientadoras resultariam no problema da demagogia, enquanto a formação das elites sem o contato com as massas enquistasse-iam em castas inacessíveis.

Assim a educação pautada no controle estatal sob uma agenda democrática, laica e plural permitiria, segundo os “escolanovistas”, a edificação da nação moderna brasileira, pois o papel da educação no projeto nacional seria imprescindível como elucida a passagem do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova: *“O dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação que, dando ao povo a consciência de si mesmo, e de seus destinos e a força para afirmar-se e realiza-los, entretêm, cultiva*

e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com a consciência humana.”⁹¹

Contudo, o embate que envolveu a *intelligentsia* que compunha o movimento da “escola nova” e os intelectuais católicos, e seus respectivos projetos educacionais para o Brasil, atingiu diretamente a esfera do ministério da Educação na gestão Capanema. Desenvolvido em torno das diretrizes educacionais que seriam implantadas pelo poder federal em âmbito nacional tal enfrentamento foi elucidativo das disputas hegemônicas que envolviam os grupos que constituíam a *intelligentsia* nacional que pleiteavam um acolhimento de seus projetos e membros no domínio do poder político federal e na respectiva administração estatal comandada por Capanema.

Assim tais embates foram notórios como já foram elencados neste trabalho durante a seção que aborda as relações de *Capanema, a Igreja e os Intelectuais Católicos*, com ênfase nos vetos de nomes de integrantes do “escolanovismo” para cargos públicos importantes na área educacional doravante pressões de líderes católicos próximos a Capanema como Alceu Amoroso Lima.

O caso mais emblemático, nesse sentido, foi o veto proposto por Alceu Amoroso Lima junto ao ministro Capanema de Fernando de Azevedo para o cargo de Diretor Nacional de Educação em 1935, além das articulações políticas que levaram a medidas e isolamento da instância do poder federal de alguns pioneiros da “escola nova”.

Alceu Amoroso Lima atacou encarniçadamente à criação da Universidade do Distrito Federal, idealizada por Anísio Teixeira e inaugurada em 1935 com o concurso de figuras prestigiosas do mundo científico, a ponto de forçar Gustavo Capanema a fechar a instituição em 1938.

Desse modo Capanema foi se afastando dos membros do “escolanovismo” e de seus ideais educacionais, desenvolvendo medidas e criando instâncias que explicitavam suas convicções em relação à educação e seu papel preponderante para a construção da moderna nação brasileira no interior do regime varguista.

Diante deste cenário em 1935, Capanema havia encaminhado ao presidente Getúlio Vargas seu anteprojeto de reorganização de seu ministério contendo a proposta para a realização de uma conferência anual, reunindo no Ministério da Educação e Saúde os responsáveis pela educação de cada estado da federação.

⁹¹ Manifesto, p.74. IN: CURY, C. R. J. “*Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais*”, Cortez e Moraes, São Paulo, 1978. pp. 98.

Realizada a I Conferência Nacional de Educação, organizada oficialmente por um órgão estatal, em 3 de novembro de 1941, possuiu algumas diretrizes que de acordo com o decreto de 30 de outubro de 1941 deveria tratar dos problemas de educação escolar e extraescolar em geral, principalmente em dois pontos : a organização, difusão e elevação da qualidade do ensino primário e normal como também do ensino profissional além da organização em todo o país da Juventude Brasileira.

Algumas das diretrizes que nortearam a sistemática empregada na Conferência, nas palavras do próprio Capanema:

*“Não estamos em uma conferência de teóricos, de técnicos para debater matéria de natureza técnica, teórica. Estamos em uma conferência- como se declara muito bem na lei de governo; o governo federal, de um lado, e os estaduais, de outro, para assentarem providências administrativas. Portanto, as resoluções, os pronunciamentos aqui são de governo, donde a necessidade de só conferir o caráter de resoluções da conferência aos pronunciamentos que tenham, de um lado o governo federal e, de outro, maioria dos governos estaduais.”*⁹²

Desse modo Lourenço Filho, que na proposta de regulamentação encaminhada a Capanema não havia previsto a possibilidade do veto ministerial à decisão da maioria, rendeu-se ao argumento e declarou, quase ao final da reunião: *“Quem decide, por fim, em matéria de educação é a União. O que fazemos aqui é conferir opiniões e estudos, não obrigar. Diante do resultado destas manifestações, a União estará habilitada a resolver da forma que for mais conveniente.”*⁹³

Tal discurso constata e corrobora a tese que afirma a centralização das decisões em relação aos assuntos educacionais no Brasil naquele momento, onde apesar das instâncias de debates e reflexões articuladas por meio dos poderes públicos competentes - municípios, estados e união- destacava-se o papel centralizador do poder federal nas resoluções finais, com essencial relevância para a atuação do ministro Capanema.

Um indício marcante desta constatação se encontra na sessão de abertura da Conferência Nacional de Educação, na qual Capanema discursou indicando o tom dos objetivos da Conferência:

“Senhores delegados, julgo de nosso dever iniciar os trabalhos deliberativos da I Conferência Nacional de Educação com uma proposição declarativa de um pensamento pedagógico, definidora de um ponto

⁹² Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV): pasta II, p. 411-2.

⁹³ Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV): Notas, pasta V, p. 920.

essencial da filosofia da educação, e que é a atitude da educação em face da pátria. Tenho pois, a honra de submeter à aprovação da conferência o seguinte projeto de proposição : a I Conferência Nacional de Educação , ao inaugurar seus trabalhos, e considerando ser lição da história que nenhuma nação pode viver desatenta ao seu destino, mas que a existência nacional deve ser conquistada a cada dia; considerando que o destino nacional depende essencialmente, do valor de cada cidadão, e que, portanto, educar para a pátria é divisa que exprime a maior finalidade da educação; convencionou a seguinte proposição : As escolas brasileiras , públicas ou particulares, de qualquer grau ou ramo do ensino , terão como mira que seu primeiro e principal dever é preparar as gerações para defenderem e protegerem a unidade , a independência e a honra da pátria.”⁹⁴

Dessa maneira Capanema indicava de forma clara qual era o objetivo primordial da educação em sua concepção naquele momento: contribuir de forma efetiva para a constituição da nação brasileira a partir de medidas que integrassem e fornecessem a coesão e unidade nacional por meio das medidas e diretrizes comandadas a partir do Estado.

Capanema discordava em relação às premissas defendidas pelos pioneiros da “escola nova”, uma vez que para o ministro a educação não deveria ser neutra, mas deveria estar a serviço da nação, como elucida em tal passagem: *“que ela [educação], longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema de diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da nação, e que, por isso, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado”*⁹⁵.

Nessa passagem Capanema elucida, num primeiro momento, a sua concepção sobre o papel e relevância da educação na constituição da nação brasileira, tema explícito de sua pasta e do próprio regime varguista, além de transparecer que em sua percepção o meio, a ferramenta para se realizar a construção da nação moderna brasileira encontrava-se na esfera estatal, donde ele se destacava como figura proeminente uma vez que comandava uma pasta ministerial à época, o ministério da Educação e Saúde.

⁹⁴ Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV): Notas , pasta II, p. 101-102.

⁹⁵ Brasil. Ministério da Educação e Saúde. *Panorama da Educação Nacional (Discurso do presidente Getúlio Vargas e do ministro Gustavo Capanema)*. Rio de Janeiro, Serviços Gráficos do Ministério da Educação e Saúde, 1937. pp.19-22

Dessa forma, contrapondo-se aos pressupostos que demarcavam as convicções dos pioneiros da “escola nova”, Capanema defendia que a função da educação no Brasil naquele momento consistia em atuar não no sentido de preparar o homem para uma ação qualquer na sociedade, e sim no sentido de prepará-lo para uma ação necessária e definida, de modo que ele possa constituir uma unidade moral, política e econômica, que integre e engendre a nação, enfim que possa formar o cidadão do Estado Novo, onde este era concebido da seguinte forma nas palavras do próprio ministro:

“não entrará na praça das lides humanas numa atitude de disponibilidade, apto para qualquer aventura, esforço ou sacrifício. Ele virá para uma ação certa. Virá para construir a nação, nos seus elementos materiais e espirituais, conforme as linhas de uma ideologia precisa e assentada, e ainda para tomar a posição de defesa contra as agressões de qualquer gênero que tentem corromper essa ideologia ou abalar os fundamentos da estrutura e da vida nacional.”⁹⁶

Segundo Horta (2000), a radicalidade dos trechos de seu discurso supracitado, é explicada em parte pelas circunstâncias no qual foi pronunciado, ou seja, logo após a implantação do Estado Novo no final de 1937, momento em que Capanema possuía o conhecimento das manobras de Francisco Campos para afastá-lo do ministério. Assim Capanema aproveitou a oportunidade para manifestar publicamente e oficialmente a sua aprovação ao regime e sua disposição de colocar sua pasta ministerial a serviço do mesmo, galgando assim sua permanência à frente do ministério.

Porém a partir de 1939, Capanema foi se afastando paulatinamente e estrategicamente do grupo de intelectuais ligados ao governo Vargas que possuíam tendências totalitárias e nacionalistas exacerbadas, como Francisco Campos.

Indicando este afastamento estratégico do grupo de intelectuais mais autoritários que transitavam com fortes influências nos corredores do regime, Capanema proferiu um discurso em agosto de 1940 quando presidia uma festa cívica organizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda no qual transparecia certa mudança em sua orientação quando passa a defender a orientação de “educar para a pátria”:

“Entre nós, ainda é vigente a teoria que pode resumir-se na fórmula: ‘educar para a sociedade’. Segundo esta concepção, a educação consiste na socialização da criança e do adolescente, a saber, é o

⁹⁶ Ibidem.

conjunto de processos destinados a adaptar convenientemente o ser humano à vida em sociedade. É fora de dúvida que tal conceito de educação é precário e insuficiente. Não basta realizar a tarefa de sentido negativo de adaptar a infância e a juventude a sociedade. (...) Em nosso país e principalmente no tempo presente, a educação deve abranger uma finalidade maior. A nossa fórmula de hoje tem que ser esta: educar para a pátria.”⁹⁷

Portanto, para Capanema o papel da educação não consistia somente em educar para a sociedade, como defendia o movimento da “escola nova”, mas formar cidadãos conscientes, onde não bastava o papel socializador da educação, uma vez que educação para a pátria era vista por ele, em 1940, como desprovida de vinculação a uma ideologia precisa e, portanto, isenta de qualquer luta ideológica.

Tratava-se de despertar nos alunos a compreensão e o sentimento da pátria como um patrimônio a ser defendido e ampliado. Esta mudança no teor do discurso de Capanema anunciava uma tentativa por parte do ministro de desvincular o papel da educação de qualquer ideologia particular, em especial a atrelada e proferida pelos intelectuais liderados por Francisco Campos, corroborando para uma questão maior: a formação dos elementos que iriam compor a nação, entretanto sem o caldo ideológico de antes.

Tal postura foi embasada de forma ainda mais contundente em julho de 1940 quando o ministro discursou para a primeira turma de professores formados pela Faculdade Nacional de Filosofia, onde abordou as finalidades do ensino secundário:

“Cumprir-lhe dar à juventude o sentimento de pátria, a compreensão da pátria como terra dos antepassados, a compreensão da pátria como um patrimônio construído e transmitido pelos antepassados; (...) cumprir-lhe, enfim, infundir na juventude, além da compreensão e do sentimento da pátria, a decisão, à vontade e a energia de guardar ileso, à custa de qualquer sacrifício, esse patrimônio dos antepassados, e de continuamente enriquecê-lo e ilustrá-lo.”⁹⁸

Todavia, cabe salientar que apesar das mudanças presentes nos discursos de Capanema em relação ao papel da educação uma convicção do ministro permanecia intacta: as realizações de tais projetos deveriam ocorrer a partir da União, ou seja, no

⁹⁷ Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV), GC/Capanema, G. pi. 40/08/24.

⁹⁸ Capanema, G. “*A missão do professor secundário: educar para a pátria*”. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1940, pp. 9.

âmbito do aparelho do Estado federal, pois este seria o instrumento indispensável para viabilizar as medidas que concretizariam suas expectativas e objetivos. Tal constatação torna-se plausível nas articulações e trabalhos que marcaram a realização da I Conferência Nacional de Educação em 1941.

A atuação de Capanema na Conferência Nacional de Educação oscilava segundo a análise de Horta entre o papel de dirigente e de ator principal, destacando-se por ter encaminhado os projetos mais polêmicos a comissões especiais onde estava presente um técnico do ministério, absteve-se de votar ou votou contra as propostas que não interessavam ao governo federal, transformando-as em sugestões, além de ter apresentado três propostas de resolução, cujo teor lhe interessava ser aprovado.

Tais propostas consistiam na elaboração do Plano Nacional de Educação, na relação do Ministério com os sistemas educativos estaduais e a discussão sobre o funcionamento da Juventude Brasileira.

O Plano Nacional de Educação consistia num programa geral de procedimentos e execuções em âmbito nacional, nos quais os poderes públicos competentes ficariam obrigados a cumprir nas três esferas, federal-estadual-municipal, contudo, propiciando espaço para iniciativas particulares proveitosas.

No que tange as atribuições da União em suas relações com os estados da federação o plano estabelecia parâmetros de cooperação financeira, assistência técnica, além de instituir diretrizes para as instâncias educacionais estaduais afirmando o papel centralizador do governo federal.

Já em relação à constituição da Juventude Brasileira o plano tencionava organizar tal órgão de forma mais efetiva, uma vez que criada oficialmente em março de 1940 a mesma resultava de um extenso debate proferido por figuras importantes do regime, com destaque para Francisco Campos, como também chefes de pastas ministeriais, como Educação e Guerra, além do próprio presidente Vargas.

Nessa questão organizativa projetaram duas tendências: a primeira de caráter militar diretamente vinculada ao ministério da Guerra com fortes inspirações nazifascistas com amplitude “extraescolar” no modelo de escoteiros, enquanto a segunda ligada à pasta ministerial da Educação possuía um caráter explicitamente atrelado à escola e ao sistema de ensino, nas quais ambas foram manifestadas no decorrer da Conferência.

Cabe mencionar uma declaração de Capanema proferida durante a Conferência quanto a sua concepção de como deveriam ser os atributos e funções deste

órgão: “deveria assentar as medidas de ordem administrativa que possibilitem a imediata organização da Juventude Brasileira em todas as escolas do país” .⁹⁹

Denota nesta passagem a escolha de Capanema em relação às duas tendências que emergiam, salientando que criticava os modelos de organização existentes em países que à época elucidavam a tendência de caráter militar como nos casos da Itália, Alemanha e Portugal, pois entendia que estas “tomavam” coisas da escola, limitando-a na sua área de formação, além do fato de serem intolerantes e intransigentes em relação às outras organizações.

Nota-se uma posição bem nítida e firme de Capanema quanto ao papel da escola Relacionada ao desenvolvimento do civismo ressaltando o seu caráter de “educar para a pátria”, como transparece em torno de duas palavras-chave : unidade e patriotismo.

Uma declaração de Capanema na conferência elucida tais anseios:

“O papel da escola primária na formação do sentimento patriótico se apresenta como outro tema enfatizado pelos conferencistas durante todo o encontro. Assim se propõe que o anteprojeto de Lei Orgânica do Ensino Primário, que estava sendo preparado pela Comissão Nacional do Ensino Primário, reafirme que as escolas primárias deverão ter sempre um caráter nacional em seus objetivos, em sua organização e em seu funcionamento, especialmente levando os alunos a falar e escrever corretamente o idioma nacional e neles desenvolvendo o sentimento cívico e o espírito da brasilidade, integrando-os na unidade e na comunhão nacional concorrendo, por meio de instituições periescolares, para incentivar, no meio social ambiente, o amor ao país, às suas instituições e às suas tradições.”¹⁰⁰

Os resultados da I Conferência Nacional de Educação podem ser elencados como a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário, a celebração entre a União e os Estados do Convênio Nacional do Ensino Primário, em contrapartida algumas expectativas não se efetivaram como a relacionada à Juventude Brasileira que não prosperou além do Plano Nacional de Educação não ter sido elaborado.

Outra iniciativa relevante do ministro Capanema foi à organização da I Conferência Nacional de Saúde em 1941 no Rio de Janeiro, que intensificava a força da instância estatal federal em áreas até então novas, no que tange a políticas em âmbito nacional no Brasil, uma vez que sua pasta ministerial também englobava a

⁹⁹ HORTA, J. S. B. “A I Conferência Nacional de Educação ou de como monologar sobre educação na presença de educadores,” pp.160, In: GOMES, A. C. (org) “Capanema: o ministro e seu ministério”, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

¹⁰⁰ Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV): Notas, pasta V, p.1.111.

responsabilidade e competência quanto ao setor de saúde, cuja própria denominação era Ministério da Educação e Saúde.

Tais iniciativas indicavam, segundo Gilberto Hochmam e Cristina Fonseca ¹⁰¹, que o conteúdo das reformas empreendidas por Capanema parecia ter a clareza da necessidade de reorganizar os serviços de educação e saúde, pois dessa forma deram início a uma reformulação administrativa nos serviços federais destas áreas, tendo como lastro os ideais que orientaram a política varguista: a formação de uma nova nação e de um novo homem, além da necessidade de consolidar a unidade nacional.

Tal análise se pauta no pressuposto de que a estrutura vigente no ministério da Educação e Saúde, exigia uma reforma, na ótica do próprio Capanema, que pudesse constituir um modelo administrativo mais coordenado, uniformizado e harmônico, no qual a centralização emergia como a solução. Esta concepção se dirigia ao encontro do teor das reformas administrativas empregadas pelo governo varguista desde o seu início, marcadas pela racionalidade administrativa e pelo fortalecimento do poder central, como foi o caso da criação do Departamento de Administração do Serviço Público, o DASP.

Dessa forma elucidava novamente a pertinente relevância para o regime varguista do papel central do poder estatal federal em todos os setores da sociedade brasileira, em especial na pasta ocupada por Capanema, verificada:

“Sendo a criação dos serviços nacionais consolidação de tendências centralizadoras que já vinham em curso no Ministério da Educação e Saúde, a I Conferência Nacional de Saúde funcionaria como espaço político para legitimação, sistematização, e efetivação das novas formas de atuação do Executivo federal no campo da saúde em articulação com os demais entes federativos”¹⁰²

Portanto, Capanema presidiu as Conferências, tanto a I Conferência Nacional de Saúde como também a I Conferência Nacional de Educação, visando interligá-las, elaborando um espaço político no qual as críticas e alternativas para a educação e saúde poderiam ser formuladas, desde que preservassem as diretrizes gerais do regime varguista cujo “fiador”, nos dois eventos, era o próprio ministro Gustavo Capanema.

¹⁰¹ HOCHMAM, G. e FONSECA, C. : *“I Conferência Nacional de Saúde: Reformas, Políticas e Saúde Pública em Debate no Estado Novo”*, In: GOMES, A. C. : *“Capanema : O Ministro e seu ministério”*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

¹⁰² Ibidem, p.181.

Dessa maneira a gestão realizada por Capanema no campo educacional durante o governo varguista foi marcada pela centralização administrativa além de ter elaborado iniciativas quanto à criação de espaços que pretendiam discutir junto às autoridades e órgãos competentes das áreas em questão as diretrizes que seriam adotadas em âmbito nacional pelo poder estatal a partir de sua pasta ministerial.

Assim aproximação em determinados momentos com os pioneiros do movimento da “Escola Nova” ocorreu enquadrada nesta perspectiva do ministro de buscar contribuições e auxílio de figuras competentes e gabaritadas em suas respectivas áreas de atuação como era o caso dos membros do “escolanovismo”, uma vez que devido à formação técnica destes “educadores profissionais” suas participações junto ao ministério da Educação eram entendidas como imprescindíveis pelo ministro para concretizar e viabilizar suas inúmeras medidas e diretrizes que almejavam dotar o país de um amplo e eficiente sistema educacional em termos efetivamente nacionais.

Entretanto, alguns fatores levaram a um paulatino afastamento dos membros do “escolanovismo” e a gestão de Capanema no Ministério da Educação. Doravante a vinculação ideológica de seus principais nomes, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, ao comunismo na época, tais relações foram estremecidas, assim como certas divergências existentes entre as concepções dos pioneiros e as do próprio Capanema sobre o papel da educação no Brasil naquele momento.

4-Capanema e os Intelectuais-Artistas do Modernismo

Como já foi elucidado neste trabalho Gustavo Capanema no período em que esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde estabeleceu uma intrincada rede de relações com os mais diversos grupos intelectuais como uma forma de dotar sua pasta ministerial de uma necessária capacidade para a realização de inúmeros projetos que visavam encampar no campo educacional-cultural os ideais que demarcavam a modernização da nação brasileira no interior do governo comandado por Getúlio Vargas.

Um dos grupos que compôs estas relações junto ao ministro Capanema à época foi os denominados “modernistas”, ou seja, intelectuais e artistas das mais distintas áreas e origens que participaram ativamente do movimento de vanguarda artístico-filosófico intitulado Modernismo, inaugurado durante a realização da Semana de Arte Moderna de São Paulo em fevereiro de 1922.

Tais intelectuais - artistas integrantes do movimento modernista possuíam em comum a preocupação de produzir e dotar o Brasil de uma autêntica cultura nacional, como emerge na emblematizada preocupação de Mário de Andrade de retomar as raízes da nacionalidade brasileira, assim realizavam duras críticas ao acolhimento da dita “cultura importada” que norteava as produções artísticas e os movimentos culturais no Brasil até o início da década de 1920. Estes intelectuais almejavam um caminho que levasse a “*invenção do nacional*”:

“A singularidade do Modernismo brasileiro reside na ação concomitante e dialética de nossos intelectuais no desejo de construção utópica de um passado e de um futuro para a arte e para o próprio País. Na Europa, correntes modernistas se opunham a tradicionalistas. Aqui, a única ruptura se deu em relação aos estilos ecléticos provenientes do final do século XX. No mais, praticamente as mesmas figuras revolucionaram as formas artísticas e, através de estudos, vincularam-se a uma linha evolutiva de nossa cultura que se faziam necessárias em um ambiente no qual se desconheciam ou se menosprezavam as artes locais, em prol de interpretações fantasiosas, superficiais e colonizadas de estilos pretéritos europeus e americanos.”¹⁰³

Segundo Antonio Candido o modernismo buscando essa “*invenção do nacional*” definiu o conteúdo da modernidade cultural no Brasil, afirmando a

¹⁰³ CAVALCANTI, L. “*Encontro moderno: volta futura ao passado*”. In: “*A invenção do patrimônio*”. Rio de Janeiro. IPHAN, 1995. pp.10.

“contemporaneidade ao lado das vanguardas europeias futuristas e surrealistas, sensibilidade à descoberta psicanalítica e, simultaneamente, exploração dos alicerces da nacionalidade brasileira na busca de suas maneiras de ser, seus falares, sua diversidade étnica e cultural, e das indefinições que estão na raiz da sua inventividade”.¹⁰⁴ Uma modernidade, segundo Pécaut (1990), ideológica e irônica, que mesclava o cosmopolita e o nacional, mas que representava, sobretudo, uma opção pelo nacional.

Dentre os membros do movimento modernistas destacaram-se nos mais diversos setores das artes brasileira nomes como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Heitor Villa-Lobos, Cândido Portinari, Carlos Drummond de Andrade, Lucio Costa, entre outros.

Contudo para fins deste trabalho realizaremos uma abordagem a cerca das relações estabelecidas por Capanema junto a alguns destes intelectuais - artistas que nutriram estreitas ligações com Gustavo Capanema e seu ministério no período de 1934-1945, onde evidenciou no período uma imagem de simbiose entre o governo estado-novista e a intelectualidade nacional.

Dessa forma a presença de representantes do modernismo nos quadros que compunham a equipe de Capanema em seu ministério no período, destacando Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade, era uma amostra inegável da ligação que abarcava as aspirações dos intelectuais brasileiros e o governo varguista no que tange a vontade em comum de construir uma identidade nacional a partir da conexão entre passado e futuro, além da valorização nacional.

Portanto eram inelutáveis as mútuas influências entre os ideais modernistas e o projeto cultural estado-novista que era erigido por meio das iniciativas oriundas do poder decisório e administrativo da gestão Capanema, em especial no setor educacional.

De início cabe discorrer sobre as imbricadas relações que envolveram Capanema e um destacado intelectual, poeta e modernista mineiro: Carlos Drummond de Andrade. A referida relevância para tratar tal tema se embasa, inicialmente, no fato destes dois intelectuais terem desenvolvido ao longo de suas vidas uma intensa relação de amizade e companheirismo intelectual que era oriunda de um ambiente intelectual que floresceu na Belo Horizonte do início da década de 1920. Ambos participaram de um grupo de jovens intelectuais mineiros que foram denominados como *“intelectuais da rua*

¹⁰⁴ CANDIDO, A. *“Literatura e Sociedade”*, São Paulo, Editora Nacional.1980. pp.119-121.

Bahia”¹⁰⁵, pois se reuniam na Livraria Alves, na rua Bahia, a caminho do palácio da Liberdade, onde discutiam os mais diversos temas que emergiam da realidade nacional.

A relação entre Capanema e Drummond se enfatizou quando Capanema assumiu o cargo de Ministro da Educação e Saúde no governo varguista em 1934 e teve Drummond como seu chefe – de - gabinete durante sua gestão, onde o mesmo atuou, segundo Schwartzman, como o “*intermediário eficiente, discreto entre o político Capanema e tantos outros que dele dependiam ou a ele se dirigiam*”. Neste período Drummond exerceu um papel de “ponte” envolvendo Capanema e seu ministério junto aos intelectuais e artistas modernistas, dos quais era neste momento uma proeminente figura.

A natureza desta relação próxima e afetiva de Capanema-Drummond foi explicitada da seguinte forma por Simon Schwartzman:

*“Basta dizer que os dois, de alguma forma, se complementavam. Capanema, homem de cultura humanística e pretensões intelectuais, dedica-se inteiramente à política sem uma obra intelectual própria que ultrapasse os limites do que os seus diversos cargos exigiam; Drummond, mais do que um simples funcionário público, teria podido, quem sabe, seguir uma carreira política própria, que prefere, aparentemente não realizar, em benefício de sua obra literária. É como se Capanema fizesse a política de Drummond, e este realizasse as ambições intelectuais do chefe e amigo.”*¹⁰⁶

Uma faceta interessante desta ligação entre o ministro e o poeta modernista mineiro, ocorreu em 1941 quando Drummond escreveu um artigo encomendado pela Confederação Brasileira de Desportos que concebia uma biografia do ministro Capanema para servir de modelo para a juventude brasileira. Tal artigo foi intitulado por Drummond “*Experiência de um intelectual no poder*”¹⁰⁷ denotando uma abordagem imprescindível para realizar uma compreensão mais apurada da atuação e postura de Capanema a frente do Ministério da Educação e Saúde e suas respectivas relações com a intelectualidade da época.

Drummond enfatizou, em sua ótica, a postura conciliadora de Capanema no trato dos problemas circunstanciais da vida pública, um político habilidoso e articulador de

¹⁰⁵ SCHWARTZMAN, S. (org) & BOMENY, H. & COSTA, V. M. : “*Tempos de Capanema*”. São Paulo, EDUSP, 1984. pp.41-46.

¹⁰⁶ Ibidem, pp.42.

¹⁰⁷ ANDRADE, C.D. “*Experiência de um intelectual no poder*”. (Cópia de uma crônica traduzida de Drummond enviada a Capanema por José Gomes Talarico, em 25 de abril de 1941)

soluções concretas e plurais em um período demarcado por tensões e embates a cerca dos temas nacionais que tomavam conta das inquietações dos intelectuais brasileiros. Reiterando tal interpretação, Drummond em um artigo datado de 1978 postulou um balanço da gestão Capanema:

“foi no MEC uma usina de ideias que se tornaram realidades. Varreu a rotina e implantou novas formas de educar e civilizar o homem brasileiro. Foi o ministro que deu maior atenção às inovações artísticas, mas foi também o ministro que cuidou da erradicação da lepra e da malária, da organização o ensino industrial e da educação física.(...) E foi também o homem humilde por excelência, que não se cansava de ouvir a opinião dos entendidos, as críticas bem-intencionadas, até, suportando com paciência cristã, as mal-intencionadas”.¹⁰⁸

Dessa forma Drummond ressaltava, com grande conhecimento de causa, a postura que demarcou a atuação de Capanema junto aos intelectuais e políticos brasileiros da época, onde procurou lidar com pluralidade as articulações executadas por seu ministério junto aos representantes do modernismo brasileiro e outros grupos da *intelligentsia* nacional. Contudo tais relações eram impingidas pelos embates ideológicos inerentes ao período e disputas de projetos que emanavam do interior da intelectualidade brasileira e atingiam a pasta controlada por Capanema.

Um episódio que abrangeu tal constatação envolvendo Capanema e Drummond se desenrolou em março de 1936 quando o ministro convidou Alceu Amoroso Lima para uma conferência no prédio do ministério da Educação cujo tema era “A educação e o comunismo”. Drummond, então seu chefe – de - gabinete, decidiu não participar, e diante de sua decisão colocou seu cargo à disposição do amigo e ministro, onde posteriormente se justificou por carta:

“Meu caro ministro e amigo. Às 5 horas da tarde, subindo no elevador do ministério, e cruzando com colegas de gabinete que desciam para assistir à conferência do Alceu, fiz um rápido exame de consciência e verifiquei que eu não poderia fazer o mesmo, ou antes, que eu não devia fazer o mesmo. Uma outra conclusão, logo, se impôs: não podendo participar de uma ato público, promovido pela autoridade a que sirvo, e que visava afirmar, mais do que uma orientação doutrinária, um programa de ação do governo, eu não só deixava de servir a essa autoridade como lhe criava uma situação desagradável. É verdade que minha colaboração foi sempre prestada ao amigo(e só este, de resto, lhe

¹⁰⁸ ANDRADE, C.D. “Capanema faz falta? Enorme”. *Jornal do Brasil*, 7 de dezembro de 1978.

perdoaria as impertinências de que costuma se revestir) e não propriamente ao ministro nem ao governo, mas seria impossível dissociar essa entidade e, se eu o conseguisse, isto poderia servir de escusa para mim, mas não beneficiaria o ministro. É verdade, ainda que não tenho posição à esquerda, senão apenas sinto por ela uma viva inclinação intelectual, de par com o desencanto que me inspira o espetáculo de meu país. Isto não impede, antes justifica que eu me considere absolutamente fora da direita e alheio a seus interesses, crenças e definições. E aí está a razão por que me julguei impossibilitado de ouvir o meu amigo pessoal Alceu(...). Minha presença na conferência de hoje seria mais, talvez, do que silenciar as inclinações e sentimentos. Poderia ser tida como repúdio a esses sentimentos e inclinações. Por isso não fui ao Instituto.(...) daí esta carta, que tem o mais razoável dos propósitos: o de não permitir que, para não magoar o amigo, você ponha em risco a sua situação política e, mesmo, a sua posição moral em face do governo. O amigo está intacto e continua a desejar-lhe bem. Dispensado o diretor de gabinete (e que irritante diretor de gabinete tem sido eu), você conservará o amigo afetuoso, que o abraça fraternalmente, Carlos.”¹⁰⁹

Nesta ocasião ficou evidente que mesmo tentando pairar acima dos embates ideológicos da época Capanema, constantemente, resvalava em tais disputas para elaborar suas relações junto à *intelligentsia* nacional, entretanto não se atinha a elas e deliberadamente buscava sempre a conciliação. No caso acima destacado a amizade nutrida com Drummond foi determinante para reduzir a problemática gerada por tal episódio, constatação verificada uma vez que o poeta modernista continuou em seu cargo no ministério até o término da gestão de Capanema gozando da mais profunda confiança do ministro.

Dessa maneira as ações estabelecidas pelo ministério Capanema levaram outros intelectuais e artistas modernistas a ocupar cargos, elaborar projetos e executar obras de relevo para o projeto varguista e a cultura nacional.

Doravante a esta afirmação é emblemática a relação entre Capanema e Mário de Andrade que como já foi enunciado neste trabalho possuía uma enorme inquietação sobre a busca das autênticas raízes da nacionalidade brasileira. Mário desenvolveu inúmeros trabalhos e ações que compactuavam de forma notória com tal preocupação de buscar os alicerces da autêntica cultura brasileira, e a partir dela erigir uma cultura que promovesse uma concreta unidade nacional.

¹⁰⁹ Ver Anexo “Correspondência Seleccionada de Capanema”: carta de Drummond a Capanema, 25 de março de 1936.

Esta inquietação do intelectual modernista dirigia-se ao encontro das preocupações políticas e culturais que norteavam o regime varguista no campo educacional-cultural comandado pela pasta ministerial de Capanema, isto é, forjar por via de iniciativas do governo federal, através de órgãos oficiais, uma cultura que engendrasse a unidade da nação. Uma vez que cultura nacional brasileira até então, leia-se início da década de 1930, era praticamente “inexistente” em termos e dimensões nacionais, pois era organizada de forma difusa e refletia a organização política do país demarcada pelo domínio das oligarquias, que por sua vez produziam uma cultura elitista, desarticulada e extremamente regionalizada.

Nesse sentido Mário de Andrade expressou de forma contundente tal inquietação em uma carta dirigida a Carlos Drummond de Andrade datada de 1925, onde transparece de maneira indelével sua preocupação em garimpar e produzir uma autêntica cultura nacional:

“Enquanto o brasileiro não se abrigar é um selvagem. Os tupis das suas tabas eram mais civilizados que nós nas nossas casas de Belo Horizonte e São Paulo. Por uma simples razão: não há Civilização. Há civilizações. Cada uma se orienta conforme as necessidades e ideais de uma raça, dum meio, dum tempo. (...) Nós, imitando ou repetindo a civilização francesa, ou a alemã, somos uns primitivos, porque estamos ainda na fase do mimetismo.”¹¹⁰

Nesta passagem Mário exalta sua enorme preocupação de buscar as raízes originais da cultura brasileira, que no seu entender encontrava-se no povo em oposição à cultura oficial e propagada até então pelos agentes culturais das elites oligárquicas que elaboravam os padrões e diretrizes da cultura brasileira assentadas nos elementos estrangeiros.

Sua crítica era dirigida a forma de assimilação dos padrões culturais estrangeiros, pois elucidava o *mimetismo* como sendo o caráter primordial de tal desenvolvimento da cultura nacional, assim o mesmo deveria ser repensado como uma forma de elaborar uma autêntica cultura nacional. Isto é, uma forma de cultura que integrasse de forma efetiva as mais diversas manifestações culturais, regionais e étnicas presentes na realidade brasileira, que por sua vez possibilitaria engendrar uma unidade

¹¹⁰ Carta de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Em: Carlos Drummond de Andrade. “*A lição do amigo. Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*”. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982, pp.15-16.

nacional, ou seja, a construção da nacionalidade brasileira por meio de uma identidade cultural nacional.

Seguramente tal perspectiva não era tarefa fácil diante do particular processo histórico que constituiu a nação brasileira, demarcado por uma heterogeneidade no campo das manifestações culturais doravante a diversa e plural constituição dos grupos humanos que forjaram o país, em especial os imigrantes. Deriva-se desta constatação a relevância das relações cultura-política para os interesses e projetos de nacionalização empreendidos pelo regime varguista, em especial o Estado-Novo.

Tal preocupação já era enunciada por intelectuais como Silvio Romero que no início do século XX chamava a atenção para o necessário processo de “*abrasileiramento*” das inúmeras nacionalidades que constituíam o povo brasileiro. Como também aparece nas inquietações de Alberto Torres onde expressava que no interior de nosso processo de povoamento emergia um problema em relação à formação nacional devido as intensas e contínuas correntes imigratórias. Uma análise complementar e anterior a essas foi proferida por Manoel Bonfim que diante de tal problemática anunciava no final do século XIX uma possível resolução para tal dilema: unificar e nacionalizar educação.

Para viabilizar tal necessidade de construção da nação brasileira por meio da cultura, a esfera educacional seria o instrumento eficaz para tal projeto e dessa forma somente o Estado teria condições e meios para encampar medidas e catalisar esforços nesse âmbito. Esta abordagem em relação ao papel imprescindível do Estado na formação nação brasileira se embasa na análise que Tobias Barreto havia realizado no final do século XIX: “*o que havia de organizado era o Estado, não a nação*”.¹¹¹

Assim o aparelho estatal transparecia, uma vez mais, no entendimento destes intelectuais, como o meio para viabilizar e consolidar a partir de suas iniciativas e diretrizes no campo cultural-educacional a nação brasileira.

Em face destas abordagens envolvendo os papéis e atribuições do Estado no processo de construção da nacionalidade brasileira por meio das iniciativas e órgãos educacionais, as imbricações entre o ministério Capanema e os anseios de Mário de Andrade convergiam para uma aproximação entre si, doravante a política de nacionalização empreendida por Capanema em sua pasta ministerial.

¹¹¹ In: NOGUEIRA, M. A.: “*As Possibilidades da Política: Ideias para reforma democrática do Estado*”, São Paulo, Paz e Terra, 1998. pp.23.

As expectativas traçadas por Mário de Andrade almejavam a elaboração da cultura nacional e dirigiam-se ao encontro do poder estatal da pasta de Capanema, pois o envolvimento dos modernistas em suas deliberações e confecções de projetos indicava uma nítida e estreita conexão, uma vez que para o projeto nacional varguista dirigido por Capanema no âmbito cultural as produções modernistas nas áreas do folclore, na poesia, nas artes plásticas e os inovadores projetos arquitetônicos possibilitavam um ponto de encontro entre os modernistas e seu ministério.

Tal relação se embasava na constatação de que para o ministro eram relevantes para o seu projeto de nacionalização os valores estéticos, a proximidade e envolvimento com a cultura que estavam presentes no movimento modernista, ao passo que para os intelectuais e artistas modernistas as ações do ministério da Educação abriam a possibilidade de um espaço para o desenvolvimento de seus trabalhos e execução de seus projetos.

No que tange as relações concretas que envolveram o ministério Capanema e os projetos culturais elaborados por atores do movimento modernista a figura de Mário de Andrade se destacou doravante aos constantes diálogos e contribuições que o modernista concedeu para a gestão Capanema, constatadas empiricamente nas inúmeras correspondências trocadas no período entre eles. De imediato podemos elucidar a encomenda que Capanema havia solicitado, logo que assumiu sua gestão, junto a Mário para a elaboração de um projeto de lei que tratasse da proteção às artes no Brasil, constituindo a semente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), concretizado como decreto-lei em dezembro de 1937.

No decorrer dos anos seguintes Capanema convidou Mário de Andrade para ocupar alguns cargos no interior de sua administração ministerial além de solicitar em várias oportunidades, opiniões, consultas e análises em relação a medidas e diretrizes que seriam implantadas em seu ministério, como ocorreu em 1938 quando lhe ofereceu o cargo de diretor de um departamento de Teatros do Ministério da Educação, convite negado pelo escritor modernista. As razões para tal recusa foram elencadas pelo próprio Mário em uma carta a Capanema em 22 de junho de 1938 ¹¹², que explicitava a postura resignada do modernista em face aos embates inerentes que tal cargo, em sua análise, implicava.

¹¹² Ver Anexo “Correspondência Seleccionada de Capanema”.

Todavia, Mário acabou aceitando o convite para, momentaneamente, dirigir a seção do Dicionário e Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro, porém acabou recusando-o também, justificando divergências quanto ao projeto e o incomodo de pressentir a necessidade de deslocar algumas pessoas de seus postos para que ele assumisse o cargo, como transparece nesta passagem: *“Tudo isso está perfeitamente certo, mas nos separa uma distância irreduzível de pontos de vista. As suas razões são razões de ministro, as minhas são razões de homem. Você decide com o áspero olho público, mas eu resolvo com o mais manso olhar de minha humanidade”*¹¹³

Nesta mesma carta de fevereiro de 1939, Mário protesta junto a Capanema pela decisão adotada pelo ministro de fechar a Universidade do Distrito Federal idealizada por Anísio Teixeira devido às pressões encabeçadas, em especial, por intelectuais católicos como Alceu Amoroso Lima, onde refutou veementemente as justificativas proferidas em relação a tal deliberação:

*“Não pude me curvar às razões dadas por você para isso: lastimo dolorosamente que se tenha apagado o único lugar de ensino mais livre, mais moderno, mais pesquisador que nos sobrava no Brasil, depois do que fizeram com a Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo. Esse espírito, mesmo conservados os atuais professores, não conseguirá reviver na Universidade do Brasil, que a liberdade é frágil, foge das pompas, dos pomposos e das pesadas burocracias.”*¹¹⁴

Diante de tais divergências e apesar delas, as relações de Mário e Capanema foram concisas e vitais ao logo da gestão do político mineiro a frente do ministério, como suscita a elaboração realizada por Mário de Andrade entre 1938 e 1939 de um esboço, em papéis oficiais do Instituto Nacional do Livro, de um órgão estatal que trataria *“das bases para uma entidade federal destinada a estudar o folclore musical brasileiro, propagar a música como elemento de cultura cívica e desenvolver a música erudita nacional.”*¹¹⁵. Ou seja, este documento corrobora as estreitas relações e contribuições que Mário estabelecia junto à administração cultural de Capanema e seu ministério, como sendo uma forma de participar ativamente da criação de instituições que organizariam as diretrizes nacionais no campo educacional-cultural.

¹¹³ Ver Anexo “Correspondência Seleccionada de Capanema”: carta de Mário de Andrade a Capanema, 23 de fevereiro de 1939.

¹¹⁴ Ibidem.

¹¹⁵ Plano de Mário de Andrade (manuscrito, sem assinatura, s.d.) enviado a Capanema. In: SCHWARTZMAN, S. (org) & BOMENY, H. & COSTA, V. M. : *“Tempos de Capanema”*. São Paulo, EDUSP, 1984. pp.108.

Como já observado neste trabalho os intelectuais que se correspondiam com Capanema realizavam muitos pedidos, nem sempre para si e sim para “recomendados”, amigos ou parentes. Entretanto, alguns fugiam à regra, como Mário de Andrade que realizou inúmeros pedidos e solicitações ao ministro como a que é elucidada na carta datada de 2 de setembro de 1940 onde demonstra , apesar das divergências em certos assuntos supracitados, sua afetividade, admiração e proximidade com o ministro Capanema :

“Meu caro Capanema, retiro do esquecimento um papel de carta excelente, sério e alemão que tenho prás grandes ocasiões, só na intenção de lhe agradecer o monumental Barlens. Para retribuir a magnificência da oferta, lhe conto agora que salvei a edição de um defeito.(...) Passei outro dia pelo Ministério pra lhe comunicar que estou agora na Ladeira de Santa Teresa, 106, fone 42-5554. Me mudei para as alturas para me afastar mais dos homens (...). Não me queixo mas continuo sinecurizado, sem trabalho.(...) Insisto na minha proposta da ultima vez. Eu faria um ofício a você lhe propondo trabalhar de acordo com o Serviço de Patrimônio, na futura colaboração deste na Enciclopédia, pondo a meu encargo (...) preparar verbetes de folclore musical brasileiro, e fazer pesquisas sobre arte colonial paulista.(...) Carta de gratidão que acaba em pedido deve ser coisa que não se faz. Tome isto como parte daquela liberdade em que me sinto seu amigo e verdadeiro admirador. Mário de Andrade.”¹¹⁶

Neste período em que a referida carta se enquadra Mário de Andrade vivenciava um momento difícil de sua carreira devido ao seu afastamento do Departamento de Cultura de São Paulo, desse modo almejava e necessitava trabalhar com Capanema em seu ministério. O próprio Mário é um exemplo de como o ministro também realizava pedidos aos intelectuais valendo-se do circuito a sua volta para o desempenho de vários trabalhos especializados que exigiam uma competência particular, como também foi o caso de Fernando de Azevedo que avaliou o projeto do novo prédio para o Ministério da Educação e Saúde.

Se Mário dirige-se a Capanema, em momentos financeira e emocionalmente dramáticos, pedindo-lhe colocações, Capanema também solicitava serviços diversos, com muita frequência, indicando, sobremaneira, a proximidade e confiança que eram

¹¹⁶ (GCb / Andrade, M.12. Carta de 7-9-1940), IN: GOMES, A. C., “O ministro e sua correspondência : projeto político e intelectual”, pp. 37, IN: GOMES, A. C. (org), ”Capanema: o ministro e seu ministério”, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

nutridas por ambos em suas relações, onde as mesmas atingiam o aparelho estatal no âmbito dos projetos e ações desencadeadas pelo ministério da Educação.

Outro representante do modernismo que atuou estreitamente na órbita do ministério Capanema foi o maestro Heitor Villa-Lobos que exerceu um papel de destaque na propagação dos ideais culturais do governo varguista a partir da educação musical artística desenvolvida por meio do canto coral popular, isto é, o canto orfeônico.

Em uma conferência realizada por Villa Lobos no Congresso de Educação Musical na cidade de Praga em 1936, estando como representante do governo brasileiro o compositor afirmou: *“Nenhuma arte exerce sobre as massas uma influência tão grande quanto à música. Ela é capaz de tocar os espíritos menos desenvolvidos, até mesmo os animais. Ao mesmo tempo, nenhuma arte leva às massas mais substância. Tantas belas composições corais, profanas ou litúrgicas, têm somente esta origem – o povo.”*¹¹⁷

Villa Lobos participou profundamente deste projeto vinculado ao ministério da Educação, onde percorreu o interior de São Paulo e posteriormente algumas regiões do país alardeando a importância e vinculação da música com a educação para o projeto nacional do governo varguista. Defendia tal vinculação como uma forma eficiente de despertar os sentimentos cívicos na população, tão imprescindíveis para a constituição da nação brasileira a partir do canto: *“O canto orfeônico, praticado pelas crianças e por elas propagado até os lares, nos dará gerações renovadas por uma bela disciplina da vida social, em benefício do país, cantando e trabalhando, e, ao cantar, devotando-se à pátria.”*¹¹⁸

A ligação dos anseios do maestro brasileiro e do projeto de nacionalização desenvolvido pelo ministério Capanema por meio de instituições que organizariam a cultura nacional foi salientada em uma carta enviada ao ministro:

*“Tomo a liberdade de propor a V. Excia. a solução que se segue, a qual nada mais é do que um plano de reforma e adaptação do aparelho educacional da música no Brasil, para que dessa forma possa ser considerado o problema da música brasileira, como o de absoluto interesse nacional a corresponder às respeitadas e elevadas ideias de nacionalização do Exmo. Sr. presidente da República.”*¹¹⁹

¹¹⁷ Villa Lobos, conferência em Praga. Traduzido do francês. GC. 36.02.12-A. Pasta1.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ofício de Villa Lobos ao ministro Capanema. GC 37.00.00/5-3.

Outro ponto de destaque das relações de Villa Lobos com o ministério da Educação ocorreu com a institucionalização do canto orfeônico por meio do decreto-lei de novembro de 1942 estabelecendo a criação do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico vinculado diretamente ao Departamento Nacional de Educação.

Tal atuação de Villa Lobos fortalece ainda mais a notória relação entre política e cultura para os anseios e ideais do projeto de nacionalização do governo varguista, onde a mesma era administrada de forma notável pela pasta gerida por Capanema.

Outro ponto de destaque das intrínsecas relações de Capanema e os representantes do modernismo transcorreu na elaboração, construção e decoração do Palácio do Ministério da Educação e Saúde inaugurado no Rio de Janeiro em 1945, e não por acaso intitulado atualmente de “Palácio Capanema”.

O projeto do referido edifício-sede do Ministério comandado por Capanema atenderia, segundo Lissovsky & Sá¹²⁰, a necessidade de abrigar este órgão de direção além da intenção de dotar o ministério de uma face pública, que sintetizasse o “*espírito da nação*”. Além de tal dimensão a construção deste prédio possuiu um caráter de enorme relevância para a arquitetura brasileira, pois institucionalizou a arquitetura moderna no Brasil inaugurando um período inovador neste campo, que teria seu apogeu com a construção de Brasília.

Contudo, cabe ressaltar as estratégias e os embates que envolveram os agentes do modernismo que atuavam no campo arquitetônico para a realização de tal obra a partir do comando do próprio ministro Capanema.

A atuação protagonizada pelo ministro Capanema junto à equipe de arquitetos que comandou a realização da obra foi incontestável no que tange a superação das dificuldades e obstáculos que surgiram no decorrer da elaboração do projeto arquitetônico e execução da mesma, como suscita o trecho encontrado numa carta de Lúcio Costa a Capanema em 3 de outubro de 1945, as vésperas da inauguração: “*Antes de mais nada ele se deveu à sua presença, Dr. Capanema, no ministério. Fosse outro o ministro e o edifício não seria este. Foram as suas qualidades e, possivelmente, alguns de seus defeitos que tornaram esta obra exequível. Nenhum outro homem público, nem*

¹²⁰ LISSOVSKY, M. & SÁ, P.S.M. : “*O Novo em Construção : o Edifício-sede do Ministério de Educação e Saúde e a disputa do espaço arquitetável nos anos 1930*” In: GOMES, A. C. (org): “*Capanema: o Ministro e seu Ministério*”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000.

aqui nem em qualquer outra parte, teria tido a coragem de aceitar e levar a cabo, em circunstâncias tão desfavoráveis, obra tão radicalmente inovadora.”¹²¹

Em princípio cabe ressaltar os embates protagonizados pelos diversos grupos de engenheiros e arquitetos nacionais e estrangeiros, e suas inerentes correntes artísticas, que disputavam arduamente o comando de tão relevante obra, uma vez que:

“A renhida luta por audiência e espaços de afirmação social travada entre as correntes artísticas costumavam acentuar-se quando o objeto de disputa estava de alguma forma relacionado ao Estado. A direção da Escola Nacional de Belas Artes ou a construção de um prédio público ofereciam aqueles que se confrontavam a cobiçada oportunidade de institucionalizar-se a si mesmos e a à sua corrente.”¹²²

Estas disputas para a elaboração do projeto transcorreram a partir de um concurso público realizado em 1935 sob o comando de uma comissão constituída de figuras relevantes como o engenheiro chefe do serviço de obras do Ministério da Educação e Saúde, Souza Aguiar, e presidida pelo próprio Capanema. O referido concurso foi vencido pelo projeto de Arquimedes Memória, diretor da Escola Nacional de Belas Artes e reconhecido membro do Integralismo, destacando o fato de que os anteprojetos modernistas haviam sido eliminados, pois não atendiam as normas dos editais.

Entretanto devido atuação marcante do arquiteto-urbanista Lúcio Costa junto a Capanema, este rodeado de modernistas que o assessoravam naquele momento, em especial seu chefe de gabinete Drummond e Rodrigo Melo Franco, o projeto vencedor foi “desconsiderado” e um novo projeto foi iniciado em 1936 sob o comando do modernista Lúcio Costa.

Para capacitar sua equipe para a realização do projeto arquitetônico do novo prédio do ministério e também dar consultoria para o projeto da cidade universitária no Rio de Janeiro, Lúcio Costa solicitou a Capanema a vinda do grande nome da arquitetura moderna da época: o arquiteto francês Le Corbusier. O ícone da moderna arquitetura mundial assessorou a equipe de Lúcio Costa quando esteve no Brasil num período de três meses em 1936, onde na análise do próprio Costa, sua presença foi importantíssima para a construção do projeto, além de ter catalisado o talento de um jovem arquiteto promissor à época, Oscar Niemeyer.

¹²¹ Ver Anexo “Correspondência Seleccionada de Capanema”: carta de Lúcio Costa a Capanema, 3 de outubro de 1945.

¹²² LISSOVSKY, M. & SÁ, P.S.M. , op. cit., pp.52.

A realização desta obra, foi analisada por Lissovsky & Sá de forma extremamente oportuna para a compreensão de sua marca nas artes brasileiras e também na gestão Capanema no interior do regime varguista:

“O edifício do Ministério da Educação e Saúde é fruto do desejo irreprimível de construir de uma administração e de uma época. O Brasil Novo funda-se num projeto construtivo: assentar as bases da nacionalidade, edificar a pátria, forjar a brasilidade. O Brasil, se eleva em seu “futuro ascensional” e, junto com ele o ministério ergue o seu monumento na Esplanada do Castelo, no centro da capital da República. Construções de prédios públicos e edificação da nação serão considerados movimentos análogos dentro do campo semântico aberto pela ideia de ascensão. O prédio do MES, nesse sentido, não se distingue de outras edificações a ele contemporâneas. A essência de sua projeção e os elementos que se agregam ao prédio através de seu acervo constituem um conjunto de associações subordinadas à metáfora principal- prédio/nação-, e os debates que engendra devem ser avaliados nesse prisma”¹²³.

Tal relação simbólica envolvendo a construção do prédio do Ministério da Educação e a constituição da moderna nação brasileira foi explicitada de forma marcante pelo educador Fernando de Azevedo quando realizou um elogio público num artigo intitulado *“O edifício da educação: uma casa do Brasil novo”* e veiculado pelo Jornal da Manhã em 3 de janeiro de 1943 onde aborda tal relação nos seguintes termos: *“(...) o meu pensamento se elevava, desse futuro centro de irradiação da educação e da cultura do Brasil, ao nosso povo fiel ao seu solo, à sua língua, aos seus heróis, à sua fé, mas capaz de encontrar nessa fidelidade fundamental não um freio, mas um impulso à vontade de crescer, progredir e renovar-se, sem deixar de ser ele mesmo.”¹²⁴*

Dessa forma a incorporação simbólica da construção do prédio que abrigaria o Ministério da Educação e Saúde ao projeto nacional do Estado Novo varguista se embasava no seu estilo arquitetônico modernista que representaria nos tempos posteriores um grande marco e um inelutável paradigma da arquitetura moderna no Brasil. Contudo a execução de tal obra foi marcada pelas disputas que tangenciavam as relações dos intelectuais modernistas e o Estado brasileiro como foi indicado na passagem de Lissovsky e Sá:

¹²³ Ibidem, pp.62.

¹²⁴ Azevedo, Fernando. Carta a Gustavo Capanema em 6-12-1942. Arquivo Gustavo Capanema , série F, 34.10.19,VI-26.

“(...)o que esteve em jogo na construção desse monumento modernista foi seu conteúdo simbólico e a oportunidade de, através do Estado, institucionalizar princípios construtivos. Como símbolo, é a estrutura concreta que confere materialidade ao sonho, é seu arauto. (...) Nascido monumental, a construção desse edifício envolve-se, desde logo, numa narrativa mítica, repleta portanto de lances misteriosos e segredos sutis. No sonho que se torna realidade, na edificação da sede do MÊS no Rio de Janeiro, podemos reconhecer um modelo exemplar de como se processavam as relações entre os intelectuais e o Estado nos anos 1930 e 40. Diante do apelo de Le Corbusier à autoridade, o Estado brasileiro, e o ministério Capanema em particular, soube barganhar com o que melhor tinha oferecer: o poder de materializar metáforas.”

Outra faceta desta notória e imbricada ligação entre Capanema, o projeto nacional varguista e os modernistas se pautou nas relações que sua pasta ministerial desenvolveu junto a outro grande nome das artes modernistas: Cândido Portinari. Foi graças ao auxílio de Capanema que a pintura muralista desenvolvida por Portinari pôde se consolidar e também se institucionalizar no Brasil, para posteriormente se destacar no exterior.

O grande pintor paulista foi responsável, dentre outras obras de relevo, pela decoração interna da nova sede do Ministério da Educação e Saúde marcada pelos seus enormes murais que retratavam de forma belíssima temas de nossa história nacional como os ciclos econômicos, representações do povo brasileiro como o caboclo, sertanejo, o gaúcho além de personalidades históricas como Tiradentes, onde tais temáticas foram minuciosamente encomendadas pelo próprio Capanema, uma vez que algumas correspondências trocadas por ambos à época afirmam e corroboram empiricamente tal observação.

Outro ponto de relevo nas relações do ministro junto a Portinari decorreu da solicitação do pintor modernista para a criação na Escola Nacional de Belas Artes de um curso de pintura mural, uma vez que o artista modernista justificava tal proposta como uma forma de equipar e formar novas gerações de artistas que poderiam atender os ideais nacionais no Brasil, reiterando, uma vez mais, as relações e preocupações tão presentes entre cultura e política na ótica dos intelectuais brasileiros. Uma passagem encontrada em uma carta de Portinari a Capanema embasa tal afirmação:

“Por tudo isso- e também pela convicção em que estou de estar realizando obra patriótica – é que tomei a

iniciativa de propor, à sua inteligência, a criação, na Escola Nacional de Belas-Artes, de um atelier onde sejam ministrados conhecimentos de pintura mural. Esse gênero de pintura- pela possibilidade que oferece de irradiação, de influência coletiva- tem sido utilizado, desde os tempos mais remotos, pelos governos de quase todos os países, como elemento precioso de educação e propaganda. Em todas as escolas de arte, ocupa essa cadeira lugar da maior importância, a sua utilidade ressaltando, inclusive, da necessidade que têm os governos de decorar os melhores palácios. Desta forma, não razões para que o Brasil- que vem acompanhando os progressos dos países civilizados nos demais setores da sua atividade, quer administrativa, quer literária, quer científica- deixe de ter o seu curso de pintura mural inexistente até hoje na Escola Nacional de Belas Artes. Daí a proposta – que tomo liberdade de reiterar ao ilustre ministro- para o aproveitamento, naquela instituição, do meu curso de pintura mural.”¹²⁵

Enfim, diante desta complexa rede de relações estabelecidas por Capanema junto aos intelectuais-artistas do modernismo à época, enaltece as inelutáveis preocupações em politizar a cultura em nome do projeto nacional empreendido por Vargas e comandado por Capanema em sua pasta ministerial, onde por meio da criação de instituições e medidas administrativas o governo federal centralizava a estrutura educacional-cultural no país como o meio de construir a nação brasileira.

Destarte as relações que abarcavam a política e cultura no Brasil evidenciavam as proximidades e participações ativas dos representantes do movimento modernista neste processo por meio da gestão Capanema e conseqüentemente no aparelho estatal. Portanto mesmo que Mário de Andrade não possuísse ilusões, como revelam suas cartas a Drummond, quanto ao poder redentor da arte enquanto tal, e certamente não compartilhava a noção de que, pela pureza das formas, fosse possível contornar as profundas diferenças econômicas, políticas e ideológicas que marcavam e ainda marcam a sociedade brasileira, a crença na força da arte e da cultura em nome da construção da moderna nação brasileira, talvez fosse, naqueles anos, a única forma de legitimar o convívio entre os intelectuais e o poder do Estado Novo.

¹²⁵ Ver Anexo “Correspondência Seleccionada de Capanema”: Carta de Portinari a Capanema, 27 de maio de 1939.

CAPÍTULO III – O LEGADO DA GESTÃO CAPANEMA

1- Ministério Capanema : um Ministério da Cultura?

De início é pertinente à citação retirada do Arquivo Privado de Capanema (série: Produção Intelectual) sobre sua possível postura como um ministro da Cultura: “(...)o progresso do Ministério , segundo os princípios constitucionais vigentes e o programa geral do governo, pode ser, resumido nesta palavra: cultura. Ou melhor: cultura nacional.”¹²⁶

Em uma proposta de reforma ministerial datada de 1935, Capanema solicitava que o Ministério da Educação e Saúde Pública fosse rebatizado para “Ministério da Cultura Nacional”, onde se justificava que tal denominação era mais adequada aos empreendimentos culturais de formação do corpo, espírito e da alma dos brasileiros, sendo, portanto, da alçada daquela pasta.

Capanema empenhou-se, explicitamente, em sua gestão à frente do Ministério da Educação e Saúde na criação de uma rede de instituições federais voltadas para a construção e desenvolvimento da cultura nacional, esforçando-se, sobretudo, na administração nacional da cultura, voltada para a elaboração e implantação de uma política cultural de âmbito federal que contrastava com o cenário que demarcava o aparelho estatal anterior a 1930 no Brasil.

Daryle Willians,¹²⁷ enaltece a tradição brasileira de associar a cultura ao desenvolvimento de instituições oficiais encarregadas das artes, letras e ciências, onde tal pressuposto levantado pelo autor se pautava em experiências históricas anteriores, remontadas ao período de governo de D. João VI no Brasil (1808-1821), perpassando pelo Período Imperial (1822-1889) e desembocando com algumas mudanças na Primeira República (1889-1930).

¹²⁶ Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV): encontra-se numa minuta da exposição de motivos da reforma ministerial assinada por Capanema em 16-10-1935. Ver (CPDOC/FGV: Gcf. 34.06.21).

¹²⁷ WILLIANS, D. “Gustavo Capanema, ministro da Cultura”; IN: : GOMES, A. C. (org): “Capanema: o Ministro e seu Ministério”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000.

Porém a partir de 1930 verificou-se a criação de órgãos oficiais que foram peças fundamentais para dotar o Estado de outros meios de administrar as bases da cultura, como: o próprio Ministério da Educação e Saúde Pública criado duas semanas após a Revolução de 1930 e o Departamento Oficial de Propaganda (DOP) em 1931.

Assim, a partir deste momento o Estado centralizou todas as iniciativas em amplos setores, facilitando as medidas de reformas modernizadoras que implicavam numa intervenção estatal crescente no campo cultural, onde enfatizou a figura de Capanema que procurou estreitar e reforçar os laços entre a cultura e as instituições federais.

Representando uma das facetas desta relação entre o Estado e as instituições oficiais federais que estavam sendo criadas ou reformuladas por tais medidas se destacaram alguns embates envolvendo grupos de intelectuais “conservadores” como os intitulos acadêmicos e os “renovadores” exemplificados pelos modernistas no interior da Escola Nacional de Belas Artes, quando o modernista Lúcio Costa a comandou em 1931.

Nesse contexto de debates e embates entre os grupos da *intelligentsia* nacional que possuíam em comum projetos, iniciativas e atuações no campo cultural ¹²⁸, Capanema desencadeou uma série de medidas que se configuravam desde reformas a intervenções, encampadas e defendidas por um grupo reduzido de correligionários mineiros e aliados intelectuais, como Francisco Campos.

Após o golpe de 1937, com a instituição do Estado Novo verificou-se um profundo e notório processo de fortalecimento da centralização dos poderes da União, no qual passou a evidenciar uma gama de decretos-leis e portarias ministeriais que regulamentavam algumas instituições voltadas para a administração cultural.

Um exemplo de tais evidências foi à criação realizada pelo próprio Getúlio Vargas por meio do Decreto-lei nº 526 em julho de 1938 do Conselho Nacional de Cultura que estaria encarregado da “*coordenação de todas as atividades concernentes*

¹²⁸ O sentido empregado para a categoria campo cultural (ou intelectual) é o desenvolvido por Pierre Bourdieu: “*Embora os homens cultuados de uma certa época possam discordar a respeito de questões que discutem , pelo menos estão de acordo para discutir certas questões . E sobretudo através de problemáticas obrigatórias , nas quais e pelas quais um pensador reflete que ele passa a pertencer à sua época , podendo-se situá-lo e datá-lo.*”(In: “A economia das trocas simbólicas”, Bourdieu, P ; São Paulo , Ed . Perspectiva , 1974, p.207)

ao desenvolvimento cultural, realizados pelo Ministério da Educação e Saúde ou sob seu controle ou influência.”¹²⁹

É notória, portanto, a preocupação que o regime de Vargas nutria a respeito da construção da cultura nacional realizada via poder estatal federal onde almejava a constituição da unidade da nação. Tal constatação se embasa nas iniciativas adotadas pelo ministério comandado por Capanema, como transparece no Decreto-Lei n° 526 que a partir da definição formal do próprio ministro, o desenvolvimento cultural teria como diretrizes: a produção filosófica, científica e literária; a cultura das artes; o patrimônio cultural; o intercâmbio intelectual; a difusão cultural da mídia de massa; as causas patrióticas e humanitárias; a educação cívica; a recreação.

Dessa forma a cultura nacional naquele momento do regime de Vargas se tornava, como elucidou Sergio Miceli, um negócio oficial, administrado por um Estado autoritário em expansão, no qual evidenciava a atuação de Capanema no comando do Ministério da Educação e Saúde.

Segundo Willians, Capanema assumiu pessoalmente a responsabilidade por sua intervenção no processo de administração cultural desencadeado e tutelado pelo Estado brasileiro no período, como foi observado pelo próprio Capanema num documento datado de 1967:

*“Teve, desde logo, o ministro Gustavo Capanema a preocupação de alargar os limites de ação do Ministério a seu cargo, o qual não deveria permanecer, no terreno educativo, adstrito somente aos assuntos de ensino. E, assim, deu início a uma série de empreendimentos de natureza cultural, que foram compondo a nova fisionomia daquele Ministério, e justificando a denominação que, afinal, lhe foi dada de Ministério da Educação e Cultura. Estava na mente do ministro, desde cedo, dar uma direção coordenadora a todo o conjunto dos empreendimentos culturais, tendo sido criados, com tal objetivo, a Divisão de Educação Extra-Escolar e, pouco tempo depois, o Conselho Nacional de Cultura (Lei n° 378, de 13-1-1937, e Lei n° 526, de 1-7-1938). Esses órgãos não preencheram a sua finalidade, pois as atividades e serviços culturais eram planejados e controlados diretamente pelo próprio ministro.”*¹³⁰

Diante deste panorama institucional que era erigido em torno da pasta ministerial de Capanema foi constituída uma rede de relações com vários membros da *intelligentsia*

¹²⁹ WILLIANS, D. pp. 256 ;

¹³⁰ Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV) : GCpi /67.03.00. A educação e cultura na gestão do ministro Gustavo Capanema.

nacional, uma vez que o ministro frequentemente consultava os seus “colaboradores”, em especial, a intelectualidade modernista, a comunidade artística, críticos, católicos e até alguns membros do corpo diplomático do país e do estrangeiro, cujo seu intuito era compartilhar opiniões a respeito da elaboração de diretrizes que norteariam a política cultural nacional.

Capanema, portanto, construía uma rede de relações que interligava os elementos que compunham a *intelligentsia* nacional e os projetos de política cultural que atingiam o organograma do Estado, elucidando, sobretudo, o seu papel enquanto eixo fundamental desta teia de relações entre a esfera estatal e os grupos intelectuais a época.

Outra constatação relevante se encontra na construção do prédio do Ministério da Educação e Saúde, atualmente intitulado Palácio Capanema, pois o mesmo representou um monumento que simbolizava a própria visão da renovação cultural projetada e encabeçada pelo ministro, que para realizar tal obra lançou mãos de suas relações estreitas com os líderes do movimento modernista.

Cabe salientar que o panorama político do Estado Novo ofuscou a identificação que Capanema tinha com a política cultural de seu ministério, pois nas histórias das instituições culturais como também das instituições públicas em geral, é o presidente Getúlio Vargas quem recebe os principais méritos pelo interesse oficial na área da cultura, como era típico na época do regime “estado-novista”.

Contudo, algumas fontes indicam que Capanema tinha conhecimento de que o próprio Vargas não dava muita atenção à administração cultural, como observado no depoimento de Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete de Capanema a frente do Ministério:

“(...)foi o ministro Capanema, quem, pessoalmente, com seu prestígio junto ao presidente Vargas, fez esta revolução [administração cultural]. Ora, isto importava em encomendas, importava em fazer obras de grande relevo que ainda não se tinha feito no Brasil.(...) Ele [Vargas] não ligava coisa nenhuma. Essa lenda de grande homem público, extraordinário, eu acho absolutamente falsa. Getúlio era um homem de bem, um homem honesto, isso sim, muito escrupuloso. Passava as noites em claro, assinando decretos, nomeações, exonerações de servente, porque naquele tempo tudo era muito centralizado. Ele era, sim um grande burocrata. E também político muito hábil, de grande esperteza, com a virtude de não guardar ódios(...). No Brasil, devido ao espírito de bajulação, as obras aparecem mais como sendo obras do presidente e não dos ministros. Todas as obras do ministro Capanema,

que são hoje apontadas como sendo do Getúlio são obras que Getúlio tolerou. Da mesma maneira que permitiu um prédio antiquado para o Ministério da Fazenda, autorizou um prédio moderníssimo para o Ministério da Educação. Sua preocupação era assinar o expediente e fazer política.”¹³¹

Após a Revolução de 1930, Gustavo Capanema foi alcançando, paulatinamente, prestígio e notoriedade na política nacional, com destaque para sua inserção nos círculos de intelectuais e figuras políticas que eram reconhecidos por terem em comum, anseios, preocupações e projetos para o Brasil, em especial, as perspectivas que norteariam o futuro nação brasileira.

Logo após os eventos de 1930 que modificaram as relações de poder nos órgãos oficiais, tanto no âmbito federal quanto nas esferas estaduais, Capanema galgou e ocupou postos em importantes cargos públicos do Estado de Minas Gerais, como o de secretário do interior de Minas Gerais entre 1930-1933, depois o cargo de interventor interino em 1933, até assumir a pasta ministerial da Educação e Saúde no governo federal no período de 1934 a 1945.

Sua chegada ao governo federal foi resultado das boas relações que nutria com a elite política como também a elite eclesiástica, fatores que o auxiliaram em sua indicação como sendo o terceiro mineiro a ocupar o comando da pasta de Educação, pioneiramente ocupada Francisco Campos (1930-1932) e, posteriormente, por Washington Ferreira Pires (1932-1934), que Capanema sucedeu.

Capanema atuou politicamente com uma postura que combinava negociação, independência política e pluralidade nas relações com os grupos políticos e intelectuais da época. Simultaneamente, dialogava com intelectuais das mais variadas tendências políticas e ideológicas denotando sua posição aberta e plural nesse campo, entretanto, não evidenciava nenhum descuido no que tange a expressar o comprometimento que possuía com os princípios do Estado Novo de Vargas, fator fundamental para a sua manutenção no cargo de ministro após 1937, quando seu posto foi pleiteado pelo líder integralista Plínio Salgado.

Em relação a este interesse particular do líder integralista Plínio Salgado na pasta ministerial da Educação, nota-se mais um indício que o cargo ocupado por Capanema constituía poderes e influências políticas estratégicas naquele momento, pois

¹³¹ Projeto Portinari. Entrevista oral com Carlos Drummond de Andrade (DE-34), p.7./p.25-26.

despertava a cobiça de vários segmentos entre intelectuais que possuíam planos ambiciosos para o futuro do Brasil no âmbito político-cultural, cada qual detentor de paradigmas próprios, como é enaltecido no caso do movimento integralista em questão.

Contudo, Capanema é mantido no comando do ministério até o final do Estado Novo em 1945, onde foi, gradualmente, ocupando maior espaço e prestígio nas esferas e anéis de poder do regime varguista, enfatizado na sua relação junto ao próprio presidente, pois “*a proximidade física entre Vargas e Capanema atesta o lugar especial que o ministro ocupava no círculo de poder da época*”.¹³²

A despeito de sua trajetória política pode-se elucidar sua participação no início da década de 1930 na Legião de Outubro em Minas Gerais que compartilhava aspectos dos regimes totalitários europeus da época, como o nazifascismo. Capanema era adepto de uma visão política que defendia na prática a premissa de que o Estado associado a organizações paramilitares poderia libertar o espírito e sanear o corpo nacional, no qual expressava certa descrença em relação ao liberalismo.

Quando assumiu o ministério da Educação e Saúde em 1934 proferiu um discurso no qual valorizava e exaltava a instalação do novo regime constitucional afirmando que o Brasil tinha finalmente escolhido a liberdade e democracia. Expressava também uma preocupação em relação às prioridades da educação no Brasil, enfatizando o interesse em educar e formar as elites, como no caso da criação de inúmeras universidades em sua gestão, além da pretensão de preparar as massas para um futuro promissor, onde almejava um destino nacional estável, moderno e seguro.

Desenvolvia uma atuação política que vinculava a participação de um Estado centralizado e forte, que embasava a premissa de que a esfera estatal era o meio e o fiador dos direitos da sociedade, assim como também o protetor da cultura nacional. Nesta premissa o papel da educação seria essencial para o modelo “estado-novista” que Capanema avalizava:

“Mas em alguns pontos o ministro quis demonstrar que pretendia redirecionar os rumos da cultura nacional através do aparato estatal central. Seu discurso destacava a noção de que a civilização moderna fincara suas bases nas cidades enquanto a ignorância grassava no campo. Nota-se uma preocupação programática com o fortalecimento das bases de uma civilização urbana, capaz de vencer as forças nocivas da vida rural e do atraso nacional. Educação formal, urbanização controlada,

¹³² Ibidem, p.260.

campanhas de higiene e assistência social tudo isso coordenado pelo Estado, garantiriam o bem comum e o progresso do Brasil.”¹³³

No que tange as influências que o constituíram como intelectual e político é observada uma multiplicidade, que oscila desde elementos do humanismo ocidental, passando pelo positivismo que o levou partilhar da ênfase na administração científica e vigência da sociedade moderna. Contudo, existem grandes indícios da influência do pensamento católico, graças a sua relação de proximidade política e intelectual com Alceu Amoroso Lima.

Capanema buscou cuidar da cultura a partir de um modelo holístico, ou seja, de formação total do corpo, do espírito e da alma dos brasileiros, onde o referencial maior deste paradigma seria a identidade entre o Estado forte, moralizador, ativo e a nação, também constituída de elementos fortes e moralizadores.

Evidenciou-se, inserido neste paradigma de Capanema no que concerne ao papel da cultura, uma dimensão pragmática, que de uma forma análoga, indicava a função desempenhada pela cultura como resultante das intervenções diversas dos poderes públicos, elevando a atuação do ministro na administração dos órgãos que formulavam a cultura nacional.

Pode-se observar, mais nitidamente, tal atuação e preocupação de Capanema devido a algumas iniciativas adotadas em sua gestão ministerial como na valorização da educação cívica dos brasileiros por meio da escola e outras instâncias, nas tentativas de nacionalização das colônias estrangeiras e nos incentivos aos ideais e cultos patrióticos.

Sendo as futuras gerações, crianças e jovens, os principais alvos de tais medidas oficiais, o sistema escolar funcionava como um instrumento fundamental, eficaz e legítimo na ambicionada transformação da cultura nacional em nome da constituição da nação moderna.

No plano político destacava-se por ser um anticomunista convicto, contudo, estabelecia amizades com intelectuais de esquerda, porém nunca se levantou contrariamente a violência sistemática que se abatia sobre os acusados de subversão no decorrer do Estado Novo. Era um aliado constante do autoritarismo marcante do regime “estado-novista”, mas não tolerava placidamente práticas totalitárias de origem importada.

¹³³ Ibidem, pp. 262.

Uma passagem de Willians enaltece a postura adotada por Capanema no âmbito das relações entre política e cultura :

“A despeito de seu apoio ao regime autoritário esse episódio demonstra que Capanema entendia que cultura, especialmente a cultura patrocinada pelo Estado, deveria ser um espaço de pluralismo, onde o debate e a multiplicidade de opiniões incentivassem o meio artístico, que precisava ser esclarecido e dinâmico. Veem-se aí as tensões existentes no pensamento do ministro que preferia o pluralismo e a livre expressão nas artes, mas que, em política, acreditava na utilidade de uma direção estatal forte e centralizada.” 134

Segundo o próprio Willians, Capanema atuou como um “mecenas da cultura”, pois nutria um gosto especial pelo modernismo, que apesar do Estado Novo não ter possuído uma arte oficial, tal movimento atingiu o posto de um “estilo semi-oficial” do Ministério, uma das possíveis razões que explicam a sobrevivência dos modernistas durante o regime ditatorial de Vargas, mesmo sendo um movimento de vanguarda artística e filosófica.

Algumas iniciativas elucidam a relação estreita de Capanema junto ao movimento modernista e seus componentes, tais como: na decoração da sede do Ministério da Educação e Saúde com obras modernistas, no auxílio nas visitas ao Brasil de Le Corbusier e do pintor George Biddle, o fato dos pintores Lasar Segall e Cândido Portinari terem superado as resistências no Museu Nacional de Belas Artes devido à intervenção ministerial além de ter encaminhado verbas públicas a Portinari, o arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa.

Capanema realizou poucas viagens ao exterior durante sua vida, sendo que no período em que esteve à frente do ministério não há registros de incursões as terras estrangeiras. Porém, não se deve taxá-lo como exemplo de um homem “provinciano”, como afirma Carlos Drummond de Andrade sobre a capacidade intelectual de seu chefe: *“era o mais erudito dos intelectuais da rua Bahia”*.

Referindo-se ao grupo de intelectuais mineiros do qual Capanema era uma das emblemáticas figuras, Carlos Drummond elucida a admiração e proximidade que possuía em relação ao ministro, pois mesmo sem viajar para o exterior, o definia como um intelectual cosmopolita que praticava o mecenato como demonstração de suas amplitudes e posturas mundialistas.

¹³⁴ WILLIANS, D, idem 265.

Destarte, no período entre 1934-1945, Capanema se empenhou para definir uma cultura nacional e nacionalista, impingindo a ela cores patrióticas, sadias, otimistas e modernas. Tomou lugares já consagrados culturalmente como museus e academias de artes e, constituiu também uma rede de novos locais para consagrar uma elite cultural responsável por uma nova arte nacional, sendo assim definido como um “mecenaz *par excellence*”:

*“Sempre fixado na interpretação do nacional, Capanema usou todos os seus poderes para viabilizar um cânone cultural que considerava nacional. Como demonstra o editorial do jornal “A Notícia”, esse cânone de brasilidade foi muito disputado, tanto dentro quanto fora do aparelho do Estado. Mas o ministro talvez pudesse se orgulhar e ter assegurado um espaço de certa pluralidade de expressão artística, integrando as questões culturais as preocupações dos poderes federais muito antes da criação de um Ministério da Cultura.”*¹³⁵

¹³⁵ WILLIAMS, D. *idem* 268.

2- METODOLOGIA EMPREGADA

A metodologia utilizada consistiu na leitura e fichamentos dos textos que se encontram na bibliografia levantada sobre o tema, além dos que no decorrer da pesquisa, proporcionaram fontes de reflexão pertinentes a problemática abordada nesta pesquisa, como também consultas que foram realizadas de forma empírica junto a fontes documentais disponíveis e pertinentes ao objeto.

Num primeiro momento cabe ressaltar alguns autores e obras que serviram de aparato teórico-reflexivo para a elaboração e instrumentalização conceitual da abordagem interpretativa a cerca da problemática levantada sobre o objeto que compõe esta pesquisa, ou seja, a atuação do intelectual Gustavo Capanema junto aos grupos de intelectuais que compunham a *intelligentsia* nacional no Brasil.

Um dos pressupostos teóricos da pesquisa refere-se às abordagens conceituais de autores que se preocuparam com a problemática dos intelectuais e suas atribuições no interior das sociedades modernas, tais como Antonio Gramsci em sua obra “*Os Intelectuais e a Organização da Cultura*” (1978) e Karl Mannheim no seu livro “*Sociologia da Cultura*” (2004).

A partir das interpretações e debates referentes às premissas conceituais levantadas por estes dois autores a cerca da sociologia dos intelectuais, nos seus respectivos trabalhos supracitados, realizou-se uma leitura de obras que constituem um panorama interpretativo em relação, especificamente do objeto, o intelectual Gustavo Capanema, com destaque para o livro “*Tempos de Capanema*” dos co-autores, Simon Schwartzman, Helena, Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro da Costa (1984) e “*Capanema: o Ministro e seu Ministério*” de Ângela de Castro Gomes (2000).

Outra gama de obras fundamentais para a composição do referencial teórico da pesquisa foram: “*Os Intelectuais e a Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*” de Sergio Miceli (1979), “*Intelectuais e Transição: entre a política e a profissão*” de Milton Lahuerta (1999), “*Os Intelectuais e a Política no Brasil*” de Daniel Pécaut (1990), “*Gramsci e o Bloco Histórico*” de Hugues Portelli (1977), “*Poder Ideológico e Estado-Nação*” de André Botelho, que cada uma em sua abordagem particular embasou e permitiu a fundamentação teórica que se assentou parte da metodologia empregada neste trabalho.

No que tange as fontes empíricas utilizadas por esta pesquisa deve-se ressaltar o fato que Gustavo Capanema no referido período (1934-1945) esteve à frente de um

ministério do governo federal, permitindo, assim, pesquisar e analisar uma vasta gama de documentos oficiais que se encontram no arquivo “*Gustavo Capanema*” no Centro de Pesquisas Documentais de História Contemporânea Brasileira da Faculdade Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (CPDOC-HCB / FGV-RJ).

Este arquivo possuiu 200.000 documentos, cobrindo o período que vai de 1914 – 1982, merecendo o destaque para o fato de que um terço de toda esta gama de documentos refere-se ao período no qual Capanema encontrava-se a frente do Ministério da Educação e Saúde (1934-1945) sendo compostos por manuscritos, periódicos, recortes de jornal, mapas, plantas, fotografias e discos.

Além deste vasto material, como é próprio dos arquivos pessoais, este arquivo inclui muitos aspectos da vida privada de Capanema, como certos tipos de registros, entre os quais uma vasta correspondência.

Na organização dos documentos referentes à sua gestão no ministério da Educação e Saúde se evidenciou as participações sistemáticas de seu chefe- de- gabinete Carlos Drummond de Andrade e seu secretário particular Archrises Gonçalves Santos, que além de ter exercido o cargo de arquivista do Ministério da Educação e Saúde foi também responsável pela documentação que compunha o arquivo público do ministro.

Nestes documentos elucidam-se as relações de Capanema junto à *intelligentsia* nacional, nas quais eram marcadas por pedidos de ambos os lados graças à posição de homem público que ocupava, porém, Capanema também realizava pedidos aos intelectuais correspondentes, denotando-se a questão da personalidade nestas relações, uma vez que a compatibilidade das duas esferas, impessoal e pessoal, era exponencial, porém, denotava-se a grande força simbólica da personalidade de Capanema. (GOMES, 2000).

Assim a dimensão destas relações com a *intelligentsia* nacional envolvia um caráter pessoal, dirigido e tutelado por Capanema, na construção de suas relações sociais e políticas, nas quais a administração e a pessoa se confundiam nas avaliações dos grupos intelectuais.

Visto que no período em questão a sociabilidade dos intelectuais se configurava, na maioria das vezes, por meio destas correspondências tornou-se relevante e fundamental a análise destes documentos como fontes imprescindíveis para a proposta e diretrizes da pesquisa.

Dessa forma a pesquisa realizada a partir destas fontes encontradas no “Arquivo Capanema” permitiu avaliar de forma empírica e concisa os espaços e canais da

sociabilidade construídos por Capanema junto aos seus interlocutores, em especial os membros ativos dos grupos que compunham a *intelligentsia* nacional que orbitavam em torno da pessoa e do homem-público Gustavo Capanema.

A análise empírica de tais fontes documentais se pautou fundamentalmente na parte I do Arquivo, que consiste na correspondência pessoal estabelecida entre Capanema e os seus vários interlocutores, num total de 5059 cartas, onde se destaca numa dimensão quantitativa de interesse para esta pesquisa, que deste total 1351 cartas, ou seja, 26.70% se refere a cartas, manuscritas e datilografadas, e telegramas trocados com intelectuais com quem Capanema possuiu relações, confidências, favores, além de compartilhar aflições e projetos de futuro.

Cabe salientar que alguns membros da *intelligentsia* nacional da época eram proeminentes nesta gama de documentos, em especial as cartas, que constituem a correspondência do *Arquivo Capanema* no referido contexto abordado na pesquisa 1934-1945.

A pesquisa empírica realizada diretamente nestas fontes permitiu constatar que os intelectuais que mais, sistematicamente e numericamente, compartilharam como interlocutores da correspondência do ministro Capanema no período foram: o intelectual católico Alceu Amoroso Lima (249 cartas), o teórico autoritário do regime “estadonovista” Francisco Campos (58 cartas), os modernistas Carlos Drummond de Andrade (69 cartas) e Mário de Andrade (31 cartas), os educadores Lourenço Filho (41 cartas) e Francisco Azevedo (22 cartas) além do presidente a época Getúlio Dorneles Vargas (86 cartas).

Tais constatações empíricas e documentais possibilitaram embasar de forma consistente o suporte reflexivo que foi estabelecido nesta pesquisa a cerca da atuação do intelectual Gustavo Capanema junto aos grupos de intelectuais que formavam a *intelligentsia* nacional no Brasil. Uma vez que se pôde validar empiricamente a relevância de alguns grupos intelectuais no que tange as suas relações e aproximações da figura de Capanema, este que figurava tanto como um quadro da intelectualidade ativa da época quanto homem de Estado, que barganhava e negociava ideias, projetos, alianças, consensos e rupturas no eixo da esfera estatal.

Tal estudo denotou que Capanema se posicionava como um canal aberto e plural para os diversos e conflitantes projetos políticos e culturais que floresciam no seio da *intelligentsia* nacional.

Os grupos de intelectuais proeminentes na abordagem documental desta pesquisa corroboram, a partir destas fontes empíricas, para justificar as razões de suas respectivas e singulares relevâncias, já que constituíam a maior parte da correspondência do ministro Capanema, como também se portavam como “porta-bandeiras” dos grupos intelectuais que representavam: os modernistas, os católicos, os autoritários e os educadores profissionais.

Como o processo de modernização da sociedade brasileira é compreendido em larga literatura como “Revolução Passiva” ou “modernização autoritária” conceitos empregados por Luiz Werneck Vianna, cabe enfatizar em tal processo a importância do Estado, como agente da liderança e direção de todas as etapas e a atuação dos intelectuais no sentido de construir a legitimidade social junto à estrutura da sociedade em relação à medida que eram adotadas pelo Estado na modernização brasileira .

Tais grupos da *intelligentsia* possuíam em comum a preocupação, fundamentalmente, calcada na construção do Brasil - Moderno, a partir de medidas e políticas culturais que almejavam conceber a nação brasileira a partir do Estado, tornando, desse modo, estas relações um terreno de disputas e lutas de projetos que almejavam uma hegemonia entre os grupos que constituíam a *intelligentsia* nacional no período abordado.

A GUIA DE CONCLUSÃO : O papel de Gustavo Capanema na construção da nação moderna brasileira

A partir dos estudos realizados nesta pesquisa que abordou o papel exercido por Gustavo Capanema no processo de modernização brasileira ocorrida a partir das décadas de 1930-1940 no interior do governo de Getúlio Vargas no Brasil, tecerei a conclusão que obtive sobre a relevância e atuação desta emblemática personalidade da história política-intelectual nacional.

Destarte, a base que se assentou este trabalho foi à tentativa de realizar uma compreensão sobre quais seriam as razões, motivos e objetivos que levaram Gustavo Capanema a atuar de forma plural em suas relações com os diversos setores que compunham a *intelligentsia* nacional e os anéis de poder estatal, onde de antemão tudo ocorreria em nome de um projeto de monta muito maior que qualquer outro até então na história brasileira, ambicionado e encabeçado pelo presidente Getulio Vargas: a construção da nação moderna brasileira.

Como Capanema neste período recortado na pesquisa, 1934-1945, ocupou uma pasta ministerial atuando como um homem-público com amplo poder decisório, uma vez que se encontrava inserido no aparelho do Estado, e portanto, entrosado com os vários setores e atores do poder político brasileiro que transitavam pelos corredores do poder federal deliberando sobre os assuntos pertinentes ao projeto varguista.

Cabe salientar que as preocupações, projetos e instrumentos que permitiram Capanema viabilizar medidas em nome deste projeto de modernização nacional ocorreriam a partir de instituições de ensino e órgãos culturais criados por sua pasta ministerial que passariam a elaborar efetivamente a construção e unidade nacional do Brasil.

Como foi elucidado, anteriormente, na pesquisa o meio que era entendido por todos os setores da *intelligentsia* nacional e da elite política para viabilizar um projeto tão amplo e ambicioso no Brasil naquele momento seria a esfera estatal, ou seja, através de organismos implantados e medidas erigidas e administradas pelo Estado brasileiro no âmbito federal, que iriam dotar e levar à sociedade brasileira a modernidade de forma concreta.

Para viabilizar a execução de tais medidas era necessário dotar o aparelho estatal de competências indispensáveis e atribuições novas, nas quais muitas eram inexistentes

até então, como é o caso do próprio ministério ocupado por Capanema, o da Educação e Saúde.

Assim, o diálogo com amplos e, muitas vezes, conflitantes setores da intelectualidade brasileira à época era necessário e imprescindível para a execução de obras, tomada de decisões, criação de instituições desde universidades e escolas, além de “sobreviver” a delicada e efervescente situação política que o Brasil vivenciava naquele momento.

Assim Capanema a frente de seu ministério elaborou uma intrincada rede de relações com os integrantes da *intelligentsia* brasileira, demarcada pela pluralidade de seus membros no que tange as ideologias que possuíam, como também por uma notória habilidade nas negociações e tratos dos assuntos políticos em voga.

Observando o panorama e o processo do qual fazia parte, Capanema portou-se como uma “*ponte*” entre os projetos dessa intelectualidade e o organograma do Estado, e ao mesmo tempo como um “*centro*” no qual convergiam os mais diletantes membros dessa *intelligentsia* que possuíam em comum a vontade e ambição de participar como atores efetivos deste processo de modernização nacional através de um âmbito em especial : a educação.

Para isso, Capanema necessitou dialogar, negociar, debater e deliberar ideias e ações efetivas com os vários grupos que compunham a intelectualidade brasileira, como os pensadores autoritários que buscavam legitimar o poder estatal centralizador personificado por Vargas através de órgãos e diretrizes educacionais, como também os intelectuais católicos que enxergavam uma perda de seu prestígio e controle no campo educacional, porém ainda eram extremamente importantes como lideranças e influências sobre os diversos setores da sociedade civil. Além dos pioneiros do movimento da “escola nova” que juntamente com os intelectuais e artistas modernistas entendiam que aquele contexto de mudanças poderia também constituir o momento da efetivação de seus projetos para a modernização brasileira, respectivamente, nos âmbitos educacionais e culturais.

Apesar das inúmeras oscilações ao longo de seu mandato envolvendo o seu ministério, Capanema e estes setores da *intelligentsia* nacional destacados acima, no que tange a execução de medidas e inserção de seus membros no aparelho e órgão oficiais do Estado federal, foram estes que possuíam uma maior participação nas relações estabelecidas por Capanema em sua pasta ministerial, pois possuíam em comum a preocupação de participarem ativamente das transformações nacionais através das

medidas oriundas do campo educacional em âmbito nacional que se encontravam em vertiginosa expansão sob a tutela da pasta gerida por Capanema.

Como Mannheim postulou, em suas obras que tratavam as relações e posturas dos intelectuais em momentos de profundas transformações político-sociais, Capanema absorveu a *Weltanschauung*” (*visão de mundo*) de sua época que pairava na realidade brasileira e, a partir dela, tomou as medidas necessárias para concretizar ações e iniciativas de abrangência nacional, e dessa forma contribuir para o projeto do governo varguista em sua área de atuação, ou seja, o ministério da Educação.

Dessa forma, a relação estabelecida por Capanema com a *intelligentsia* nacional não deveria ser entendida como um mero processo de “cooptação” por parte do aparelho estatal do qual era uma eminente figura de poder, mas sim deve ser compreendida como a constituição de um novo bloco de poder, ou nos termos gramscianos, um novo bloco histórico, que visava realizar um grande projeto para o Brasil, a modernização, e no qual somente as atribuições e força do poder estatal, naquele momento, poderiam efetivá-lo.

Portanto, a análise do papel adotado por Gustavo Capanema em suas relações com a *intelligentsia* nacional no Brasil nas décadas de 1930-1940 possibilita uma nova contribuição para a compreensão desta importante faceta da realidade histórica nacional, ou seja, o processo de modernização brasileira.

ANEXO

Esta gama de documentos abaixo que constituem a correspondência selecionada de Gustavo Capanema para o presente trabalho, encontra-se no arquivo “Gustavo Capanema” do Centro de Pesquisas de História Contemporânea da Faculdade Getúlio Vargas no Rio de Janeiro (CPDOC-FGVRJ). Encontram-se também na obra de Simon Schwartzman intitulada “*Tempos de Capanema*”, onde tanto os documentos consultados em julho de 2009 no próprio CPDOC – FGV quanto à obra mencionada serviram de fontes de pesquisa para a elaboração deste trabalho .

CORRESPONDÊNCIA SELECIONADA

A Getúlio Vargas

Belo Horizonte, 13.12.1931

Exmo. Amigo Dr. presidente Getúlio Vargas.

Cordiais saudações.

Venho comunicar-lhe que fiz ao Dr. Olegário Maciel ciente de todas as nossas conversas e entendimentos. Ele aprovou, sem restrições, tudo que aí realizei.

Pode, portanto, ficar certo de que as suas sugestões serão prontamente atendidas. O Dr. Olegário Maciel quer governar em harmonia de vistas com a V. Excia.

Estou, de minha parte, certo de V. Excia. Dará ostensivas e categóricas demonstrações de seu apoio e apreço para com o governo mineiro, visando fortalecê-lo na opinião pública, em proveito comum.

A nomeação do Dr. Francisco Campos para seu ministro foi, para Minas, um ato de grande acerto e vantagem. Todos receberam a notícia com aclamações.

Julgo, entretanto, que V. Excia. Deve cercar o Dr. Campos de maior prestígio, dando-lhe demonstrações de sua estima. Falo-lhe assim, pelo fato de estar já causando má impressão em nosso meio, a continuação desse chamado incidente no caso de Adalberto Corrêa- Francisco Campos. Talvez o caso não tenha as proporções que aqui lhe são atribuídas. O que é fato, porém, é que esse caso inquieta a opinião e começa a considerar o Dr. Campos em situação delicada dentro de seu governo.

Ora, o Dr. Campos, dada a especial circunstância de ter regressado ao seu governo não pode nele ficar em situação delicada. A situação dele tem que ser clara e firme.

O prestígio do Dr. Campos é tanto mais necessário, quanto é certo que, em torno desse prestígio, bem como do prestígio que tiver o governo mineiro, é que se poderá fazer a recomposição da política mineira segundo os interesses revolucionários.

Falo-lhe a linguagem da estima e do apreço. É a linguagem de quem, estando devotado ao serviço de Minas, está empenhado com toda a sinceridade, em servir, com fé e entusiasmo, ao governo de V. Excia.

Fazendo-lhe uma cordial visita, subscrevo-me, com admiração, seu amigo

Gustavo Capanema

De Francisco Campos

1933

Capanema,

Você não tem o privilégio do serviço de investigação e de vigilância. Estou inteiramente a par das providências tomadas por você em relação a Pitangui.

Não estranho que você peça votos ao PP e peça votos contra mim. Está no seu direito. Nem lhe peço nenhum tratamento de favor.

O que, porém, me surpreende é que você pretenda capitular de crime qualquer ato de nobreza da população de Pitangui para comigo. O que, sobretudo, estranho é que você, ao serviço do ódio do Antonio Carlos, queira impor que da sua excomunhão ao meu nome participe a nossa gente, em cujo coração ele somente evocará recordações de família, afetos e motivos de reconhecimento.

Por que altas razões de Estado pretenderá você que se transformem esses nobres sentimentos em repúdio, despreço, inimizade e ingratidão?

Você intima Pitangui a me negar pão e água, com a um aventureiro de estrada. Você exige que eu não tenha entrada na casa paterna; que, nela e entre os meus, eu seja tratado como inimigo e como réprobo. Para você, Pitangui não tem memória e nem passado. Você pretende que Pitangui data de ontem, de sua nomeação para Secretário do Interior. O passado, remoto e recente, de Pitangui apagou-se com o brilho da sua estrela. O Martinho e o Francisco de Campos, que representam estes nomes diante da sua fulguração? Na terra, que eles honraram, o seu nome há de ser motivo de escândalo e de execração.

O que mais me comove, porém, Capanema, é que você, valendo-se da sua situação ocasional, queira impor a Pitangui um ato de tamanha indignidade, como o de, em troca dos vinténs que você lhe pode dar, entregar ao Antonio Carlos a sua alma e seu coração, considerando digno de reprovação e de castigo aquilo, exatamente, que distingue uma sociedade de homens de uma aglomeração de animais.

O que é um dever de Pitangui você considera um crime de Pitangui. Você exige que Pitangui faça publicamente uma confissão de indignidade. Em nome de quê? Do interesse geral e da razão de estado? Não; em nome de mesquinhos motivos pessoais, dos de ordem a mais subalterna e inconfessável.

Você intime Pitangui a ser ingrata, insensível e brutal. Você não lhe reconhece o direito de ter alma. Privando-a de alma, você terá dado à vingança de Antonio Carlos a mais completa satisfação.

Que pena eu tive da sua mocidade e da sua inteligência, ao ter notícia de que você havia intimado a que me fossem fechadas as portas do lar que os meus antepassados fundaram e povoaram do seu nome e da sua memória!

Não. Pitangui está condenada a abjurar-se. Para que não haja veleidade alguma por parte da sua população em manifestar os seus verdadeiros sentimentos, você destacou para cada distrito do município um serviçal com a missão de advertir aos homens de bem que o dia três de maio é o dia das transações e dos negócios e que, nesse dia, entram em férias todos os sentimentos de nobreza.

Se o meu nome for votado em Pitangui, declara você aos seus delegados políticos, será um desprestígio para você. O seu prestígio, portanto, só pode fundar-se segundo o seu próprio julgamento, na indignidade de Pitangui. Quanto mais indigno for este, mais prestigiado você se sentirá.

Que inveja teria de você, se não fosse a pena que sinto de Pitangui e, particularmente, da sua mocidade e da sua inteligência.

Que dia não anuncia esta madrugada?

Do amigo e admor.

Francisco Campos

A Francisco Campos

Belo Horizonte, 29.4.1933

Doutor Campos:

A sua carta me acusa de uma vilania. Não a cometi. Não mandei a Pitangui agente nenhum da polícia a serviço partidário. Não utilizei nenhum serviçal para constranger a opinião dos homens de bem da minha terra. Não trabalhei direta ou indiretamente para que as portas do lar pitanguense lhe fossem fechadas ou para que os votos do reconhecimento, da amizade ou da admiração lhe fossem negados na sua, na nossa terra. Muito menos pronunciei uma palavra que significasse desprezo pela sua admirável figura ou desrespeito pelos seus preclaros antepassados.

O que fiz e estou fazendo, com firmeza e clareza, é dizer aos meus correligionários do Partido Progressista – de que sou um dos chefes – que a orientação que lhes dou é a de votarem integralmente na chapa desse mesmo partido. Eis a palavra precisa que a eles digo, não com esse tom intimativo que a sua imaginação fantasiou, mas por uma forma discreta, benévola e tolerante.

O que fiz e continuo a fazer é apenas isto: estou cumprindo o meu dever o qual é ainda mais belo porque é mais duro de cumprir e porque contaria os impulsos do coração.

O senhor está envenenado pela intriga e exacerbado pela paixão. É pena que um homem do seu gênio, talhado para conduzir uma geração inteira moços de ação e cultura, não seja capaz da apolínea serenidade de um verdadeiro homem de Estado.

Capanema

De Francisco Campos a Amaro Lanari

Rio, 4.3.1931

Meu caro Dr. Amaro Lanari,

Continui a refletir sobre o assunto da nossa conversação e anteontem. Creio que a Legião deve ir mais longe ainda no seu programa de renovação e disciplina espiritual.

Aliás, no meu discurso dei a entender que deveríamos pedir a Igreja, não somente inspirações, mas também, modelos e quadros de disciplina e ordem espiritual.

Os meus antecedentes na questão não são de hoje e ninguém me poderá fazer a injustiça de atribuir-me, no caso, motivos de oportunidade ou de atualidade.

Antes de proposto o projeto de reforma constitucional em larga entrevista a *A Noite* e ao *Rio Jornal* levantei a questão das relações entre a Igreja e o Estado no Brasil, defendendo o ponto de vista de que a Constituição deveria reconhecer a religião católica como a maioria dos brasileiros e, portanto, tirar a ideologia política brasileira desse reconhecimento os corolários implícitos.

O meu ponto de vista transformou-se nas chamadas emendas religiosas, das quais fui o autor espiritual e que apoiei na Câmara dos Deputados. Mais tarde, sendo eu secretário do Interior do governo Antonio Carlos, foi facultado o ensino religioso nas escolas primárias do estado. Posso, pois, defender agora com insuspeição o nosso ponto de vista, que julgo, deve fazer parte do programa da Legião.

Primeiro: devemos pleitear o reconhecimento de efetivos civis às sanções aplicadas pela Igreja aos sacerdotes do culto católico.

Segundo: devemos pleitear a sanção civil para o casamento religioso, não somente por motivos religiosos, como também por motivos de ordem civil e social, pois a maioria dos matrimônios no Brasil é celebrada apenas na igreja.

Terceira: devemos pleitear o ensino facultativo da religião católica nos estabelecimentos de ensino primário e secundário.

Sem tempo para desenvolver por escrito essas três teses, reservo-me para oportunamente dar-lhes forma definitiva e justificação teórica e prática conveniente.

Desde já, porém, convém que entre nós nos comprometamos a inseri-las no programa da Legião.

Sempre seu am^o correligionário e cr^o obr^o

Francisco Campos

De Francisco Campos a Getúlio Vargas
Rio, 18.4.1931

Meu caro presidente. Afetuosa visita.

Envio-lhe o decreto junto, que submeto ao seu exame e aprovação.

Como verá, o decreto não estabelece a obrigatoriedade do ensino religioso, que será facultativo para os alunos, na conformidade da vontade dos pais ou tutores.

Não restringe, igualmente, o decreto o ensino religioso ao da religião católica, pois permite que o ensino de outras religiões seja ministrado desde que exista um grupo de pelo menos vinte alunos que desejem recebê-lo.

O decreto institui, portanto, o ensino religioso facultativo, não fazendo violência à consciência de ninguém, nem violando, assim, o princípio de neutralidade do Estado em matéria de crenças religiosas.

Como V. Excia. depreenderá da leitura do decreto e da exposição de motivos, não importará essa iniciativa do governo em qualquer concessão contrária à posição tomada pelo Estado brasileiro em relação às igrejas. Acresce notar, ainda, que o proposto pelo projeto que envio a V Excia. já é o comumente praticado nos estabelecimentos de

ensino, com exceção do Pedro II, única casa de instrução secundária em que não é ministrado o ensino religioso.

Permito-me acentuar a grande importância que terá para o governo um ato da natureza do que proponho a V. Excia. Nesse instante de tamanhas dificuldades, em que é absolutamente indispensável recorrer ao concurso de todas as forças materiais e morais, o decreto, se aprovado por V. Excia., determinará a mobilização de toda a Igreja Católica ao lado do governo, empenhando as forças católicas, de modo manifesto e declarado, toda a sua valiosa e incomparável influência no sentido de apoiar o governo, pondo ao serviço deste um movimento de opinião de caráter absolutamente nacional.

Sei que V. Excia. tem recebido do seu estado natal representações assinadas por dezenas de milhares de pessoas, pedindo a V. Excia. as suas simpatias em favor da educação religiosa.

Ora, se o decreto não oprime nenhuma consciência, nem viola o princípio da neutralidade do Estado em matéria religiosa; se o ensino por ele instituído é de caráter absolutamente facultativo; se a sua aprovação interessa tão profundamente ao aperfeiçoamento do nosso sistema de educação e se, aprovado por V. Excia., determinará como estou certo, um impressionante e entusiástico movimento de apoio ao governo de V. Excia., não vejo como contra o mesmo se possa levantar objeções valiosas. Foi assim pensando e com o intuito de mobilizar mais uma força, a maior das nossas forças morais, ao lado de V. Excia., que me animei a submeter ao seu exame o projeto do decreto.

Assinando-o, terá V. Excia. praticando talvez o ato de maior alcance político do seu governo, sem contar os benefícios que da sua aplicação decorrerão para a educação da juventude brasileira.

Pode estar certo de que a Igreja Católica saberá agradecer a V. Excia. esse ato, que não representa para ninguém limitação à liberdade, antes uma importante garantia à liberdade de consciência e de crenças religiosas.

Sirvo-me da oportunidade para subscrever-me de V. Excia.

Am^o devotado e at^o obr^o

Francisco Campos

De Alceu Amoroso Lima

Rio, 2.1.1934

Meu caro Capanema,

Muito agradecemos a você os cumprimentos de Ano Novo, que transmitirei a minha mãe e minha mulher. Faço votos ardentes por que o novo ano seja para vocês *três* um ano de felicidades. Que Deus continue a guiá-lo em sua vida, tão curta e já tão acidentada. Você saiu do poder com um enorme prestígio. Trate agora de manter no ostracismo a bela atitude que sempre teve na direção dos negócios públicos, de honradez, independência e dignidade bem em mira. Sua carreira política será longa e cheia. O início foi impetuoso, como convém a uma época agitada como a nossa. Na escola do poder você adquiriu a experiência que lhe faltava e o conhecimento dos homens, que é a grande força dos estadistas. Dessa primeira experiência, se algum amargor lhe ficou, ficou-lhe também a educação pela vida, pelo contato direto com a realidade, que nada substitui.

Agora um período de trabalho mais regular e obscuro sucede à agitação inicial. Você o vencerá com a mesma elegância moral e a mesma força intelectual com que venceu o primeiro.

Transmita a sua senhora os nossos votos de feliz Ano Novo e receba deste seu amigo um grande abraço de afeto e agradecimento.

Alceu

PS Quando posso contar com um amigo seu para a *Ordem*? Mesmo com esforço mande qualquer coisa. Será a resposta do *homem de espírito* aos oportunistas da hora turva que vivemos. Mande já!

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 24.1.1934

Meu caro Capanema,

Muito obrigado pelo seu telegrama. Estava certo de que você já tinha seguido, por isso não o procurei.

A situação política premente e a sorte das emendas religiosas me têm forçado a uma atividade dobrada, que em aditamento à circunstância de minha estadia em Petrópolis e a grandes preocupações profissionais têm tomado todo o meu tempo. Estou me preparando, entretanto, para procurar certos amigos mais íntimos para falar no assunto de que tratamos.

Espero que aproveite estes meses de repouso necessário, para escrever algumas palavras, para a revista universitária que vamos lançar, *Vida*, e um artiguinho para a *Ordem*, que até hoje não teve a honra de sua colaboração.

Espero que tenha encontrado de boa saúde a sua senhora e filhinho e receba um grande abraço afetuoso do amigo e admirador grato,

Alceu

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 5.3.1934

Meu caro Capanema,

Infelizmente, nada de novo posso comunicar-lhe, sobre o assunto de que aqui falamos antes de sua partida. O meio oferece grandes dificuldades por estarem ocupadas todas as posições. Creio que, em Belo Horizonte, será mais fácil o prosseguimento de sua tarefa de advogado, à espera de dias melhores. Continuo, entretanto, atento, e à mínima oportunidade lhe comunicarei o que houver.

Conversei, aliás, com o Negrão de Lima, que me comunicou já ter você recommençado a advogar.

Venho também lembrar a sua promessa de um artigo para a *Ordem*. Com o seu nome para abrilhantar as nossas colunas. E lembro-lhe também a revista universitária que contamos lançar - *Vida* - e na qual espero que também fique alguma coisa de sua pena.

A situação política continua delicada e envolta em uma atmosfera de grandes apreensões. Tudo é possível em um momento como este, mas qualquer alteração da ordem seria agora um desastre para o Brasil.

Continuo em grande atividade para encaminhar as emendas religiosas que, espero em Deus, ver vitoriosas, para bem de rodo o povo brasileiro.

Como vai o seu garoto?
Peço-lhe que nos recomende muito a Dona Maria, e receba um abraço afetuoso do
velho amigo

Alceu

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 23.4.1934

Meu querido amigo,
Recebi suas duas cartas e aguardo a sua visita, que é sempre um prazer renovado,
da inteligência e do coração.

Sua primeira carta é um atestado de civismo, que guardarei com a alegria com que se registram os belos gestos, sobretudo quando partem de amigos caros. Tenha a certeza de que uma atitude como a sua, não só dignifica o Brasil, como será um pedestal seguro de sua própria carreira. Não é sem sacrifícios que se consegue autoridade para conduzir os povos e é na adversidade que se forjam os caracteres chamados a essas difíceis posições de mando. O momento que você está atravessando corresponde ao da adolescência, isto é, aquele em que mais facilmente somos vítimas das paixões e em que tudo o que fazemos marca para toda a vida. Você teve a infância de sua vida política coberta de rosas. Chegaram agora os espinhos, e você provará se pode passar além, vencendo as circunstâncias como anteriormente fora por elas conduzido. Por isso digo que o momento é o mais delicado de sua vida de homem público. Deus o ilumine e o ampare.

Hoje inauguramos os cursos de 1934 de nosso Instituto. Temos este ano um mineiro no corpo docente, o Gudesten Pires, que dará economia política e hoje falará na abertura dos cursos.

Notícias políticas, você as saberá melhor que eu. Estamos na quinzena H!

Mande dizer quando chega e recomende-me a sua senhora. Um grande
abraço do

Alceu

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 16.3.19...

Meu caro Capanema,

Ao contrário do que lhe rinha prometido, não poderei ir à reunião de hoje. Pensei melhor no caso e, lembrando a minha experiência de outras "comissões", acho que não devo comparecer. Estou pronto a auxiliar *individualmente* a você em tudo, com pareceres etc., mas não a participar de "comissões", onde sempre se é forçado a dar às suas próprias ideias uma conformação diferente e adequada a um acordo com as demais opiniões, diferentes. Creia, eu prefiro conservar-me assim afastado de tais "comissões" e pronto a examinar pessoalmente com você, tudo o que você quiser, inclusive o que a "comissão" tiver deliberado.

Segunda-feira ou outro dia da próxima semana irei vê-lo para dizer-lhe pessoalmente o que aí fica às pressas e desalinhavado.

Um grande abraço do

Alceu

De Alceu Amoroso Lima

Rio, 16.6.1935

Meu caro Capanema,

O espetáculo do Brasil de hoje ofereceu-nos ontem a oportunidade de algumas considerações, que sou levado a repetir-lhe por carta, não só pela nossa velha amizade, mas ainda por ser você a mais alta autoridade de nossa organização educativa. A recente fundação de uma universidade municipal, com a nomeação de certos diretores de faculdades, que não escondem suas ideias e pregação comunistas foi à gota d'água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos.

Para aonde iremos, por esse caminho? Consentirá o governo em que à sua revelia mas sob a sua proteção, se prepare uma nova geração inteiramente impregnada dos sentimentos mais contrários à verdadeira tradição do Brasil e aos verdadeiros ideais de uma sociedade sadia? Eis por que lhe escrevo estas linhas, resumindo nossa conversa de ontem, para lhe dizer da grande inquietação que nos assalta nesta hora, e do que esperam do patriotismo dos nossos dirigentes para a defesa do patrimônio moral do Brasil e do seu futuro como nacionalidade cristã.

Os católicos, meu caro Capanema, não querem do governo nem privilégios, nem subvenções, nem postos de *responsabilidade* política. Não temos a ambição do poder, nem é por meio da política que esperamos desenvolver nossos trabalhos. Estamos, portanto, perfeitamente à vontade para colaborar com o Estado, em tudo o que interessa ao bem comum da nacionalidade. Esse interesse coletivo, que tanto preocupa ao Estado como à Igreja, nós o queremos alcançar por meios diversos, se bem que não antagônicos. De modo que todo o nosso empenho é pôr honestamente em prática a nossa atividade social, sem que isso implique na mínima usurpação dos poderes do estado.

O que desejamos, portanto, do governo é apenas:

1 - *Ordem Pública*, para permitir a livre e franca expansão de nossa atividade religiosa na sociedade;

2 - *Paz Social*, de modo a estimular nosso trabalho de aproximação das classes, que é, como você sabe, o grande método de ação social recomendado invariavelmente pela Igreja;

3 - *Liberdade de ação*, para o bem, mas não para o mal, para a imoralidade, para a preparação revolucionária, para a injúria pessoal;

4 - *Unidade de direção*- de modo que a autoridade se manifeste uniforme em sua atuação e firme em seus propósitos.

Dirá você que tudo isso é vago e de ordem geral, ao passo que o governo age à luz dos acontecimentos concretos, tendo de tomar decisões práticas e positivas. Se isso é exato, não resta dúvida também que o governo precisa ter uma diretriz segura e uma finalidade uniforme para poder agir coerente e não desordenadamente, nas atitudes a assumir perante esses casos concretos.

Não quero enveredar pelo caminho dos *casos* e das *pessoas*.

Devo apenas advertir-lhe que os progressos recentes da Aliança Nacional Libertadora, a feição socialista que vai assumindo o governo municipal do Rio de Janeiro, bem como a impregnação comunista de muitos sindicatos e de alguns elementos do Ministério do Trabalho, vêm trazendo à opinião pública do país motivos da mais fundada inquietação.

E os católicos esperam do governo uma atitude mais enérgica de repressão ao comunismo, que assumiu a figura desse partido acima mencionado (ANL) para agir hipocritamente à sombra de nossas leis. As informações mais fidedignas são unânimes em advertir que se está preparando um golpe de força contra as instituições. E para defendê-las é preciso que o governo se aparelhe de todos os recursos necessários, inclusive da disposição *firme* e o fazer.

À testa da pasta da Guerra e da polícia do distrito (que devia constituir um *ministério* novo), acham-se felizmente dois homens de bem, de ordem e de coragem, que são no momento dois esteios da ordem pública. Aplaudimos vivamente essas duas escolhas, que mais valem para nós católicos do que quaisquer favores aparentes, de que diretamente nos beneficiássemos. E formulamos os nossos votos por que seja cada vez mais prestigiada e auxiliada a atuação dessas duas autoridades.

Sabemos também que o ministro do Trabalho se está esforçando por expurgar os sindicatos do elemento comunista. É preciso que faça o mesmo com muitos elementos do próprio ministério, inclusive inspetores do trabalho, que fazem muitas vezes o jogo dos sindicatos revolucionários. Esse propósito deve ser levado avante com toda a urgência e firmeza, pois os acontecimentos de Petrópolis demonstraram o que pode um sindicato deturpado de sua missão e manejado pelos "aliancistas". A demora, entretanto, na providência pode assumir, de momento, graves consequências. E a leviandade de certas autoridades pode prejudicar a ação do governo federal, como foi o caso do interventor Ari Parreiras, determinando *expressamente* a realização do comício "aliancista" de provocação, em Petrópolis) quando a polícia o havia *proibido*, prevendo as tristes consequências.

Expurgar pois o Exército e a *Marinha* (como se compreende a permanência do comandante Cascardo à testa de um partido político?) de elementos políticos revolucionários, reforçar a polícia, excluir dos sindicatos e dos quadros do Ministério do Trabalho elementos agitadores, organizar a educação e entregar os postos de responsabilidade nesse setor importantíssimo a homem de toda confiança *moral* e capacidade *técnica* (e não a socialistas como o diretor do Departamento Municipal de Educação) - tudo são tarefas que o governo deve levar avante imediata e infatigavelmente, pois delas dependem a estabilidade das instituições e a paz social.

O que esperamos, pois, do governo é que saiba reagir firmemente contra a infiltração crescente do comunismo em nosso meio, sob a máscara do "aliancismo". E ao mesmo tempo que esperamos do Estado uma ação firme em sua própria defesa e na defesa da coletividade, pedimos que o Estado olhe com simpatia e facilite a expansão daquelas atividades sociais que visam apenas elevar o nível moral e religioso da sociedade brasileira e portanto o seu progresso moral e espiritual.

É o caso da Ação Católica Brasileira, que acaba de organizar-se em moldes nacionais e que precisa, para sua expansão, de um ambiente de segurança que só o Estado lhe pode dar. Com essa segurança exterior e com a simpatia das autoridades na aplicação das leis justas, estamos certos de poder colaborar eficientemente na obra de paz e de progresso nacional, visada pelo Estado.

A Ação Católica, por sua natureza, é estranha à política partidária. Mas não é estranha à política superior, que visa ao bem comum. Pois bem, com a nossa organização, espalhada por todo o Brasil, com o nosso empenho em favorecer a educação do povo, empregar e praticar a paz social, em defender a dignidade da pessoa humana, sob todos os aspectos, estamos certos de poder retribuir fartamente ao Estado os benefícios que este fizer à Igreja, não por favores ou privilégios, mas pela prática efetiva de suas funções, na garantia dos direitos individuais e da justiça social

. E o homem público ou o partido que assim agir para com a Igreja pode estar certa de contar com o apoio de todos os católicos conscientes, de modo muito mais efetivo do que se tentarem com eles qualquer aliança de ordem política. A Ação Católica favorece a aliança de todas as correntes que defendam, no Brasil, suas instituições sadias fundamentais, como a família e as ideias sadias e construtivas como a de pátria e religião, contra os agitadores e demolidores de todas elas. Os católicos serão os aliados naturais de todos os que defenderem os princípios de justiça, de moralidade, de educação, de liberdade justa, que a Igreja coloca na base de seus ensinamentos sociais. Vejam eles que o governo combate seriamente o comunismo (sob qualquer aparência ou máscara para disfarçar) súmula de todo o

pensamento antiespiritual e portanto anticatólico; que combate seriamente o imoralismo dos cinemas e teatros pela censura honesta; organiza a educação com a imediata colaboração da Igreja e da família vejam isso os católicos e apoiarão, pela própria força das circunstâncias, os homens e os regimes que possam assegurar ao Brasil esses benefícios.

Eis o que esperamos do governo. Eis o que esperamos do patriotismo de um homem, como o presidente da República, que soube evitar ao Brasil, depois da Revolução de 30, tantos males inerentes a qualquer subversão política violenta, e sobre quem repousam muitas de nossas esperanças.

Foi isso, mais ou menos, o que lhe disse, meu caro Capanema, na conversa que ontem mantivemos. E é o que aqui desejava reproduzir, mais por memória da mente, o que não consegui pela pressa em que rabisquei as presentes linhas, devido a outros compromissos urgentes.

. Veja, entretanto, nestas páginas, meu caro e velho amigo, a expressão de minha, de nossas preocupações nesta hora agitada e a esperança que depositamos no bom senso das autoridades públicas.

Um grande abraço do seu amigo

A.Amoroso Lima

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 19.3.1935(?)

De Carlos Drummond de Andrade
Rio, 25.3.1936

Capanema,

Pensei maduramente na nova consulta que você me fez sobre a possível nomeação do Dr. Fernando de Azevedo, para diretor nacional de Educação. E, quanto a mim pessoalmente, perduram as razões que lhe apresentei. Nada tenho contra a pessoa do Dr. Azevedo, cuja inteligência e cujas qualidades técnicas muito admiro. Ele é hoje, porém, uma *bandeira*. Suas ideias são conhecidas, seu programa de educação é público e notório. Sua nomeação seria, por parte do governo, uma opção ou uma confusão. E tudo isso, eu teria de dizer de público, em face de minha consciência e da certeza que tenho de que, no terreno da educação, é que se está travando a grande batalha moderna de ideias.

Como prezo muito as posições definidas e já dei, há muito, a conhecer qual a minha atitude, em matéria pedagógica, não me seria possível continuar a trazer, ao Ministério da Educação, a pequena mas desinteressada colaboração que até hoje lhe tenho dado, na obra grandiosa que você está empreendendo nesses domínios, caso se confirmasse essa nomeação a meu ver errada e inoportuna.

É de ponderar também que, qualquer que fosse minha resposta, a impressão causada por essa nomeação nos meios católicos seria a mesma de perplexidade e interrogação.

Creia-me, meu caro Capanema, seu sempre fiel amigo

Alceu

Meu caro ministro e amigo,

Às 5 horas da tarde, subindo no elevador do ministério, e cruzando com os colegas do gabinete que desciam para assistir à conferência do Alceu, fiz um rápido exame de consciência e verifiquei que eu não podia fazer o mesmo, ou antes, que eu não devia fazer o mesmo.

Uma outra conclusão, logo, se impôs: não podendo participar de um ato público, promovido pela autoridade a que sirvo, e que visava afirmar, mais do que uma orientação doutrinária, um programa de ação do governo, eu não só deixava de servir a essa autoridade como lhe criava mesmo uma situação desagradável.

É verdade que minha colaboração foi sempre prestada ao amigo (e só este, de resto, lhe perdoaria as impertinências de que costuma revestir-se), e não propriamente ao ministro nem ao governo, mas seria impossível dissociar essas entidades e, se eu o conseguisse, isto poderia servir de escusa para mim, porém não beneficiaria o ministro.

É verdade, ainda, que não tenho posição à esquerda, senão apenas sinto por ela uma viva inclinação intelectual, de par com o desencanto que me inspira o espetáculo do meu país. Isso não impede, antes justifica, que eu me considere absolutamente fora da direita e alheio aos seus interesses, crenças e definições. *Aí* está a razão por que me julguei impossibilitado de ouvir o meu amigo pessoal Alceu. Não tendo jamais escondido o que fica dito *aí* atrás, eu me vexaria de ocultá-lo agora que o art. 113 da Constituição é letra morta. Ora, a minha presença na conferência de hoje seria mais, talvez, do que silenciar inclinações e sentimentos. Poderia ser tida como repúdio a esses sentimentos e inclinações. Por isso não fui ao Instituto.

Não sei se você o terá notado. Outros, talvez, se lembrarão de chamar a sua atenção

para o fato. E é prevendo isso que eu venho pô-lo inteiramente à vontade para qualquer gesto ou providência que lhe ocorra tomar. Receio muito que, por circunstâncias alheias à minha abstenção em matéria político-doutrinária, eu acabe por desservi-lo. E isto eu não desejo por forma alguma. Daí esta carta, que tem o mais razoável dos propósitos: o de não permitir que, para não magoar o amigo, você ponha em risco a sua situação política e, mesmo, a sua posição moral em face do governo. O amigo está intacto e continua a desejar-lhe bem. Dispensado o diretor de gabinete (e que irritante diretor de gabinete tem sido o seu), você ainda conservará o amigo, teimoso e afetuoso, que o abraça fraternalmente.

Carlos

De Alceu Amoroso Lima
Belo Horizonte, 3.9.1936

Meu caro Capanema,
Escrevo-lhe daqui por vários motivos.

Primeiro, para lembrar que aqui, há quatro anos, estivemos juntos, e já ontem passei pela casa que você então ocupava.

Em seguida para dizer-lhe que estou encantado com a capital de sua terra. Como melhorou em quatro anos, sobretudo em calçamento e construções. Quanto ao movimento intenso de agora, não vi se é permanente ou transitório. Está uma bela (*sic*) esta cidade que sempre foi dos meus encantos.

Depois, para dizer-lhe que sua vinda até aqui durante o congresso que hoje se abre para fechar no dia 7, solenemente, se impõe. Toda Minas que presta, do povo ao menos, está aqui para estes dias e acredito que sua vinda teria um efeito salutar, para você e para o seu povo. Não seria possível deixar aí as festas do dia 7 para vir comungar com o povo mineiro e aproximar-se mais d'Aquele fora de Quem tudo é intriga, miséria e desilusão? Cada dia que vivo, sinto e compreendo a vaidade e a inutilidade infinita de tudo que vive *fora* do Cristo.

Finalmente, um ponto sobre o qual há muito que lhe falo e que chegou o momento, meio, de levar avante. É a colocação do Mário Casassanta, na Diretoria Nacional de Educação. Com as modificações na política mineira, removeu-se o obstáculo que se antepunha a essa nomeação. O Mário será, nesse posto, o *right man* etc. Não preciso dizê-lo ao mais íntimo dos seus amigos. Pense de novo no caso, se já não pensou, e faça esse gesto que tanto bem fará à causa da educação no Brasil.

São 6 horas da manhã. O sol se levanta atrás dessa serra maravilhosa que é cada dia o encanto dos meus olhos. Vou a Minas, depois fazer a primeira das minhas conferências de hoje. Às duas horas terei a reunião dos operários católicos. Às quatro falarei na sessão solene de abertura na praça Raul Soares, que está imponente. Às 8 da noite, a segunda conferência de uma série que ontem iniciei na Escola de Direito. Como me sinto bem de trabalhar um pouco pelo Cristo! E nesta hora Minas, de braços hospitaleiros e ares puros e lavados.

Recomende-me a D. Maria e receba um abraço carinhoso do velho amigo

Alceu

Estou no Hotel Sul-Americano, quarto 501

Do Padre Leonel Franca
Rio, 19.12.1941

Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema,
Pax Christi!

Acabo de saber pelo Dr. Cardimo, diretor do *Jornal do Comércio*, que o Dr. Artur Costa não vê de bons olhos a doação de um terreno à Universidade Católica. Compreende-se esta atitude num ministro da Fazenda a quem, por dever de ofício, incumbe aumentar a receita a comprimir a despesa. Há, porém, outros aspectos na eficiência de um bom governo e, entre estes, o de promover a cultura de que, além de muitas outras vantagens superiores, resulta, outrossim, o aumento do bem-estar econômico.

Seria realmente doloroso que, após seis meses de estudos e tentativas, quando tudo parecia definitivamente assentado para a realização do desígnio generoso do presidente e de V. Excia., surgissem à vista novas e inesperadas dificuldades e delongas.

Venho, portanto, encarecidamente pedir a V. Excia., Dr. Capanema, que, em despacho de segunda-feira próxima, 22 do corrente, queira dizer ainda uma palavrinha ao Dr. Getúlio e *deixar tudo definitivamente assentado*, ficando apenas para o tempo oportuno a redação dos decretos relativos à doação. Quarta-feira haverá, creio eu, despacho com o ministro da Fazenda.

Com mais esta delicada solicitude porá V. Excia. o remate às insignes benemerências já conquistadas para com a Universidade Católica que muito se há de ufanar de constá-lo entre os grandes mecenas que lhe bafejaram o berço.

Muito grato

Amigo fiel e servo em Cristo

Pde. Leone Franca

Do Padre Leonel Franca
Rio, 17.12.1942

Meu caro amigo Dr. Capanema,
Pax Christi!

Não tenho coragem de apresentar-me no ministério. Estive aí tantas vezes que julgo já deve ser importuna a minha presença e, de todos, com tão pouco resultado, acabei convencido de que era ela inútil.

No entanto, persistem os motivos que aí me levaram. O decreto sobre a admissão à faculdade de filosofia continua a ser de uma urgência inadiável. Pode estar certo que não há faculdade de filosofia, nesta terra, e não há família que tenha candidatos aos seus cursos, nas quais se não fale mal do Ministério da Educação. A esta hora já deviam estar afixados os editais relativos às condições de inscrição nos cursos da faculdade, e até hoje não se conhecem ainda estas condições.

O outro decreto que muito me interessa é o da doação dos terrenos para a nossa futura universidade. Sinceramente, depois, sobretudo, das declarações recentes do presidente em audiência pública, não encontro hipótese satisfatória para o caso. Não é admissível que o ministro da Educação não possa, menos ainda que o amigo Capanema não queira chamar um funcionário e dar-lhe ordem de copiar um decreto já redigido pelos órgãos competentes - Domínio da União e Direção das obras do Ministério da Educação. Com esta providência, bastariam 15 *minutos de* trabalho de um datilógrafo

para levar a termo um processo que se vem arrastando há *quase dois anos*. Chegaríamos assim a uma conclusão feliz que daria imensa satisfação a muita gente que lhe quer bem. E então? Que se espera?

Estou organizando uma lista de nomes de pedagogos brasileiros para a sua futura coleção. Apenas estiver pronta, mandar-lha-ei.

Meu caro Capanema, veja nesta carta um sinal de grande confiança de quem é seu amigo fiel e

Servo em Cristo

Pde. Leonel Franca

Ao Padre Leonel Franca

Rio, 19.12.1942

Meu caro padre Franca,

Ontem de noite recebi sua carta, carta amarga, severa, magoada, afetuosa, leal, amiga, uma carta enfim que me deixou perturbado.

Assim que cheguei a casa, tentei falar-lhe pelo telefone, mas, ou porque não o tenham chamado ou porque o aparelho se desligasse, não o consegui. E agora de manhã acabo de estar à porta do Santo Inácio, mas fui informado que o padre Franca estava confessando.

Sou forçado, pois, a escolher o caminho menos próprio para uma explicação, que é uma carta.

A questão do terreno já devia estar resolvida, e ao Alceu expliquei na semana passada que não existia, como nunca existiu, nenhum embaraço. Sabe o meu caro amigo que fui eu que aventei a solução da separação de um trecho dos terrenos da esplanada do Castelo, terrenos preciosíssimos, e o fiz com o sincero desejo de proporcionar à Universidade Católica um local de primeira ordem. O retardamento, pois, não decorre de nenhum pensamento contrário à doação, não é motivado pelo mais mínimo propósito de obter outra solução. É uma questão de acúmulo de papéis, de tumulto de vida, que tantas vezes me tem impedido de cumprir deveres queridos e sagrados.

Asseguro-lhe, entretanto - e creia o meu amigo que não estou falando senão com inteira verdade - asseguro-lhe que, há cerca de uma semana, peguei os papéis, que comigo, no meu agitado arquivo estavam, e os dei ao chefe de meu gabinete para que fizesse logo lavrar o decreto. E a coisa estava assim, nessa feliz hora final, quando rebentou a sua carta.

Quanto ao outro caso - a nova lei sobre admissão às faculdades de filosofia - também já estava, quando recebi sua carta, devidamente encaminhado. O projeto já tinha sido remetido ao presidente, e é possível que já esteja assinado. Foi outro assunto que demorou a ser resolvido, apesar de tantas reclamações.

A sua carta veio mais uma vez mostrar-me que uma das regras do governo é a velocidade. O verdadeiro homem de governo demonstra que a pressa é amiga da perfeição. E por não conseguir ser assim, é que muitas vezes sofre o seu amigo, que lhe pede todas as desculpas e lhe agradece de coração.

Capanema

Do Padre Leonel Franca

Rio, 19.12.1942

Meu caro Capanema,

Pax Christi!

Acabo de receber a sua boa carta. Li-a uma, duas, três vezes. Foi para mim uma consolação.

A que lhe escrevi pareceu-lhe "amarga, severa, magoada, afetuosa, leal, amiga". Nos três últimos adjetivos estão sublinhados, com acerto e rara perspicácia, os sentimentos que a inspiraram. Quanto aos três primeiros, se alguma coisa há que os justifique, é um pouco desta amargura, severidade e mágoa que só se podem expandir numa amizade muito segura de si.

O meu bom amigo compreenderá e relevará esses sentimentos em quem se dedicou a uma obra e deseja consagrar-lhe à realização os restos de uma existência que tem os dias contados.

O amigo entendeu o sentido de minha carta, ainda bem. O ministro dela deduziu uma filosofia do governo: "A pressa é amiga da perfeição". Talvez sem esses ares de paradoxo se pudesse dizer mais modestamente: a providência é o segredo da eficiência. O que se prevê faz-se a tempo e a hora, o que se faz a tempo e a hora dá impressão de ordem, de segurança. e de energia. Sob a aparência de uma expressão quase trivial, Goethe anunciou uma grande verdade para o homem de ação: "O que hoje não se faz, amanhã feito não está!"

Aguardo os decretos.

Arquivo com gratidão os testemunhos de profunda amizade. Conte com o amigo de sempre, fiel e sincero,

Pde. Leonel Franca

A Alceu Amoroso Lima

Rio, 24.5.1944

Meu caro Alceu:

Tenho esperado em vão sua ida ao ministério. Por que essa ausência? Eu confesso minha saudade, vontade de conversar sem outro objetivo que o de estar junto de você. Não vou à sua casa para não perturbar o seu tão rigoroso horário.

Preciso falar a você também. Telefonamos agora de noite em pura perda.

Os trabalhos da reforma do ensino superior, de que no começo do ano você não pôde participar pela ausência e afazeres, e que ficaram interrompidos, serão agora retomados. Somente agora é que vou dar início à redação do projeto, apenas esboçado no princípio do ano, de organização dos currículos. Tenho, pois, diante de mim uma dura e longa tarefa, que será mais penosa por andar eu doente. Desejo ouvir sua opinião sobre muitos pontos da matéria, mostrar-lhe os esboços enunciados, discutir com você muitas questões difíceis e controvertidas.

Tenho outros assuntos, inclusive a questão ortográfica, que muito me tem aborrecido e que não está bem contada na Academia.

O nosso San Tiago Dantas fala em deixar a direção da faculdade. Outro assunto para conversa.

Quando poderemos estar juntos?

Creia no constante apreço e velha amizade de seu

Capanema

De Oliveira Viana
Rio, 27.5.1938

Eminente amigo Dr. Gustavo Capanema,

Tenho o prazer de apresentar-lhe o meu prezado amigo Dr. José Honório Rodrigues, para quem pediria a sua generosa e valiosa atenção. O Dr. Honório Rodrigues é um jovem bacharel, diplomado pela nova Universidade do Brasil, e cujo merecimento se tem revelado de modo excepcional desde os bancos acadêmicos. Embora jovem, com vinte e poucos anos apenas, possui uma brilhante cultura e, como escritor que é, o seu valor acaba de ser reconhecido pela Academia de Letras, que o laureou com o primeiro prêmio de erudição num dos seus últimos concursos.

Não só pelas suas qualidades de cultura e inteligência ele é merecedor de amparo e estímulo, mas também pela excelência das suas qualidades de caráter e pela sua idoneidade. Tudo isto me leva a pedir ao meu nobre amigo, com o meu maior encarecimento, a sua benévola atenção para a pretensão que tem o Dr. Honório Rodrigues a uma situação no ministério, que tão brilhantemente dirige e onde devem ter melhor acolhida justamente os homens moços que, como aquele meu amigo, se destacuem pelo seu amor ao Estado e sua superior inteligência e cultura.

Certo de que atenderá a este apelo, que faço contando com a sua imensa bondade para comigo e, antecipadamente agradecido, subscrevo-me como sempre,

Ar^o, ad. am^o

Oliveira Viana

A Getúlio Vargas
Rio, 28.10.1941

Sr. presidente,

Apresento a V. Excia. um plano de início de um cuidadoso trabalho de sondagem do ambiente cultural das nações hispano-americanas, para verificação do que é possível fazer no sentido de uma maior, mais segura e mais continuada penetração da cultura brasileira.

A cultura brasileira é quase inteiramente desconhecida dessas nações. Vencer essa distância, não só em proveito de um maior entrelaçamento espiritual na América, senão também para que se alargue o prestígio do esforço intelectual de nosso país, é tarefa que se impõe aos homens de governo brasileiros, que se impõe especialmente ao regime atual, ao preclaro e dinâmico governo de V. Excia., continuamente disposto e consagrado aos grandes e difíceis empreendimentos.

O trabalho, a ser realizado, pelo escritor *Gilberto Freire*, deverá iniciar-se pelos países em que a tarefa parece mais fácil: Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

A viagem de estudos deverá ser de três meses, e ter início em dezembro próximo. Consta do processo o roteiro traçado (fls. 6) e o cálculo das despesas dado pelo próprio Sr. Gilberto Freire (fls. 10).

Estando V. Excia. de acordo com a realização do programa traçado, peço-lhe que se digne de autorizar, no corrente ano, a concessão da importância de 40:000\$000, ficando o restante para ser concedido por conta de recursos orçamentários do próximo ano.

Apresento a V. Excia. os meus protestos de consideração e respeito.

De Pierre Deffontaines
A bordo do Mendozas, 11.12.1934

Senhor ministro,

Eis que nossa missão no Brasil chega a seu fim, e estamos a caminho de volta para a França. Antes de deixar a terra brasileira, permita-me transmitir-lhe minha saudação pessoal, e ao mesmo tempo dizer-lhe algumas palavras, como o senhor solicitou em uma conversa anterior, sobre os resultados de meu trabalho.

Meu ensino de geografia na Universidade de São Paulo teve dois objetivos.

1) Formar professores que pudessem, nos ginásios e liceus, ensinar a geografia, ciência que se renovou completamente nos últimos anos, e que, de enumerativa que era antes, transformou-se em explicativa e verdadeiramente científica. O Brasil tem, neste domínio geográfico, um atraso considerável, que é necessário tratar de recuperar. Isto é muito importante porque o conhecimento melhor do Brasil coloca muitos problemas geográficos. Este é o segundo objetivo que eu busquei em meus cursos. Participar de um melhor conhecimento geográfico do Brasil. Para isto eu pedia que todos os estudantes preparassem, no fim do ano, um trabalho de geografia regional, que os obrigava a fazer observações por eles mesmos, sob a colaboração do professor. Produzi assim 14 trabalhos, dos quais alguns são excelentes, e que espero publicar, parte em São Paulo, parte na França. São boas contribuições à geografia brasileira. Tenho especialmente uma monografia sobre "a vida pastoral e a criação do gado no Triângulo Mineiro" que interessa especialmente a Minas.

Busquei, também, fazer com que meu ensino fosse além dos limites do estado de São Paulo. Ao mesmo tempo em que ensinava, organizei uma associação de geógrafos brasileiros que se reúnem a cada 15 dias e estudam, cada vez, uma questão de geografia local, apresentada por um de seus membros e discutida por todos. Organizamos, também, viagens de reconhecimento em conjunto, principalmente ao Paraná, litoral paulista, Mantiqueira etc.

Estou também organizando uma coleção de publicações geográficas. O primeiro volume do capitão Rondon já foi publicado e já lhe enviei. Dois outros volumes estão sendo impressos, um sobre o sul do Mato Grosso e o Pantanal, e o outro uma tradução para o português de um livro que publiquei na França sobre o homem e a floresta, onde incluí um longo capítulo sobre a floresta brasileira.

Todo este trabalho será continuado no próximo ano por meu sucessor; eu mesmo devo voltar ao Brasil em 1936 e retomar meu trabalho. Gostaria de estender minhas pesquisas geográficas a Minas Gerais e tomar contato com a Universidade de Belo Horizonte.

Gostaria de dizer-lhe, sobretudo, Senhor ministro, que me sinto realmente ligado ao trabalho científico no Brasil, quanto em dar minha colaboração pessoal para um melhor conhecimento geográfico do Brasil. Na minha volta à Europa, penso fazer conferências e artigos que possam tornar melhor conhecido e compreendido seu país, que me apaixonou.

Aceite, Senhor ministro, meus sentimentos respeitosos e totalmente devotados à causa brasileira.

Pierre Deffontaines

Professor de Geografia da Universidade de Lille
10 rue d'Alambert
Lille

De Georges Dumas
A bordo do Campana, 1.9.1935

Senhor ministro,

O senhor me pediu, quando de nosso último encontro, um resumo do que eu lhe havia dito sobre o projeto das faculdades de filosofia, ciências e letras que o senhor está a ponto de realizar.

Eis aqui o resumo.

O ponto de partida de algumas considerações que expus é a contradição que existe entre o valor intelectual de tantos brasileiros e a relativa rareza de produção intelectual brasileira na área da crítica literária, filosofia, história e outros domínios intelectuais.

Todos os professores franceses que vêm ao Brasil se impressionam com a cultura e inteligência dos ouvintes e estudantes que conhecem mais de perto, mas também se espantam pelo fato de que de tanta inteligência e tanta cultura se originem poucas obras que contem na produção mundial.

A contradição é menos forte nas ciências, apesar de existir também aí.

Ainda que a produção científica do Brasil tenha progredido sem cessar nos últimos cinquenta anos graças às suas faculdades de medicina, serviços geológicos, institutos científicos, escolas e ao Museu Nacional, existe muito ainda a fazer nesta área para organizar e aumentar o rendimento geral da ciência brasileira.

Estou persuadido de que a contradição que constato se explica pelo fato de não haver, no Brasil, organismos encarregados de ensinar à juventude, de forma metódica e desinteressada, as disciplinas gerais de pesquisa e de trabalho, na esfera científica e mais ainda na esfera filosófica, histórica e literária. Quase tudo é deixado, nestes últimos domínios, às iniciativas individuais, e é por isto que o país possui tantos autodatas e um número tão pequeno de trabalhadores formados nos métodos de pesquisa e de crítica, que são a condição essencial para a produção.

Tudo isto é para dizer-lhe que, se desejamos que o Brasil tenha o lugar que lhe cabe entre as nações produtoras de valores intelectuais, é necessário criar tão cedo quanto possível estas faculdades de filosofia, ciências e letras que serão a alma de sua universidade nacional.

Se consideramos, por outra parte, a formação dos espíritos, não há dúvida de que a organização de faculdades de filosofia, ciências e letras, como o senhor as concebe, trará, sem dúvida, inapreciáveis serviços educativos a seu país.

Não são os dons intelectuais, como disse acima, que faltam à sua bela juventude; ao contrário, ela os tem em abundância. Mas a boa fada que lhe preside o nascimento colocou também no berço outros dons além da inteligência; o gosto da imaginação e do sonho, a abundância da vida afetiva. E ainda que não se trate, de nenhuma forma, de combater estas disposições naturais, seria muito útil limitá-las, sobretudo nos domínios que lhes convêm mais particularmente. O Brasil possui admiráveis líricos, sem dúvida porque o lirismo é inerente à raça, e todo brasileiro é à sua maneira, poeta da alma e da natureza. Mas este lirismo pode ter seus inconvenientes, quando se manifesta fora das obras de poesia e da imaginação; e as fundações universitárias que o senhor está preparando deverão como resultado canalizá-lo e moderá-lo em obras da razão, de onde

não seria o caso, evidentemente, de excluí-lo totalmente.

Eu tive, 27 anos atrás, uma longa conversa sobre este assunto e questões semelhantes com um de seus críticos literários mais célebres, José Veríssimo, do qual guardo uma grande lembrança. Nós concordamos em que a juventude brasileira, ainda que tão rica de dons intelectuais e cheia de cultura, busca nesta cultura muito mais um gozo elevado do que uma maneira de formar seu espírito. Ela ama os nobres sentimentos as satisfações estéticas e as belas ideias; ela faz eco inteligente e afetivo de suas numerosas leituras, mas poucos são aqueles que analisam em sua gênese e sua beleza o poema admirado, que estudam a língua de Machado de Assis ou de José de Alencar para forjar sua própria língua, e que praticam esta explicação crítica dos textos de poesia e de prosa que é, para a formação do espírito, a melhor das disciplinas.

Quanto mais excepcionalmente dotados sejamos, e por isto mesmo mais propensos a confiar em nossos dons naturais, mais vantagens teremos em praticar esta disciplina.

O senhor fará, tenho certeza, o maior serviço possível à juventude de seu país dando-lhe a oportunidade de fazer, nas faculdades, esse esforço de formação crítica que marcará todo seu desenvolvimento intelectual.

Creio que seu país está em um momento histórico. A questão é saber se ele continuará a se comprazer com o gozo intelectual para o qual o levam naturalmente seus gostos, ou se ele buscará associar a este prazer intelectual a preocupação constante de fazer a cultura servir à formação do espírito; se ele continuará sendo um país cheio de charme onde se lê tudo e se produz pouco, ou terá amanhã um lugar adequado entre as nações que colaboram na produção intelectual do mundo.

O senhor me disse, em uma de nossas conversas, que não se trata somente de ler bons autores, mas que a grande questão era saber como escrever, como tornar-se, por si mesmo, um autor, grande ou pequeno; em termos distintos, eu penso exatamente da mesma maneira.

Sobre o papel que o senhor atribui a suas faculdades de filosofia, ciências e letras na economia universitária do país, não tenho nada a acrescentar além do que o senhor mesmo me disse.

Elas terão as duas funções de todas as faculdades de letras e de ciências.

Uma será a de lhes fornecer professores de ensino secundário que juntarão aos conhecimentos aprofundados e precisos o espírito de método e de crítica e que guiarão as novas gerações não pela imposição das ideias, mas dando-lhes esta atitude reflexiva que os acostumará a pensar por si mesmos.

A segunda função será a de formar pesquisadores, de dar conselhos, orientações e meios de trabalho para aqueles que sejam particularmente dotados para o trabalho pessoal em todos os domínios e que serão especialmente, destinados, por suas aptidões, a passar rapidamente das cátedras do ensino secundário às cátedras do ensino superior.

Gostaria de repetir, ao terminar, que na obra de reorganização que o senhor realiza há, pelo que penso, muito menos a fazer na esfera científica do que na esfera filosófica, histórica e literária. É nestes últimos domínios que o esforço me parece ser mais urgente e, sem dúvida, mais difícil.

Eis aí, Senhor ministro, algumas reflexões que tive a oportunidade de fazer em sua presença. Eu as escrevi para o senhor com toda a liberdade que me autorizam não somente meu título de cidadão carioca, mas a profunda afeição que tenho para com o seu país, que se tornou, nestes quase 30 anos que o visito e percorro, minha segunda pátria.

Peço que aceite a expressão de meus sentimentos mais cordiais.

Georges Dumas

A Getúlio Vargas
Rio, 14.11.1935

Meu caro presidente,

Trago-lhe, finalmente, o projeto de reorganização do Ministério da Educação. Antes do mais, peço-lhe que me perdoe a demora. Demorei muito. Mas demorei, porque não queria apresentar-lhe uma reforma parcial, feita de afogadilho. Demorei, não para distrair-me com outras coisas, mas para consagrar-me fervorosamente, num trabalho realmente penoso, à elaboração de urna construção de grande vulto e sentido.

Li muito. Percorri livros e livros sobre todos os assuntos relacionados com o ministério. Entretanto, não lhe trago um trabalho livresco e artificial. Estive permanentemente em contato com a realidade: observei, examinei, sondei as coisas existentes. Nem uma só linha foi escrita na exposição de motivos e no projeto de lei, sem essa prévia indagação a respeito do que existe, do que está funcionando e de como está funcionando.

Tudo foi realizado com a máxima discrição. Estudei os problemas, sem alarde. (Apenas se fez certo ruído em torno da universidade, coisa que não era possível evitar.) O trabalho foi escrito e, para facilitar a sua leitura, impresso, sem a mínima divulgação do que quer que seja. Nenhum jornal teve ainda conhecimento dos pontos por mim tratados.

Busquei realizar um trabalho de sentido moderno, incorporando, no plano que ora lhe apresento, as ideias que, a respeito de administração pública em geral e sobre os problemas da saúde e da educação em particular, vigoram nas nações mais experientes e adiantadas.

Nos seus discursos que continuamente estiveram em minhas mãos, tive sempre o prazer de encontrar essa mesma preocupação da obra de sentido novo, límpida e arejada.

No plano que lhe entrego, há um pomo para o qual peço o seu maior interesse. É a universidade.

É preciso que a União dê à sua universidade o máximo relevo. É preciso que esta universidade seja realmente uma instituição brilhante e poderosa, que tenha prestígio entre as demais existentes no país, e que este prestígio seja incontestável.

Chegou o momento de se dotar a Universidade Federal dos instrumentos essenciais de que ela carece. Entre tais instrumentos, quero aqui destacar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que precisa funcionar, desde logo, a partir do ano de 1936. Esta faculdade é a base da universidade. Sem ela, a universidade, rigorosamente falando, não existe. (Mando-lhe uma carta, que, sobre este assunto, recebi do professor Georges Dumas. É um documento eloquente, sobre a situação intelectual do Brasil. Merece toda a atenção.)

Neste momento de entrelaço de ideias, de princípios, de diretrizes, não pode a União descuidar-se de sua universidade. O senhor disse, na Universidade de Buenos Aires, num belo discurso, que "o meio universitário marca, em toda parte, o roteiro das ideias". É uma grande verdade. Pois bem, nesta hora perigosa que o Brasil atravessa, hora em que tal roteiro não está nítido, em que vão aparecendo aqui e ali organizações universitárias as mais diversas, nesta hora dúbia, é imprescindível que a União faça de sua universidade um vigoroso instrumento de ordem e equilíbrio, uma instituição cheia de autoridade, que, pelo poder de seus elementos, seduza a juventude, e seja capaz de orientar os espíritos para rumos claros e seguros.

Os recursos, que pleiteio, no projeto de lei, não representam senão menos da metade dos que o orçamento do ministério, para 1936, consigna, em obediência da

Constituição. Por conta dos 101.280:192\$900, destinados por este orçamento à proteção à maternidade e à infância e à educação, apenas se pedem 49.300:000 000. Não quis lançar mão de todas as dotações orçamentárias, em vista da situação financeira em que nos encontramos.

É fora de dúvida que devemos despender, desde logo, uma parte destas dotações. Não tocar nelas seria decepcionante para a opinião pública, que está a exigir do ministério serviços, iniciativas e providências, e que agora muita coisa espera do governo, em vista das disposições do novo orçamento. Tratar imediatamente da aplicação de uma parte dos novos recursos, em serviços de utilidade nacional, representará, para o povo, um alento e uma esperança.

De resto, é de notar que, no orçamento para 1935, foi previsto um déficit de mais de 500.000:000\$000. Apesar disto, e apesar ainda de ter ocorrido, no meio do ano, o aumento de vencimentos dos militares, chegaremos ao fim do atual exercício financeiro, sem déficit, como informa o ministro da Fazenda. Para 1936, o déficit previsto é menor, apesar do grande aumento que se fez no orçamento do Ministério da Educação. É, pois, de presumir que poderemos despender todo este aumento, e ainda assim chegar ao fim de 1936, sem déficit.

Elaborei o plano, que ora lhe apresento, com a preocupação de mudar, no que existe, o menos possível. Procurei, tanto quanto pude, atender aos vários setores de opinião existentes no seio do ministério. Busquei conciliá-los e conjugá-los. Se nem tudo pôde ser feito rigorosamente conforme o gosto geral, é porque importantes, decisivas razões de ordem superior o impediram.

Termino, dizendo-lhe que pus, no trabalho que lhe trago, todo o esforço e dedicação. Fi-lo, com a preocupação de poder corresponder à confiança que o senhor em mim, pessoalmente, depositou. Fi-lo, objetivando contribuir, modestamente, mas com o máximo de que sou capaz para a obra já tão notável de seu governo. Fi-lo, ainda, animado de um grande sentimento de amizade, agindo segundo aquela preciosa regra de Maquiavel, pela qual o ministro "non debbe pensare mai a se, ma sempre al principe".

Espero que o senhor corrija os erros, supra as deficiências, elimine as impropriedades, que certamente existem no meu projeto, modificando-o em tudo quanto não lhe parecer conveniente, e como melhor julgar.

Nutro a esperança de que desta reforma sairá o ministério mais prestigiado, com uma projeção maior sobre todo o país, e entrará a ser, efetivamente, um poderoso instrumento destinado ao aperfeiçoamento do homem brasileiro.

Sou, meu caro presidente, com grande acatamento, seu devotado amigo,

Gustavo Capanema

PS Devo ainda dizer que a nova denominação proposta para o ministério não é inteiramente de minha inspiração,

A denominação atual é, sem dúvida nenhuma, imprópria, pois a expressão "saúde pública" não serve para designar todas as atividades relativas à saúde. Quando se instituiu o ministério, tal denominação podia ser pertinente, visto como o poder público, então, se preocupava essencialmente com a saúde pública. Mas, de certo ponto em diante, tomou vulto a preocupação da assistência social, sobretudo na parte relativa à maternidade e à infância. Esta modalidade da assistência social constitui mesmo, hoje, um dos remas fundamentais do ministério.

A expressão "saúde pública" não abrange o conjunto (saúde pública e assistência social). Ao ministério que, em 1919, se constituiu, na Inglaterra para tratar dos dois assuntos, se deu o nome de Ministério da Saúde (Ministry of Health). Nos Estados Unidos, no estudo feito pelo governo, há alguns anos, sobre a remodelação da administração federal, o nome proposto para o ministério, destinado a tratar da educação e dos problemas relativos à saúde foi Department of Education and Welfare. A expressão *public health* não aparece em nenhum dos dois casos.

Ronald de Carvalho e eu mais de uma vez conversamos sobre a conveniência de se dar nova denominação ao ministério. Certo dia, aventei a palavra *cultura*, pois o objetivo desta é justamente a valorização do homem, de maneira integral. Ela concerne, como se exprime um grande filósofo moderno. Jacques Maritain. ao "développement rationnel de l'être humain considéré dans toute sa généralité". Ronald achou feliz a ideia, e propôs que se dissesse 'cultura nacional'. A sugestão de nosso malgrado amigo me pareceu de grande alcance. Observa-se, hoje em dia, certa tendência para se dar ao aparelho de direção das atividades relativas ao preparo do homem este qualificativo de "nacional", como que para significar que é para o serviço da nação que o homem deve ser preparado. Em setembro de 1929, o governo italiano mudou a denominação do Ministero della Pubblica Istruzione para a de Ministero dell'Educazione Nazionale. Em junho de 1932, a França transformou o seu Ministère de l'Instruction Publique et des Beaux-Arts em Ministère de l'Education Nationale. Informou-me o pintor belga Georges Wambach que, em seu país, se cogita, agora, de fazer mudança semelhante: pretende-se dar ao Ministère des Sciences et des Arts o nome de Ministère de l'Education Nationale.

O senhor apreciará o assunto, com o seu apurado critério, decidido como mais conveniente lhe parecer.

A Getúlio Vargas
Rio, 10.4.1939

Dr. presidente:

Deixo de subir para o despacho em virtude de seu recado. Faço votos por que a sua viagem seja agradável e proveitosa.

Escrevo-lhe esta carta para alguns assuntos mais urgentes:

1) Mando-lhe o projeto de decreto-lei que organiza a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Está redigido na exata conformidade dos pareceres do Ministério da Fazenda e do DASP Em entendimento que tive com o ministro da Guerra, ficou assentado que, organizada esta escola, poderá ela desde logo funcionar nas instalações da Escola de Educação Física do Exército. Na dotação orçamentária adequada ao custeio do seu funcionamento no corrente ano.

2) Estou dando os passos necessários à abertura das aulas da Faculdade Nacional de Filosofia no dia 1º de maio. Podemos obter, no meio nacional, professores para grande número de cadeiras. Outras, porém, umas 15 talvez, só poderão ser regidas bem por professores estrangeiros: história da filosofia; sociologia; análise matemática e análise superior; física teórica e física superior; físico-química e química superior; língua e

literatura grega; filologia românica etc. Peço a V. Excia. que me autorize a dar os necessários passos no sentido de obter professores capazes em países estrangeiros, nas condições comuns de pagamento, isto é, nas condições de contratos já realizados pela Universidade de São Paulo e pela Universidade do Distrito Federal.

3) Remeterei a V Excia. para Caxambu, assim que os ultime, os decretos-leis mais urgentes: proteção às famílias numerosas; imposto sobre os solteiros; e outros.

Não quero terminar sem dar-lhe os meus cumprimentos pela expedição do decreto-lei que regula o exercício do governo estadual. É mais um passo, passo forte e seguro, para a ordem, a disciplina e a eficiência, para a organização e a vida do Estado Novo.

Com estima e respeito, sou de V Excia. o amigo

Gustavo Capanema

De Alceu Amoroso Lima

Rio, 7.4.1939

Sexta-feira Santa

Capanema,

O convite que você me fez anteontem para professor de literatura brasileira e ainda para diretor da Faculdade Nacional de Filosofia é para mim, antes de tudo, uma grande alegria. A de sentir de perto a sua lealdade de amigo. Creia que seu gesto será guardado em meu coração, como das melhores coisas que a vida me tem dado. É, além disso, uma honra que não preciso encarecer.

Quanto à cátedra, aceito-a sem restrições, na certeza de que procurarei dar-lhe todo o meu esforço.

No que diz respeito, porém, à direção da faculdade, é preciso que lhe diga - com a franqueza que graças a Deus sempre tem caracterizado nossa recíproca amizade - que, *em consciência*, só poderei aceitá-la se concordarmos, previamente, em dois pontos que considero absolutamente indispensáveis ao êxito do empreendimento.

I - A nova faculdade não absorverá, ao menos por ora, a Universidade do Distrito Federal;

2 - Os cursos só serão iniciados no ano que vem.

Quanto ao primeiro ponto, estou convencido de que a absorção é *um grave erro*, que irá colocar a nova faculdade a braços com inúmeras dificuldades iniciais, sem nenhuma vantagem pedagógica ou cultural. Essas dificuldades provirão dos professores, dos alunos e dos funcionários.

Dos professores, porque a nova faculdade não poderá colocar todos os atuais professores da UDF que são entre catedráticos, adjuntos e assistentes, cerca de cem. Todos aqueles que agora forem despojados de suas situações constituirão amanhã outros tantos focos de antipatia contra a nova faculdade, que trabalharão de modo a indispor contra ela a opinião pública.

Os alunos ora matriculados são cerca de mil. Destes, muitos haverá sem curso secundário regular, que teriam as suas matrículas canceladas, muitos dos quais já no 3º ano. O coro dos descontentes aumentaria. E, além disso, a absorção implicaria a obrigação de funcionarmos já com os três anos do curso, pois a UDF tem alunos matriculados em todos eles. E os que completaram o curso este ano passado? Receberiam diplomas? E os anteriores, não? Tudo isso seriam dificuldades tremendas a resolver, muitas das quais insolúveis. E o corpo dos descontentes aumentando. A ele se juntariam todos os funcionários, ora empregados e que amanhã teriam de mudar de posto ou perder o emprego.

Em compensação dessas imensas desvantagens, só vejo uma vantagem: o *prédio*. Esse mesmo, porém, é uma *escola primária* de que a prefeitura *não pode*

dispor e onde há 1.200 alunos primários que não poderão ser transferidos, pois a municipalidade não dispõe de outro edifício. E a parte em que atualmente funciona a UDF é muito insuficiente, pois a Escola de Ciências nela não pode funcionar e está dividida entre a Escola de Engenharia, o Instituto João Alfredo e o prédio em obras do ex-hospital João Alfredo.

A absorção da UDF seria, pois, um *grave erro*, que prejudicaria talvez irremediavelmente o início de uma faculdade que não pode começar mal, sob pena de arrastar, com o seu malogro, o bom nome da administração e o futuro da obra.

Quanto à segunda dificuldade, é a do pronto funcionamento. É impossível, em consciência, fazer funcionar em 20 dias um estabelecimento do âmbito do que você acaba de criar. Organizar o corpo docente, abrir matrículas, preparar locais, fazer os exames, instalar secretaria, abrir cursos de ciências exatas (*com que laboratórios?*), pôr em funcionamento real um mundo desses, não é obra para 20 dias! Falo-lhe já agora com a experiência de quase um ano de reitoria. Seria impossível, nessas condições, fazer uma coisa bem feita.

Ao passo que, se adiarmos para o ano que vem o início dos cursos, teremos este ano todo para preparar as coisas com antecedência e unidade e não com precipitação e açodamento, que tudo prejudicam.

Pensei maduramente em tudo isso, nesses dois dias de recolhimento e meditação e trago-lhe o fruto absolutamente sincero do desejo de bem servir. É porque considero essa obra o que de mais importante se pode de momento fazer pela cultura brasileira, que não posso silenciar essas objeções, a meu ver, irrespondíveis.

Estou certo de que você concordará com elas, pois ambas atendem ao seu desejo de criar uma faculdade à altura da expectativa e da necessidade que ela representa. Se assim for, aqui me tem você pronto para dedicar-me, com entusiasmo, a uma tarefa tão digna do devotamento que você tem posto em levá-la avante e a que estou pronto a prestar, nessas condições, minha modesta cooperação.

Um grande abraço do seu velho amigo

Alceu

À Alceu Amoroso Lima
Rio, 2.7.1939

Meu caro Alceu,

Recebi a sua carta sobre a faculdade de filosofia e letras que as irmãs de Sion desejam abrir em Petrópolis.

Você conhece as minhas simpatias para com os estabelecimentos de ensino católicos.

Neste caso, porém, não me parece possível que possa o governo atender ao pedido. Basta dizer que a autorização não teve o voto da maioria dos membros do Conselho Nacional de Educação, e que tal formalidade é essencial para a outorga da autorização. Peço-lhe que de minha parte diga uma palavra de escusa às irmãs. Admiráveis as notas do padre Franca sobre o problema da família, como também admiráveis foram as suas. Alegro-me de ver que as ideias que eu tinha assentado sobre a matéria coincidem com as que ambos sustentam. Além disso, nos dois escritos, colho sugestões valiosas para o meu trabalho.

Que imponente solenidade fizeram hoje os bispos na Candelária!

As flores, os paramentos, as luzes, a música, era todo o ambiente de uma grandeza rara. Infelizmente, entrei atrasado, e a pouco pude assistir.

Apenas pude correr os olhos pelas primeiras palavras de seu artigo de hoje.
Amanhã, tratarei com o presidente das nomeações para a faculdade de Filosofia.
Com o mais afetuoso abraço de seu

Capanema

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 21.7.1939

Capanema

Leio hoje nos jornais, por natural equívoco do serviço de informações, que ontem falei como "diretor da faculdade".

Ora, você sabe que ainda não estão resolvidos os casos que tornam ainda precária a efetivação desse seu generoso convite. E mais uma vez venho dizer-lhe - é preferível por todos ou muitos motivos, que ele não se efetive.

Realmente, aos "casos" ainda obscuros, veio agora somar-se o das novas indicações para professores de física experimental e história da filosofia. Tínhamos concordado na reunião que tivemos em seu gabinete - você, o reitor e eu - que seriam propostos ao presidente para essas duas cadeiras os titulares das mesmas na Universidade do Distrito. Ora, estou seguramente informado que da parte do presidente não há oposição a essa indicação. De sua parte também não, pois tudo foi feito entre nós de *perfeito acordo*. A conclusão a tirar é que há forças desconhecidas trabalhando entre nós. E como só sei, mesmo sem ser positivista (*et pour cause...*) trabalhar "às claras", peço-lhe sinceramente que ponha fim à situação desagradável em que nos encontramos. Ou saiam de uma vez essas nomeações, bem como a dos assistentes e demais professores indicados por *nós* - ou então entregue logo a outro a penosa função que só poderei aceitar sem sacrifício de uma autoridade, absolutamente indispensável para seu exercício normal.

Creio que, para o funcionamento da faculdade, é indispensável que não seja adiada por mais tempo a solução desse caso da sua direção.

Estou também informado, pelo Carlos Chagas Filho, que foi convidado na Itália um professor para a cadeira de física experimental. Deve haver equívoco, pois é a cadeira para a qual você indicou o Costa Ribeiro. E o que é ainda mais grave, o nome do professor italiano indicado para essa cadeira é o de *uma perfeita nulidade* científica, informa-me ainda o Carlos Chagas Filho, que como você sabe é autoridade nesses assuntos.

Tudo isso é profundamente penoso e cria um ambiente em que não sei viver.

Considero essas nomeações imprescindíveis, pelos motivos apontados.

Se, por outro lado, forem reais as informações que correm, sobre o seu preenchimento *por outros* que não os indicados por nós, é evidente que não posso aceitar um cargo para o qual entraria, não só desprestigiado, mas ainda e principalmente, *sem gosto e sem ânimo*. Aceitá-lo seria trair sua confiança. E como desejo que nossa amizade não sofra solução de continuidade com esses desagradáveis incidentes, entrego o caso à solução justa de sua consciência e de sua amizade, na certeza de que é *tão irrevogável minha decisão*, no caso, como inalterável minha velha amizade.

Do

Alceu

De Alceu Amoroso Lima
Rio, 21.7.1939.

Meu caro Alceu,

Acabo de receber a sua carta. Seria longo demais respondê-la toda por escrito. O essencial, porém, posso dizer-lhe aqui: tudo quanto combinei com você está na minha memória, e nada deixará de ser cumprido.

Nenhuma nomeação combinada deixará de sair. Nenhuma nova nomeação se fará sem o seu prévio assentimento.

O melhor é você ouvir menos alhures, e conversar mais comigo. O governo é uma coisa constituída de tal natureza, que exige que a gente adote a todo momento um modo especial de agir, a fim de que o objetivo desejado e previsto se atinja. É a tal história de andar direito por linhas tortas, processo que, por ser divino, é também próprio da humana arte de governar.

Anteontem, pelo telefone, manifestei-lhe o desejo de uma conversa.

Ontem, à tarde, mandei chamá-lo pelo Leitão da Cunha, mas você não pôde esperar-me; e à noite de sua casa me informou alguém que você saíra a jantar fora. Hoje, recomendei a um funcionário que o convocasse para a tarde. Mas nada. Vim a saber que você fora à *Comédie Française*. Só consegui a sua carta, que é uma cordialíssima complicação.

Alceu, meu caro amigo, não veja nuvens sombrias no favorável céu que nos cobre.

Enfim, continuo precisando de conversar com você. Quando será?

Afetuosamente,

Capanema

De Alceu Amoroso Lima

Petrópolis, 3.2.1941

São Brás

Meu caro Capanema,

De volta de São Paulo, onde realizei uma pequena série de conferências e em véspera de realizar a assembleia da companhia em que passarei definitivamente de presidente a consultor (cargo sem a menor garantia), segundo a exigência burocrática do DASP, penso que é o momento de nos explicarmos, em definitivo, sobre o caso da direção da Faculdade Nacional de Filosofia. E como em conversa sempre é mais difícil de fixar o que se dizer, creio que o melhor ainda é forçá-lo a perder alguns minutos (serei breve) decifrando esta minha detestável caligrafia, em que estou aliás cuidadosamente caprichando ...

Só tenho um desejo em relação à faculdade continuar sendo professor mas *não vir a ser seu diretor*.

Isso por vários motivos, que tentarei especificar, em separado, para maior clareza.

1. *Não me sinto com capacidade suficiente para ocupar esse cargo.*

Você poderá pensar que é timidez ou humildade. Não é. É apenas cansei consciência lúcida do que me falta, e de modo todo particular, em capacidade administrativa.

Já *experimentei* a administração particular (por vinte e tantos anos) e a administração pública. Posso falar, portanto, "de cadeira". Em nenhuma dei bom resultado, por vários motivos que não vêm ao caso enumerar. Na pública, então, foi um fracasso. Não possuo nenhuma das qualidades necessárias a esse difícil e sutil manejo de textos e dificuldades burocráticas aumentadas agora quase ao infinito, com a "ditadura daspiana"...

2. *Não me sinto com entusiasmo pela obra.*

Quando temos amor por uma obra, pode-se esperar suprir as deficiências. No caso, porém, devo confessar a você que não sinto nada por essa empresa. Senti alguma coisa quando entrei para a Universidade do Distrito Federal. A dolorosa experiência de oito meses tirou-me as ilusões. Hoje lenho todo o meu fervor - que em nada diminuiu - *voltado para outras obras*. E você sabe que nada supre essa inclinação profunda para as coisas. Nem podemos despertá-la, pois ou é *espontânea* ou não existe.

E empreender um trabalho qualquer sem entusiasmo, é condenar de antemão ao malogro tudo o que se vai fazer.

3. *Teria de sacrificar, com esse cargo, o meu ensino e meus trabalhos.*

Sei bem quanto é absorvente a administração do que quer que seja. Não tendo vocação administrativa, tudo se torna mais difícil para mim.

Daí saber, de antemão, que teria de sacrificar os poucos lazeres que me restam para aceitar esse cargo.

Só voltei à crítica literária quando deixei o cargo de reitor da Universidade Municipal.

Agora *teria de abandonar de novo a minha seção*, onde me sinto dentro do meu ambiente natura! e sacrificar outros trabalhos em curso, inclusive da cátedra.

Tanto mais quanto este ano, tenho mais os encargos da Faculdade Católica, onde ensinarei também.

4. *Tenho a consciência de nada poder fazer de útil.*

Nem que tivesse capacidade e amor pela obra, não teria oportunidade de fazer algum bem positivo.

Conheço um pouco a máquina administrativa, para saber quanto ela ralhe e impede mesmo toda iniciativa. Quando aceitei o cargo de reitor, foi na esperança de fazer algo de coerente com as minhas ideias católicas. Hoje, conhecendo melhor o meio, sei perfeitamente que será impossível afastar o Almir de Andrade, o (...)*, o (...)*, o Artur Ramos (ainda é, a despeito de tudo, o menos perigoso), o Faria Góis etc., que direta ou disfarçadamente, criam na faculdade o *confusionismo filosófico e sociológico*.

O máximo que poderia fazer seria evitar algum mal maior. Mas você bem sabe o que são as *injunções* políticas num estabelecimento *que não tem autonomia nem didática nem administrativa*.

5. Teria que *lidar com funcionários*, talvez úteis ao serviço e quiçá indispensáveis à ordem interna, mas *insuportáveis* de gênio e habituados a um método de cumprimento *literal* dos regulamentos, que não é o meu.

D. Dulce, secretária de escola, é pessoa de absoluta e direta confiança do reitor. É pessoa de uma fidelidade administrativa admirável. Mas impossível e antipática ao extremo.

Ora, a *saída* de D. Dulce incompatibiliza logo o diretor com o reitor e pode trazer a desordem, pois ela reina há quase dois anos na secretaria da faculdade, como senhora absoluta.

Por outro lado, a sua *permanência* será um suplício para quem a conhece de perto, como já a conheço, pela sua rigidez puritana e pela sua antipatia pessoal e modos bruscos e até grosseiros, no cumprimento dos regulamentos e no trato das pessoas.

6. Enfim, como consequência de tudo isso *minha permanência no cargo seria efêmera*.

Você conhece os meus defeitos. Entre eles está o da *impulsividade*, que poucos conhecem e que procuro corrigir, caindo no defeito contrário - *a apatia*.

Na primeira oportunidade, deixaria o cargo, quando entrasse em choque contra alguma decisão que me contrariasse. Sabendo de antemão que não tenho a paciência

necessária para "engolir sapos" além de um limite muito pequeno ... o melhor é evitar as ocasiões ou, como dizem os confessores "fugir à tentação".

Eis aí, querido Capanema, um conjunto de motivos que creio serem decisivos para me afastarem de um cargo em que só me esperam contratempos, decepções e amarguras, sem que nada de proveitoso para o bem público possa dele provir.

Pense, por alguns instantes, no que aí fica e veja se não tenho razão de pedir-lhe *pense em outra pessoa*, para o lugar de diretor.

Tenho alguém de ótimo em mente. Mas só poderia indicar se você expressamente consentisse.

Medite no assunto, em um dos seus longos passeios noturnos à luz do Cristo de braços abertos, que a nós ambos ilumina em nossa obscuridade, e... vamos almoçar juntos, num Lido qualquer, longe do público do gabinete, para liquidarmos em definitivo esse assunto que tanto inquieta a você como a mim e está prejudicando a faculdade.

Seu certo e fiel amigo

Alceu

De Cândido Portinari
19...

Caro ministro e amigo Capanema

Não escrevi antes por andar muito cansado e meio desanimado, mas agora com a notícia de que o senhor quer novos e imensos murais estou novamente em forma e à espera de documentação para dar início aos estudos.

Gostaria que o senhor me enviasse o seu discurso. As vidas de Caxias, Tiradentes e José Bonifácio. Foram os motivos que o senhor sugeriu.

Gostaria de permanecer aqui ainda, algum tempo e creio que seria até bom fazer os primeiros estudos aqui, fora do barulho do Rio. Mesmo que eu não fizesse estudos definitivos pelo menos iria lendo o que o senhor me mandar e me impregnar do assunto até transformá-lo em cores.

Em todo caso estou à sua disposição. Se o senhor achar melhor eu estou ali, é só mandar avisar.

Todos aqui de casa e eu mandamos lembranças para D. Maria.

Do seu amigo certo

Portinari

De Cândido Portinari
Rio, 27.5.1939

Prezado ministro e amigo Dr. Gustavo Capanema,

Depois de muito meditar sobre as questões que serviram de tema à nossa última entrevista, cheguei à conclusão de que o meu lugar deve continuar a ser entre os meus alunos, ainda mesmo que, para isso, venha a ser prejudicado na minha obra e nos meus interesses pessoais.

O grupo de alunos que venho chefiando há quatro anos já constitui, para mim, uma

parte bem apreciável - talvez mesmo a de maior significação - do meu esforço artístico. Por outro lado, os resultados práticos obtidos já são bastante sensíveis, sobretudo se considerados em relação ao nosso meio, tão atrasado em questões de artes plásticas.

Esses quatro anos de esforços que tenho feito - e de que resultarão necessariamente a ampliação da minha obra no espaço e a sua continuidade no tempo - não posso deixar de sentir-me intimamente identificado com o ensino.

Por tudo isso - e também pela convicção em que estou de estar realizando obra patriótica - é que tomei a iniciativa de propor, à sua inteligência, a criação, na Escola Nacional de Belas-Artes, de um *atelier* onde sejam ministrados conhecimentos de *pintura mural*.

Esse gênero de pintura - pela possibilidade que oferece de irradiação, de influência coletiva - tem sido utilizado, desde os tempos mais remotos, pelos governos de quase todos os países, como elemento precioso de educação e propaganda. Em todas as escolas de arte, ocupa essa cadeira lugar da maior importância, a sua utilidade ressaltando, inclusive, da necessidade que têm os governos de decorar os seus melhores palácios.

Desta forma, não há razões para que o Brasil - que vem acompanhando os progressos dos países civilizados nos demais setores da sua atividade, quer administrativa, quer literária, quer científica - deixe de ter o seu curso de pintura mural, inexistente até hoje na Escola Nacional de Belas Artes.

Dáí a proposta - que tomo a liberdade de reiterar ao ilustre ministro para o aproveitamento, naquela instituição, do meu curso de pintura mural.

Para seu melhor julgamento, passo a enumerar os títulos que suponho justificarem essa minha pretensão:

Premiado - com a Second Honorable Mention - na The 1935 International Exhibition of Paintings. Carnegie Institute, de Pittsburgh, nos Estados Unidos da América; com o Prêmio de Viagem à Europa em 1928; com a Grande Medalha de Prata em 1927; com a Pequena Medalha de Prata em 1925; com a Medalha de Bronze e Prêmio Galeria Jorge em 1923, estes últimos conferidos pelo antigo Conselho Nacional de Belas-Artes. Ex-professor de pintura mural e de cavalete e ex-chefe da 16ª seção didática da extinta Universidade do Distrito Federal. Autor dos grandes murais do palácio da Educação e Saúde, das decorações do Pavilhão Brasileiro na Feira Mundial de Nova York e das pinturas no monumento de Estradas de Rodagem.

As razões que venho de expor e a simpatia que o ilustre ministro sempre me dispensou, levam-me a crer no aproveitamento, segundo a fórmula proposta, dos meus conhecimentos técnicos.

Do amigo e admirador

Cândido Portinari

De Cândido Portinari
Nova York, 29.11.1940

Caro ministro e amigo Capanema,

Devo sair deste maravilhoso país amanhã, 30, pelo Uruguai. Espero que o senhor tenha gostado das críticas que lhe enviei.

Tive notícias ontem que me deixaram muito triste. Parece que publicaram artigo na *Nação Armada*, explorando o velho tema. Enquanto isto aqui tenho sido tratado como se eu fosse um grande homem. Pedidos de dezenas de museus para exibirem meus quadros. O Museu de Arte Moderna adquiriu para sua coleção o meu grande quadro *Espantelho* e mais três desenhos. O Museu de Detroit adquiriu o *Gado*, grande quadro também. Várias das melhores coleções também já adquiriram. A galeria Harriman, uma das melhores daqui, já assinou contrato para me representar aqui. O Clube de Edições Limitado assinou contrato comigo, pagando 20 contos para eu ilustrar um livro. E muitas outras coisas boas me têm acontecido. As conversas que tenho tido aqui desde o Rockefeller até as pessoas mais humildes:

É dizendo que o presidente Getúlio é querido pelo povo, que as nossas leis trabalhistas são as mais avançadas do mundo, que ele criou o Ministério da Educação e Saúde, o Ministério do Trabalho. Que o presidente é um grande patriota que tem defendido o que estão fazendo comigo. Falo assim com o senhor, porque tem sido o seu apoio que me tem levantado até conseguir o sucesso que obtive aqui.

Do seu amigo sincero

Cândido Portinari

A Cândido Portinari
Rio, 7.12.1942

Meu caro Portinari.

Guardo na retina a forte impressão de seu quadro - *O último baluarte* - que considero uma obra da maior beleza.

Sobre as pinturas para o edifício do Ministério da Educação, penso que não mudarei de ideia quanto aos temas.

No salão de audiências, haverá os 12 quadros dos ciclos de nossa vida econômica, ou melhor, dos aspectos fundamentais de nossa evolução econômica. Falta fazer o último - a carnaúba -, mudar de lugar o da borracha, e fazer de novo um que se destruiu.

Na sala de espera, o assunto será o que já disse - a energia nacional representada por expressões da nossa vida popular. No grande painel, deverão figurar o gaúcho, o sertanejo e o jangadeiro. Você deve ler o III capítulo da segunda parte de *Os sertões* de Euclides da Cunha. Aí estão traçados da maneira mais viva os tipos do gaúcho e do sertanejo. Não sei que autor terá descrito o tipo do jangadeiro. Pergunte ao Manuel Bandeira.

No gabinete do ministro, a ideia que me ocorreu anteontem aí na sua casa parece a melhor: pintar Salomão no julgamento da disputa entre as duas mulheres. Você leia a história no terceiro livro dos *Reis*, capítulo III, versículos 16-28.

No salão de conferências, a melhor ideia ainda é a primeira: pintar num painel a primeira aula do Brasil (o jesuíta com os índios) e noutra, uma aula de hoje (uma aula

de canto).

No salão de exposições, na grande parede do fundo, deverão ser pintadas cenas da vida infantil.

Peço-lhe que faça os necessários estudos e perdoe desde já as minhas impertinências.

Creia no grande apreço e afetuosa estima do seu amigo,

Capanema

A Le Corbusier

Rio, 21.10.1936

Prezado Senhor Le Corbusier:

Tenho sobre a mesa as duas cartas que me dirigiu em 9 de outubro corrente e em que manifesta um interesse cheio de simpatia pelas iniciativas do meu ministério.

Dou-lhe as notícias pedidas. Quanto ao edifício do ministério, ficou assentado que ele se fará no terreno anteriormente escolhido, o único, aliás, que seria possível utilizar sem perda de tempo. A solução que propôs, e que me parece muito interessante, exigiria retardamento da obra. Adorado, assim, o projeto de Lúcio Casca e de seus colegas, serão entretanto feitas as modificações que ele reclamava.

Sobre a Cidade Universitária, tenho em mãos o projeto que a comissão de arquitetos acaba de apresentar e que me causou uma bela impressão. Acredito que estamos no caminho de uma sólida realização de conjunto. No momento, estou convocando a comissão de professores para submeter-lhe o trabalho dos arquitetos.

A sua pretensão quanto ao Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura mereceu toda a minha simpatia e, da minha parte, farei o que estiver ao meu alcance para ser-lhe útil. Não recebi o telegrama do nosso embaixador em Paris, a que alude.

Finalmente, a questão de seus honorários. Espero já lhe tenham sido pagos, pois dei as necessárias providências nesse sentido. O atraso verificado na remessa da importância se deve à lentidão do processo burocrático, que muito lastimei.

Grato às palavras cordiais que me envia, quero, por minha vez, reafirmar-lhe a bela impressão que me ficou do seu conhecimento pessoal. Mando-lhe as minhas melhores saudações e desejo-lhe, sinceramente, dias felizes e - frutuosa na sua carreira.

Gustavo Capanema

De Le Corbusier*

Paris, 21.11.1936

Prezado senhor e amigo,

Recebi sua carta de 21 de outubro, *que me deu muita tristeza*. Fico triste em pensar que o palácio será construído em terreno tão desfavorável e que as circunstâncias não permitem que o senhor vincule seu nome a uma obra que será um elemento essencial da cidade do Rio e de sua paisagem.

Resta a Cidade Universitária. Posso ainda colaborar? Espero que sim, porque minha estada no Rio mostrou que eu posso ser de alguma utilidade, e eu gostaria muito

de sê-lo. Peço-lhe a gentileza de ter este desejo em conta, e não hesitar em me consultar quando lhe pareça útil. 1

Questão importante: o senhor me pediu que fizesse um livro das minhas seis conferências no Rio. Trouxe todo o material necessário e estou pronto para fazer o trabalho. *Mas gostaria de ter sua confirmação a este respeito*, porque se trata de um trabalho grande. De fato, é a redação de um livro quase tão grande quanto *Précision*, que foi publicado em Buenos Aires.

A este respeito, pergunto simplesmente se não seria possível prever um crédito de direitos autorais de cerca de dez mil francos. Se não for possível renunciarei a ele, mas sei que o senhor encara esta questão com simpatia. Me informe por favor, e começarei o trabalho imediatamente, e, conforme o combinado, lhe enviarei, de antemão, o orçamento de uma casa impressora, que com ele se comprometerá formalmente. Digame quantos exemplares será necessário imprimir.

Enfim, não recebi ainda meus honorários ... É realmente surpreendente! 2

Caro senhor Capanema, as distâncias são terríveis, mas tenha certeza de meu interesse por sua obra e, como disse acima, não tenha dúvidas em pedir minha ajuda se considerar útil.

Le Corbusier
35, rue de Sevres

1. Visitei outro dia a Cidade Universitária de Roma. Está bem, mas é bem pequena e, no fundo, não tem espírito moderno.
2. É muito *desagradável* para mim, muito inquietante não ter como fazer para consegui-lo. Já se vão mais de três meses. Agradeço de antemão.

*** Traduzido do original francês**

De Le Corbusier*
Paris, 18.5.1937

Caro senhor,

Permito-me enviar-lhe uma série de quadros reproduzindo, por um lado, o projeto do Palácio do Ministério e, de outro, os planos da Cidade Universitária que estabeleci no Rio no verão passado.

Já lhe escrevi várias vezes sobre o livro de conferências que o senhor me pediu que fizesse, mas não gostaria de me comprometer com este trabalho sem uma confirmação de sua parte. Peço-lhe que me oriente quanto a esta questão.

Espero que sua saúde esteja excelente e que a condução de seus assuntos ande conforme seus desejos, nestes tempos tão perturbados por toda a parte.

Espero que o senhor não me esqueça completamente, e que saiba que estou à sua disposição para a próxima ocasião, para fazer, se possível, um trabalho verdadeiro, e não somente projetos e conferências .

Não sei se o senhor se lembra do tema de minha última conferência: "O estabelecimento de uma faculdade de arquitetura no Rio de Janeiro", com o desenvolvimento que fiz do uso de folclores brasileiros no território da República, constituição dos elementos administrativos necessários e construções. Também aqui, eu teria muito prazer em ser útil em alguma coisa. Teria muito prazer em receber notícias suas, e peço aceitar, caro senhor, minhas saudações mais devotadas

Le Corbusier
35, rue de Sevres

*** Traduzido do original francês**

De Le Corbusier*
Paris, 30.12.1937

Caro senhor,

Recebi sua carta de 10 de setembro, informando que o crédito relativo a meus honorários para a impressão do livro será logo votado.

Em minhas cartas anteriores, disse que lhe mandaria um orçamento de impressão e encadernação do livro, tão logo o senhor me confirme sua execução.

A fim de facilitar sua decisão, solicitei a uma casa impressora séria de Paris (a que imprimiu *La Ville Radieuse*) um orçamento para a confecção desta obra.

O sumário do livro incluiria: a) seis conferências no Rio de Janeiro; b) estudos para o Palácio do Ministério da Educação Nacional; e c) estudos para a Cidade Universitária do Brasil.

O livro terá o formato de *La Ville Radieuse*; terá no início o seu retrato, que o senhor me dedicou tão amavelmente, e gravuras em cores. É claro que estas gravuras em cores tornam o livro mais caro, mas permitem ao leitor uma leitura incomparavelmente melhor.

Creio que este sumário poderá ser útil para os que sejam chamados a estudar as questões de arquitetura e de urbanismo no Brasil, e aos que sejam chamados a tomar decisões. O texto será em francês.

Ao senhor lhe parece que seria útil incluir um texto em português (o que aumentaria o preço fixado pelo orçamento?). Este texto em português poderia seguir paralelamente ao texto francês, como indico no croqui ao lado.

Apesar de todas as paixões desencadeadas a favor da arquitetura moderna ou contra ela, tenho a impressão de que minha intervenção no Rio pode ser útil, e teria sido ainda mais se fosse possível transformar em planos práticos as ideias que tenho lançado e praticado já há 20 anos em tantas obras.

Em particular, e apesar das divergências profundas que existem entre o colégio de professores e as teses que expus sobre a Cidade Universitária, continuo persuadido de que a imitação da concepção americana de universidades é um erro, e que as teses que enunciei em meus estudos são realmente as que convêm a um empreendimento de espírito moderno.

O livro permitirá que se forme uma opinião entre o público profissional de todos os países, e isto poderá permitir-lhe vencer as resistências que se devem ao espírito de

rotina ou à falta de informações sobre as possibilidades atuais da arquitetura e do urbanismo.

Espero, em todo caso, que o senhor saiba, senhor ministro, que poderá encontrar sempre em mim um homem devotado a seus empreendimentos e desejoso de contribuir, em um país tão interessante como o seu, com toda sua energia e capacidade. Será para mim uma grande honra poder retomar com o senhor, mais cedo ou mais tarde, a questão da Cidade Universitária.

Acredite, caro senhor, em meus sentimentos devotados.

Le Corbusier

PS: Recebi. há algumas semanas. os planos e as fotografias do ministério atualmente em construção. Continuo a lamentar o mau terreno em que ele se edifica, mas acredito que o espírito inovador que anima esta obra fará dela, assim mesmo, uma coisa excelente. Fico também feliz em saber que seu grande escultor Celso Antônio estuda a figura monumental da frente do edifício, e tenho certeza que sua confiança está colocada no lugar certo, e que o senhor poderá chegar a uma obra que será admirada por todos os visitantes.

*** Traduzido do original francês**

De Le Corbusier*
Paris, 16.7.1938

Caro senhor Capanema.

Vou enviar-lhe em breve um novo livro sobre o problema de Paris: urbanização e habitação em particular.

Penso sempre na Cidade Universitária do Brasil, que, reproduzida em muitas publicações depois de 1936, vai aparecer com destaque no terceiro volume da monografia de nossa obra completa. Acredito que o projeto que fiz no Rio de Janeiro merece mais consideração do que a que recebeu da comissão de professores. Estou convencido, tendo reexaminado o projeto) que ele faria da Cidade Universitária do Brasil a mais bela de todas as existentes.

Ainda não consigo compreender como seja possível defender o princípio das universidades americanas, totalmente ilógico, longe de ser belo. É de fato um desconhecimento completo da questão, e falta de discernimento em matéria de arquitetura.

Mas eu recobro, constantemente, a esperança de que uma decisão seja tomada a favor de nosso projeto. Eu sei que ele foi combatido intensamente por personalidades interessadas em introduzir no Rio de Janeiro o arquiteto que construiu a Cidade Universitária de Roma. É uma cidade universitária muito bem feita. No entanto, o espírito que a anima não é da mesma natureza que o de meu projeto.

Desejo, assim, esperar que as circunstâncias possam eventualmente tornar-se favoráveis à minha intervenção, e é por isto que lhe escrevo estas palavras, para fazer-me presente em sua lembrança lhe afirmar o prazer que terei de ir ao Rio se o senhor considerar útil chamar-me novamente.

Acredite, caro senhor, em meus sentimentos de amizade.

Le Corbusier
35, rue de Sevres

*** Traduzido do original francês**

De Le Corbusier*
Paris, 1.10.1938

Caro senhor,
Tenho o prazer de enviar-lhe o livro *Des Canons, des munitions?*
Merci! Des logís... S.V.P.

Não abandono a esperança de que o senhor me chame para trabalhar nos planos da Cidade Universitária, ainda que o senhor me tenha dito que M. Piacentini tenha sido encarregado de fazer este trabalho. A questão se coloca, então, entre mim e M. Piacentini, e é com a mais completa simplicidade que quero dizer-lhe que minhas ideias sobre a Cidade deveriam ser seguidas. Há uma questão de qualidade neste assunto, e tenho certeza de que o Brasil não cometerá um erro pedindo minha colaboração em relação a isto.

Não veja, nesta minha carta, senão a manifestação de minha fé em ideias que são indiscutíveis, e que, na realidade, não são mais discutidas em nenhuma parte do mundo. Por que elas não poderiam encontrar, no Rio de Janeiro, a sua realização?

Acredite, caro senhor. em meus sentimentos mais devotados.

Le Corbusier
35, rue de Sevres

*** Traduzido do original francês**

De Le Corbusier*
Paris, 1.10.1938

Caro senhor,

Parto no mês de março para o Chile, convidado pelo governo chileno para dar as orientações para o plano regulador de Santiago e a reconstrução das regiões devastadas.

Meu navio fará escala, provavelmente durante algumas horas, no Rio de Janeiro, e tenho a intenção de, na volta, permanecer alguns dias no Rio, em junho ou julho.

Gostaria muito de poder vê-lo nessa ocasião.

Não abandonei a esperança de retomar com o senhor os planos da Cidade Universitária do Brasil.

Recebi a revista *Architettura*, de Roma com os planos de M. Piacentini. Examinei estes planos com muito escrúpulo. Apesar de sua apresentação extraordinariamente lisonjeira e abundante, devo declarar que são planos de arquitetura antiga, em oposição com o espírito que conduz seu programa da Cidade Universitária. Há muito a dizer sobre este estudo; é toda a batalha entre o velho e o novo, e não creio que os planos de que falo aqui sejam muito novos, apesar de uma certa aparência, na realidade muito acadêmica.

Pediria que o senhor tivesse a amabilidade de fazer saber, quando possa, se o

senhor poderia me receber em uma das escalas indicadas acima. Eu teria um grande prazer em revê-lo.

Aceite, caro senhor, a expressão de meus sentimentos devotados.

Le Corbusier
35, rue de Sevres

*** Traduzido do original francês**

De Lúcio Costa
17.7.1939

Dr. Capanema,

Agora que tudo já parece bem "arrumado", venho lhe dizer o quanto me dói ver uma ideia alta e pura, como essa da criação da cidade universitária, tomar corpo e se desenvolver assim desse jeito.

Quando, há dias, tomei conhecimento do relatório e verifiquei que tudo não passava de pura mistificação - quis exigir um inquérito, protestar, gritar contra tamanha injustiça e tanta má fé. Logo compreendi, porém, a inutilidade de qualquer reação e que, quando muito, iria servir mais uma vez de divertimento à maldade treinada dos "medalhões".

Não veja, portanto, Dr. Capanema, neste meu alheamento, a aceitação das críticas abusadas que o relatório contém, nem a intenção, em outras circunstâncias louvável, de querer evitar maiores embaraços à sua ação, mas tão somente a certeza - desesperado como me sentia - de que tudo seria vão.

E o mais triste é que enquanto se perseverar, durante anos e anos, na construção dessa coisa *errada*, estará dormindo em qualquer prateleira de arquivo a solução "verdadeira" - a coisa *certa*.

Lúcio Costa

De Lúcio Costa
Rio, 3.10.1945

Dr. Capanema

Conquanto não me seja *possível* comparecer à cerimônia de inauguração do edifício do ministério, desejo estar de algum modo presente, a fim de participar da satisfação de todos aqueles que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a realização dessa obra de significação internacional. Não se trata, na verdade, da simples inauguração de mais um edifício como tantos que se inauguram, a cada passo, por todo o país, mas da inauguração de uma obra de arquitetura destinada a figurar, daqui por diante, na história geral das belas-artes como o marco definitivo de um novo e fecundo ciclo da arte imemorial de construir

Foi, efetivamente, neste edifício onde, pela primeira vez se conseguiu dar corpo, em obra de tamanho vulto, levada a cabo com esmero de acabamento e pureza integral de concepção, às idéias-mestras por que, já faz um quarto de século, o gênio criador de

Le Corbusier se vem batendo com a paixão, o destemor e a fé de um verdadeiro cruzado.

De todas as sementes por ele generosamente lançadas aos quatro cantos do mundo - de Moscou a Nova York, de Estocolmo ao Prata foi esta, deixada aqui neste pequeno canteiro da esplanada do Castelo, no coração mesmo onde a cidade nasceu, a única, afinal, que de fato vingou.

Eis por que neste *oásis* circundado de pesados casarões de aspecto uniforme e enfadonho, viceja agora, irreal na sua limpidez cristalina, tão linda e pura flor - flor do espírito, prenúncio certo de que o mundo para o qual caminhamos inelutavelmente, poderá vir a ser, apesar das previsões agourentas do saudosismo reacionário, não somente mais humano e socialmente mais justo, senão, também, mais belo.

Mas como se explica uma tal ocorrência num meio técnico e culturalmente menos evoluído em relação aos grandes centros da América e da Europa, e num ambiente reconhecidamente pouco propício a empreendimentos de semelhante natureza? Ocorrência tanto mais singular quanto, correspondendo embora, apenas, a um movimento isolado e limitado dentro do quadro geral da nossa feia arquitetura contemporânea, em consequência dele, a tradicional posição de dependência em que vivíamos, nesse particular, para com a Europa e a América, de um momento para outro, se inverte: são agora os mestres arquitetos dos Estados Unidos da América e do império britânico que se abalam dos respectivos países para virem até aqui, apreciar e aprender. Que estranho encadeamento de circunstância tornou possível um tal milagre?

Antes de mais nada ele se deveu à sua presença, Dr. Capanema, no ministério. Fosse outro o ministro e o edifício não seria este. Foram as suas qualidades e, possivelmente, alguns dos seus defeitos que tornaram esta obra executável. Nenhum outro homem público, nem aqui nem em qualquer outra parte, teria tido a coragem de aceitar e levar a cabo, em circunstâncias tão desfavoráveis, obra tão radicalmente renovadora.

Amparado apenas, inicialmente, na intuição poética e no discernimento crítico de intelectuais como os senhores Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Rodrigo Melo Franco de Andrade, dentro em pouco a sua consciência da legitimidade dos princípios fundamentais defendidos nesta obra, adquiria tal força de convicção, que, apesar dos interesses políticos em jogo e do seu natural apego ao cargo que exerce com tamanha dedicação, o senhor soube arrostar bravamente a maré montante das críticas, correndo todos os riscos sem jamais transigir nem esmorecer no propósito de levá-la a bom termo.

Assim, pois, este monumento, além da sua significação como obra de arte, possui, ainda, um conteúdo moral: simboliza a vitória da inteligência e da honradez sobre o obscurantismo, a malícia e a má fé.

Mas a honestidade dos nossos propósitos teria sido vã, Dr. Capanema, não fosse podermos contar com dois cúmplices nos postos extremos de que dependiam, em última análise, todas as providências relacionadas com a obra - um no Catete, outro no seu gabinete: os senhores Getúlio Vargas e Carlos Drummond de Andrade. Cumplicidade que se manteve constante durante todo o transcurso da longa e acidentada empresa.

Quanto à minha contribuição pessoal, no caso, valeu por ter sabido estender o seu convite aos demais arquitetos que elaboraram, juntamente comigo, o projeto definitivo, baseado no risco original deixado por Le Corbusier para outro terreno, e finalmente o desenvolveram e levaram a cabo a respectiva fiscalização; mas valem principalmente por ter conseguido convencê-lo, no momento oportuno, da necessidade de obter a autorização do presidente para *mandar vir* Le Corbusier.

A presença entre nós desse homem genial foi decisiva para o atual surto da arquitetura brasileira.

Foi graças a esse convívio de apenas três meses que o excepcional talento do arquiteto Oscar Niemeyer - Oscar de Almeida Soares, conforme, no meu apego à tradição lusitana, preferia vê-lo chamar, que este é o seu legítimo nome - até então inexplicavelmente incubado, revelou-se em toda a sua plenitude: não somente na elaboração do projeto deste edifício e no do nosso pavilhão na exposição de Nova York, ainda com a minha participação; mas, sobretudo, nas suas incomparáveis construções da Pampulha e em outras obras espalhadas pelo país, nas quais se revela não só o nosso maior arquiteto, senão, também um dos maiores mestres da arquitetura contemporânea.

Esse fato mostra, bem ao vivo, como pode resultar fecunda a presença entre nós dos grandes criadores da arte moderna. E neste sentido, gostaria de fazer aqui, por seu intermédio, um apelo ao senhor presidente para que autorize a vinda ao nosso país do maior escultor da atualidade, Lipchitz, com o duplo propósito de concluir a sua obra destinada a este edifício e de propiciar aos nossos jovens escultores o mesmo benefício que resultou para os arquitetos da vinda aqui, em 1937, de Le Corbusier.

Pois já não se compreende que o ensino oficial do país ainda persista em não tomar conhecimento das grandes realizações da arte contemporânea, nem que edifícios como este sejam apenas a expressão de um movimento processado à sua revelia, movimento que ainda representa, de certo modo, a continuação e o desenvolvimento da fracassada reforma de 1931.

É justamente agora, quando, em consequência da separação dos cursos, se cogita da reforma do ensino artístico o momento oportuno de intervir com algumas medidas práticas, visando finalmente integrar as duas escolas no ritmo renovador já alcançado por aqueles artistas cuja obra verdadeiramente conta no desenvolvimento artístico do país.

Assim, por exemplo, para a escolha do diretor da Escola de Belas Artes na sua nova fase, manda o senso comum que se indague qual a figura internacionalmente reconhecida como mais representativa das nossas artes plásticas, a fim de, coerentemente, provê-la no cargo.

Sucedede, porém, que esse artista não é professor da referida escola e, nestas condições, de acordo com as boas normas universitárias, não poderá ser nomeado para aquela função. Mas se o caso é este, crie-se então nova cadeira de pintura com o propósito especial de nomear o senhor Cândido Portinari - nome que está no pensamento de todos - professor *catedrático hors-concours* e simultaneamente diretor.

Semelhante providencia, juntamente com o contrato do grande Lipchitz para reger um dos novos cursos de escultura e o aproveitamento do nosso Guignard numa qualquer das numerosas cadeiras de desenho, bastará para fazer o ensino acertar o passo com a vida e assim renovar-se de *fônd-encomble* a atmosfera da escola.

Quanto à nova faculdade de arquitetura, cujo diretor já foi recentemente nomeado, a medida que se faz sentir com mais urgência é o desdobramento da cadeira de "grandes composições" para a qual impõe-se a imediata nomeação do senhor Oscar Niemeyer, independentemente de concurso, pois, como no caso do Sr. Portinari, a repercussão internacional da sua obra dispensa tais formalidades.

Outra nomeação, a meu ver necessária é a do criador dos nossos novos jardins, o notável pintor Burle Marx, para a cadeira de "arquitetura paisagística", pois que é sobremodo desejável a presença de verdadeiros artistas plásticos entre os engenheiros do corpo docente da nova faculdade, a fim de tornar menos sensível a ferida recente da amputação.

Como estas medidas simples e práticas e que em nada afetam os direitos adquiridos dos demais professores, estarão definitivamente assentados os fundamentos da reforma do ensino artístico para benefício da nova geração.

Mãos, pois, à obra, senhor ministro, para que se não perca, nas futuras administrações, o fruto deste esforço comum.

Lúcio Costa

De Mário de Andrade
São Paulo, 30.4.1935

Meu caro Capanema,

Recebi seu telegrama agora mesmo, muito obrigado. Apesar da semana atrapalhadíssima que passei, desde que cheguei do Rio tenho pensado muito no que você me pediu. Mas sou obrigado a lhe confessar que a todo instante o fio do pensamento esbarra em ignorâncias naturais, de quem não está aparelhado pra um trabalho que abrange tão largo conhecimento. Além disso as minhas vontades de bem servir se quebram com a lembrança do que é a burocracia didática deste nosso país. Já tive experiência tão dura disso com a reforma do ensino do Instituto Nacional de Música, na qual tomei parte por convite do então ministro Francisco Campos ... Trabalhamos heroicamente, Luciano Gallet, Sá Pereira e eu. Pra quê? Pra o nosso ingenuíssimo idealismo se destruir todinho ante um organismo burocrático irremovível. E aliás fatal. Pra se reformar o Instituto, da maneira que imaginamos, carecia pôr à margem uma quantidade tal de professores, que nem o próprio Governo podia arcar com mais essa despesa. Hoje, aliás, sou o primeiro a confessar que a nossa reforma era irrealizável. Nós também estávamos delirando, naquele delírio de boa vontade e esperança de perfeição, que tomou a todos os Brasileiros inocentes, com os fatos da revolução de 30.

Em todo caso, algumas ideias me têm vindo agora com o seu pedido, e essas é que vou submeter à consideração de você. Se puderem lhe ser úteis ficarei satisfeítíssimo.

Se não me engano, o seu pensamento básico é dividir o ensino das artes em três academias: a Academia de Arquitetura e Engenharia, a Academia de Artes Plásticas e a Academia de Música e Teatro. Acho essa divisão excelente. Reunir a arquitetura à engenharia diretamente, é tanto estética como tecnicamente ótimo. Tecnicamente a arquitetura decorre diretamente da engenharia. E é justamente por estar sujeita às necessidades imediatas do destino do edifício e das exigências técnicas da engenharia, que esteticamente até agora se discute, sem esperança de solução, se a arquitetura faz realmente parte das "belas-arts" ou se apenas é uma "arte aplicada", como a culinária, a *toilette*, a cerâmica etc.

Há porém certas disciplinas que abrangem imediatamente todas as artes.

A Estética (na sua concepção filosófica), a História das Artes e a Etnografia. Neste ponto o que eu desejo submeter à sua apreciação é a criação, na Universidade, ou dum departamento especial de alta cultura artística, compreendendo essas três disciplinas e mais disciplinas afins (fonética experimental, laboratórios de acústica, discografia e cinegrafia etnológicas etc.), ou pelo menos a criação dessas três cadeiras. E os alunos das diversas artes seriam obrigados: a freqüentar, juntos, essas três cadeiras, nos seus últimos anos de curso. A freqüência em conjunto importa muito pra que todos adquiram uma orientação única, o chamado "espírito universitário", tão importante pra fixar o caráter cultural e nacional dum país. Quanto à ordem das três cadeiras, a de História das Artes deverá logicamente preceder a de Estética. A de Etnografia talvez convenha que vá conjuntamente com a de História das Artes, que lhe poderá servir de elemento comparativo.

Essas três cadeiras me parecem imprescindíveis pra um individuo ser artista brasileiro. Talvez nem cinco por cento dos nossos artistas tenham uma noção filosófica do que seja arte. Ninguém sabe o que seja o Belo, o que é a Arte, quais as relações dum

com outro, quais as funções da arte no indivíduo e na sociedade, quais os seus caracteres essenciais etc. Uma cadeira de Estética, tenha a orientação que der, seja materialista, seja espiritualista, siga Croce ou siga quem quiser: o essencialmente importante no momento é munir os nossos artistas duma orientação doutrinária (qualquer) - o que é o mesmo que lhes proporcionar uma finalidade social. Esta finalidade social será completada pela cadeira de Etnografia Brasileira, na qual estudando os nossos costumes, as nossas tradições, as suas origens, os seus processos, as tendências populares, as constâncias populares, o artista adquira uma base nacional, e não mais regional e meramente ocasional, de criação, por onde se tradicionalizar dentro da sociedade brasileira, e se justificar dentro da nacionalidade. Quanto à cadeira de História das Artes, estou cada vez mais convencido que as cadeiras seccionadas de História da Música, História das Artes Plásticas. História da Arquitetura etc. são truncadas e falsificadoras. Não inúteis, está claro: mas ineficientes. E têm o grave defeito, que no Brasil é imenso, de insular o artista dentro da sua própria arte, com uma incompreensão, que muitas vezes atinge a estupidez boçal, das outras artes. Ora, as artes não são mais que meios de expressão duma coisa só, a Arte. Não existem artes, propriamente falando: existe a Arte. E são justamente as cadeiras de Estética e de História da Arte, se bem conjugadas e articuladas uma na outra, que darão ao nosso artista essa compreensão simples e perfeita, a meu ver, da sua finalidade de artista. Enquanto a cadeira de Etnografia Brasileira, esta lhe dará a finalidade de artista, mas brasileiro.

Uma coisa, eu reconheço, é muito difícil nestas duas cadeiras de História da Arte e de Etnografia Brasileira: encontrar professores. Devido às próprias circunstâncias da nossa orientação cultural de até agora, os estudiosos dessas matérias - do poucos! - se têm seccionado desoladoramente. Um sabe Folclore e tudo ignora da nossa música ou da nossa arquitetura popular. Um sabe história da pintura e tudo ignora da história da arquitetura. Sobretudo a música é ignorada dos... outros, com uma abundância de coração que é de morrer de desespero. Mas talvez o filho de João Ribeiro, Joaquim Ribeiro, possa arcar com as responsabilidades da cadeira de Etnografia Brasileira. Tenho com ele mais que escassas relações pessoais, mas admiro os livros dele, o considero bem orientado, e talvez ele pudesse, possuidor da cadeira, levar os estudos também para o lado da música. Na verdade não existe nem poesia, nem mesmo música popular: o que existe é poesia cantada, com raras incursões pela música exclusivamente instrumental. Mas a música do povo depende imediatamente das suas formas de poetar e da sua dicção, da mesma forma que a poesia depende imediatamente das exigências do canto ou de exigências intrinsecamente musicais, cadências, concepção harmônica, quadratura estrófica etc.

Quanto às Academias particulares, de Artes Plásticas, e de Teatro e Música, não seria melhor aplicar uma subdivisão bem simplista de ensino? Eu imagino, por exemplo, qualquer escola de arte subdividida em duas partes, ou dois cursos: um Curso Preparatório e um Curso de Especialização, ou que outro nome tenha. O Curso Preparatório, reunindo as disciplinas elementares, levaria o estudante até o momento de criação. Uma coisa que eu tenho observado muito nos nossos artistas, é que eles se improvisam artistas, e absolutamente ignoram as bases técnicas da arte que praticam. São numerosíssimos os pintores que não sabem preparar tintas, que não sabem discutir as qualidades técnicas da tela. Impressionado por essa ignorância técnica é que o pintor Portinari me falou desesperadamente uma vez que, se ele fosse professor de pintura, havia de ensinar ao seu aluno a preparar tintas, qual o melhor material, a preparar a tela e seus materiais preferíveis, quais as exigências das cores primárias, como combiná-las, quais as exigências do desenho, como combiná-las com as das cores. E depois, ele me dizia, mandava o aluno embora, que pintasse por si. Está claro que esta frase, cheia de desespero e dita em conversa, é um bocadinho simplista, mas me impressionou enormemente pelo fundo de verdade que contém. Na realidade não se pode ensinar a ninguém o segredo do gênio. O que se pode ensinar é ser bom artífice, ser bom operário

da sua arte

Bom operário tanto no sentido técnico (que será a função das Academias especializadas) como no sentido estético (que será a função das cadeiras que lembrei atrás). Me esqueci, na frase de Portinari, uma circunstância. Ele me falava também em ensinar ao aluno como manusear os pincéis e como dispor as cores na paleta ... Como isso é profundamente verdade! Pincéis há milhares, todos com formas e possibilidades diferentes. Mas quantas e quantas vezes artistas nossos de real talento apresentam quadros fundamentalmente "errados" por estarem os seus criadores, no momento, usando um pincel que não correspondia com o elemento expressivo da pincelada que queriam dar!... Se me perco nestas considerações de detalhe, Capanema, é porque as nossas artes sofrem fundamentalmente da mais desoladora desorientação nesse sentido, a ausência do *métier*, do ofício, do operário. Ora tanto nos primitivos de qualquer espécie e de qualquer arte bem como na elevação suprema de qualquer orientação estética de qualquer arte, a primeira e mais importante lição que a gente recebe é justo essa: a presença do bom operário do seu ofício. Dante, Fídias como Palestrina foram maravilhosos operários das suas artes, da mesma forma que no primitivo das cavernas, ou em qualquer outro primitivo você encontra antes de mais nada o operário que se adentra no seu ofício e busca se acomodar às exigências das matérias de que dispõe.

De que maneira estabelecer divisão de disciplinas e de anos de curso?

Aqui dou de encontro à minha inenarrável ignorância nesse sentido. Só especialistas das diferentes matérias poderiam estabelecer essas divisões. Em todo caso ainda tenho uma consideração. Esse seccionamento de dois cursos, um Preparatório e outro de Especialização, ajuntado às considerações de ordem exclusivamente técnica, parece pressupor que sou um antiquado em didática, ainda daqueles tempos em que a gente enchia a cabeça do aluno duma imundice de definições e teorias áridas. Esse processo era horrendo e quebrou muitos ânimos. Não se trata disso. É justamente uma ausência de teorias e definições que imagino. Uma prática, uma prática quase exclusiva, um aprender brincando, um aprender praticando imediatamente. Só que aprender realmente a fundo as bases práticas e técnicas do *métier*. Em música, por exemplo, que por dever de ofício sei um bocado mais, me parece que se poderia tirar da amiga reforma, feita por Luciano Galler, por Sá Pereira e por mim, os cursos e elementos desse aprender brincando as bases técnicas do ofício de musicista. Era pela dança do método Dalcroze e pelo canto coral principalmente que conseguíamos dar ao estudante as bases técnicas que só em seguida o dispunham para a especialização futura. Repito: a nossa reforma era uma utopia de idealistas em delírio de grandeza e perfeição. Mas de dentro dela é possível tirar as bases duma reforma mais acomodatória e mais viável.

Os problemas de teatro e de dança me parecem dificílimos de solucionar com a prata da casa. Tudo é tradição conservadora e horrenda, no teatro. E na dança não existe coisíssima nenhuma de organizado. A base da dança erudita é a chamada "dança clássica" ítalo-francesa. Não sei de ninguém no Brasil que a saiba em condições de a ensinar. Seria preciso chamar um professor de fora, preferivelmente da ópera, de Paris, onde parece que as tradições são mais puras e mais bem conservadas. A isso, a essa base de operário, é que depois se ajuntariam as criações mais livres do bailado contemporâneo, os processos russos, o expressionismo alemão, o ginasticismo das danças modernistas. E a estilização, por gente que tenha observado *d'après nature*, das danças coletivas e individualistas nacionais.

Não sei se estas sugestões tão rápidas lhe poderão ser úteis, meu caro Capanema, porém é tudo quanto tenho em mim no momento. Momento árduo, você bem pode imaginar de preocupações que não eram minhas e que o emprego novo me deu. Se por acaso você desejar qualquer esclarecimento a mais, bem como se quiser estar a par das tentativas municipais que fizemos aqui no Departamento de Cultura, para melhorá-las aí e lhes dar alcance mais largamente nacional é só dizer, que estarei

sempre às suas ordens com o máximo prazer.

M. Andrade

São Paulo, 1.6.1936

Meu caro Gustavo Capanema,

Agora sou eu que venho lhe fazer um pedido. Mas não se assuste: não é emprego pra ninguém não.

O número da Revista Brasileira de Música, aí da Universidade Federal, dedicado a Carlos Gomes, vai sair realmente conspícuo. Também eu ajudei a construí-lo, e vai com o carinho de todos. Mas todos nós sonhamos com umas palavras de abertura, questão de 15 ou 20 linhas, numa página inicial em branco, assinadas por você.

O pessoal amigo aí do Rio me contou desolado que você dissera não ter tempo pra isso. Eu compreendo muito bem que apesar do pouco a escrever, e por isso mesmo, a coisa exija esforço e cuidado, mas tomei para mim a iniciativa de insistir, desculpe. Não podemos ficar sem você que no momento é realmente a figura simbólica, pelo seu trabalho pessoal, dos esforços culturais que vamos fazendo uns e outros. Simplesmente porque você é o que mais faz. Vamos a ver se com um esforcinho você nos garante essas 20 linhas necessárias. É uma questão moral, Capanema. Uma questão de ordem e equilíbrio, uma questão, não de ministro (no sentido político) mas de ministro de educação (no sentido de organização nacional). E que você de fato encarna.

Com um abraço do

Mário de Andrade

São Paulo, 10.2.1938

Meu caro Capanema, desculpe estar lhe escrevendo neste papel, mas não acho outro melhor.

Estive ontem com o Brecheret, dei-lhe todas as indicações que achei necessárias, sem lhe mostrar a sua carta, como você me pediu. O Brecheret andou pensando, estudando o caso, e acabou pedindo dez contos pelas duas *maquettes* pedidas, a da estátua inteira, 50 cm e a da cabeça do homem com 40 cm mais ou menos, tudo em gesso. Não me senti autorizado a mais coisa nenhuma e lhe reporto o pedido dos dez contos para que você resolva e mande me dizer se aceita. O Brecheret compromete-se a dar as *maquettes* prontas 30 dias depois da encomenda feita. Obtemperou, porém, que por mais naturalista que faça a estátua esta terá de alguma forma que obedecer à natureza do material empregado, isto é, o granito, e portanto se sujeitar a uma tal ou qual estilização. Realmente ele está certo esteticamente, mas nada posso acrescentar sem que se veja o que ele fará. Limitei-me a recomendar a ele praticasse o mínimo de estilização possível, caso lhe seja feita a encomenda das *maquettes*. Espero pois alguma notícia sua a respeito.

Falta lhe falar na encomenda que você me fez. Sou obrigado a lhe confessar que desta vez soçobrei completamente. Você me desculpará ter falhado por esta vez, mas estou que não consigo reunir duas ideias úteis. Fazem quase três anos, isto é, mais até de três anos que não tenho o menor descanso intelectual, a última vez foram 15 dias em dezembro de 1934. Estou entregando os pontos, num esgotamento intelectual e moral

completo, de que não é causa menos importante a inquietação e o desgosto de que estou ultimamente possuído. Estou positivamente exausto, não posso mais. Meu trabalho não rende nem 50% do que costuma render. Estive uns dias pensando sobre o Serviço cujo anteprojeto você me pediu e acabei desistindo, Nem sequer consigo ler com eficiência, pra consultar as obras que necessitaria consultar. É o fracasso. É principalmente a imagem dolorosíssima do fracasso, fantasma assustando a gente, e bem mais pior que o próprio fracasso, que (uma realidade simples. Peço-lhe por favor, Capanema, que me perdoe e só por esta vez não conte comigo. O mais trágico é que cheguei a este ponto de fadiga mental justo num princípio de ano, momento em que não me é possível de forma alguma, abandonar o posto por causa das iniciativas. Cheguei assim mesmo a pedir umas férias ao prefeito, mas ele torceu o nariz e desconversei. Irei aguentando. me arrastando, em muita melancolia, até que se dê um jeito nesta vida.

Mais uma vez, peço-lhe que me perdoe a incorreção de falhar e me acredite o seu muito devotado admirador,

Mário de Andrade

São Paulo, 18.2.1938

Meu caro Capanema,

Já falei com o Brecheret e ele aceita fazer mais a *maquette das Amazonas* galopando pelos mesmos dez contos. Aliás já principiara os estudos para o Homem Brasileiro e me diz que provavelmente, como para ele Carnaval não existe, tudo estará pronto para a semana posterior ao Carnaval. Acho que toda a conveniência que, *maquettes* prontas, ele mesmo vá ao Rio levá-las e discuti-las. Se julgar assim também, mande-me os passes para o escultor.

Muito lhe agradeço a confiança em mim quanto ao projeto que me pediu. Aguardarei as primeiras pazes deste meu espírito fatigado para organizar o trabalho. Que será feito com o entusiasmo de sempre. Mas ... pazes, meu Deus! pazes pra este meu espírito! ... Agora mesmo vejo o Departamento (eu, no caso) lançado em duas empreitadas ferozes: uma viagem etnográfica franco-brasileira aos Nambicuará e Pareci, a que o Governo francês acaba de convidar o Departamento de Cultura e topamos e a organização para os festejos do cinquentenário da Abolição, de um cortejo e coroamento de reis de Congo, tais como se realizavam na Colônia. Vamos retraditionalizar o costume aqui, coroando rei e rainha, aos dois negros mais velhos do Município não é engraçado?

Bem, desculpe estar parolando assim. Quero ver se pela semana do Carnaval ou seguinte irei visitá-lo. Ah! ia me esquecendo a razão principal desta carta!

Quando aí estive tomei nota do Serviço do Patrimônio Documental Nacional cujo anteprojeto de organismo- você me pediu. Ora, nas minhas notas encontro três títulos diferentes: Serviço do Patrimônio Documentário; Serviço do Patrimônio Bibliográfico e Serviço do Patrimônio Tecnológico.

Minha cabeça esqueceu totalmente várias coisas aí:

Você quer três organismos diferentes, ou um só? Que entende você exatamente por "Patrimônio Tecnológico"? Peço-lhe, assim que tiver um tempinho me responder estas duas perguntas ou fazê-lo pelo nosso Carlos, que suponho completamente bom.

Muito ao seu dispor e amigo

Mário de Andrade

São Paulo, 10.5.1938

Meu caro Capanema

As coisas estão se definindo enfim e não parecem muito claras de cor para o Departamento da Cultura. O novo prefeito é um urbanista notável, parece excelente escolha para a Cidade. Sob o ponto de vista cultural, departamental nada consegui apurar por enquanto. Hoje estive com ele para apresentação como de direito de minha demissão, e a conversa não foi nada animadora. Falo em relação ao Departamento, e não a mim. O prefeito mostrou-se duma reserva, duma ausência que me deixaram profundamente inquieto.

Por outro lado, sei de fonte limpa que dos homens do PRP que subiram agora, uma fortíssima corrente deseja a extinção, pura e simplesmente, do Departamento de Cultura. Outra, mais moderada, sustenta a necessidade de sua conservação, acabando-se apenas com certas "brincadeiras" inúteis. Não erro certamente em supor que tais brincadeiras sejam a Discoteca Pública, as pesquisas de Folclore e Etnografia, quartetos, trio e corais. Essas foram as pastas sempre caçadas pelos homens do PRP nas câmaras estaduais e municipais. Ora, para seu governo lhe conto simplesmente que Praga acaba de nos pedir a constituição e regulamento da nossa Discoteca Pública, para organizar a Discoteca Nacional da Tchecoslováquia; o arquivo de Fonogramas. do Museu de Ciência Folclórica de Berlim, acaba de nos propor a troca dos seus fonogramas ameríndio-brasileiros pelos nossos; e mais de uma dezena de quartetos novos já foram compostos por causa exclusivamente do nosso quarteto e seus concursos, bem como perto de cinquenta peças corais compostas exclusivamente por causa da existência dos nossos corais.

Você, com sua amizade boa, se ofereceu a pleitear o que pudesse pelo Departamento, quando parti daí. Imagino que uma palavra sua ou do Presidente por certo seriam, se não a salvação, pelo menos a garantia de um órgão que tenho a convicção de ser admirável, que é utilíssimo ao Brasil, e em três anos conseguiu larga divulgação e respeito internacional. Afirmo jurando a você que nada, absolutamente nada pleiteio pra mim. Se um dia pleitear pra mim será pra um lugar a seu lado. Mas lhe garanto que o Departamento merece o carinho de um Ministro como você.

Com a melhor dedicação

Mário de Andrade

Rio, 22.6.1938

Meu caro Gustavo Capanema

Depois da nossa conversa, me pus refletindo muito sobre o meu Caso. E sou obrigado a lhe confessar mais uma vez que o posto de diretor do serviço teatral eu não posso mesmo de forma alguma aceitar. É um lugar de projeção muito brilhante e muito violenta, vou lutar certamente muito e vou certamente fracassar. A sua oferta me encontra derreado, despido de muitas das minhas ilusões e sem o menor desejo de me vingar de ninguém. Preciso de trabalho e estou sempre disposto a trabalhar. Mas não quero lutas fortes, não quero gritaria em torno de mim.

Você não me conhece intimamente, pelo menos o nosso contato não durou ainda o tempo suficiente pra você ter certeza pelas frestas dos atos da verdadeira perfeição da minha sinceridade. Mas o Carlos me conhece muito e poderá lhe afiançar que esta recusa só poderá derivar de uma impossibilidade real.

Desejo trabalhar a seu lado mas o que você me propõe é superior às minhas forças atuais.

O que me deixa desesperado é a delicadeza da minha situação. Não queria dar nenhum desgosto a você, aceitando o lugar que me oferecem e que sei não ser da sua simpatia. Mas por outro lado, seria simplesmente pretensioso da minha parte, como que me pôr em leilão, pedindo a você descobrir de momento outro lugar pra mim no Ministério, quando você mesmo me contou a impossibilidade disso por enquanto. E ainda por outro lado, não posso mesmo ficar mais em São Paulo, porque acabarei estourando com tudo. Veja você como minha situação é delicada. Resolvi, pois, como ponto final deste desespero de que o Rodrigo foi testemunha, pedir a você que me conceda aceitar o lugar que me oferecem na Universidade. Por meu lado eu me comprometeria a quando chegar o tempo de você pôr em execução os seus projetos tão admiráveis, abandonar tudo, sem mesmo a menor preocupação de ganhar mais ou ganhar menos, e ir trabalhar a seu lado, se você então ainda precisar de mim.

Ainda não aceitei o lugar na Universidade e sem uma palavra sua, ou de Carlos por você, ficarei no meu lugar paulista.

Espero pois qualquer palavra sua, de sentimento ou não, ficando sempre certo que de forma alguma nossa amizade periclitará, nem muito menos minha devoção pela sua atuação de Ministro.

Muito sinceramente,

Mário de Andrade

Rio, 23.2.1939

Meu caro Capanema,

Estive refletindo bastante estes dias e percebi definitivamente que não poderia aceitar o cargo de dirigir a Enciclopédia, no Instituto do Livro. As razões que tenho pra isso são as mesmas que já lhe dei e a que você respondeu. Não pude verbalmente insistir nelas porque tenho uma espécie de defeito de alma que me põe sempre demasiadamente subalterno diante das pessoas altamente colocadas. Por mais amizade que lhe tenha e liberdade que tome consigo, sempre é certo que diante de você não esqueço nunca o ministro, que me assusta, me diminui e me subalterniza. Isto, aliás, me deixa danado de raiva e é a razão por que fujo sempre das altas personalidades. Por carta e de longe, posso me explicar com menos propensão ao consentimento.

É certo que o posto da Enciclopédia me interessa muito, e conseguiu acordar em mim um entusiasmo que os diferentes reveses dos últimos tempos tinham adormecido. Deixe também agora que lhe diga, com a maior lealdade, que não foi o menor destes reveses a destruição da UDF. Não pude me curvar às razões dadas por você pra isso; lastimo dolorosamente que se tenha apagado o único lugar de ensino mais livre, mais moderno, mais pesquisador que nos sobrava no Brasil, depois do que fizeram com a Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo. Esse espírito, mesmo conservado os atuais professores, não conseguirá reviver na Universidade do Brasil, que a liberdade é frágil, foge das pompas, dos pomposos e das pesadas burocracias.

A minha recusa em dirigir a seção da Enciclopédia tem por principal razão - e única insolúvel - o compromisso assumido pelo Augusto Meyer com o Américo Facó. É cena que considero também desmesurada essa Seção da Enciclopédia, com esta e mais um dicionário e uma gramática por fazer. Desmesurada em relação "às outras seções e a si mesma.

Na realidade são duas seções, pois se dicionário e gramática "nacionais" se relacionam intimamente e devem pertencer a uma só orientação nada têm eles que ver com uma enciclopédia, a não ser, o dicionário, a forma por verbetes. Mas isto não é razão insolúvel nem o trabalho jamais me assustou.

O América Facó é uma pessoa muitíssimo culta, muito inteligente e cuidadoso dos seus deveres. A ele me ligam velhas relações de boa camaradagem. Está sem emprego e convidado há vários meses para dirigir a seção, aceitou o cargo, e está esperando sem cuidar de arranjar outro. Ora, eu sinto dentro de mim que jamais ficaria satisfeito e em paz comigo tomando o lugar de ninguém. Contra isso você responde firme que, pelo conhecimento que tem da minha fé de ofício, me prefere a mim; que preliminarmente já me convidara pra esse lugar; que quem escolhe definitivamente, para proposta ao Presidente, é você.

Tudo isso está perfeitamente certo, mas nos separa uma distância irreduzível de pontos de vista. As suas razões são razões de ministro, as minhas são razões de homem. Você decide com o áspero olho público, mas eu resolvo com o mais manso olhar de minha humanidade.

Meu caro Capanema, ficarei esperando. Algum dia ainda há de aparecer um posto em que eu possa ser útil, e que seja como esse da Enciclopédia, igualmente trabalhoso e, como eu gosto, sem muita projeção, em que eu não tenha a lutar contra inimigos, nem me veja todos os dias jogado na boca dos jornais.

Peço-lhe ter a generosidade de aceitar essas razões de recusa, porque de outra forma, você criaria uma situação irrespirável pra mim. E me agrada trabalhar a seu lado.

Mário de Andrade

Rio, 7.3.1939

Meu caro Capanema,

Mais uma vez sou obrigado a me dirigir por carta a você, mas a razão agora é muito outra e menos sentimental. É que, no domingo, fui obrigado inopinadamente a me operar de um quisto sebáceo que, machucado, ameaçava degenerar. O resultado é uma prisão na imobilidade, enquanto os tecidos da perna se refazem lerdamente ao calor.

O que me leva a lhe escrever é uma coisa muito desgraçada para mim. Soube hoje, por uns amigos, que se está tecendo por aí uma calúnia inconcebível a respeito do Instituto do Livro: que você e eu estávamos mancomunados para atrapalhar o andamento e a organização do Instituto do Livro, de forma a obrigar o Augusto Meyer a pedir demissão, ficando eu com o lugar!

Sei bem, meu caro Capanema, que você pode ser superior a semelhante baixaza, já insensibilizado por outras idênticas que terá sofrido e calejado pelo seu duro cargo de Ministro. Mas eu não pude mais trabalhar o resto do dia.

Venho por isso lhe suplicar que resolva o mais rapidamente, se possível no seu despacho de segunda-feira próxima com o Presidente, as nomeações do pessoal para o Instituto.

Realmente nada mais prende essas nomeações, e deixá-las pra mais tarde me parece prejudicar uma das mais belas instituições que você criou. Além do que, um ano já de inatividade do Instituto está prejudicando bastante a figura intelectual do Augusto Meyer que você, comigo, reconhece entre as mais nobres do Brasil atual.

Nada mais prende as nomeações e consequente ação do Instituto. Você já escolheu os nomes propostos, só faltando se decidir pelo Américo Facó, que certamente eu não posso substituir sem que o caso dele se solucione. Porém, mesmo deixando por enquanto a Seção da Enciclopédia e Dicionário sem chefe, nada impede mais que as outras nomeações se façam e tudo se solucione.

Inda mais: você pretende mesmo desdobrar futuramente a Seção Enciclopédia e Dicionário em duas, ficando numa o Dicionário e a Gramática e noutra a Enciclopédia. Pois nomeie agora o Américo Facó para a Seção tal como está., me comprometendo eu, quando for do desdobramento, a ficar com a Seção da Enciclopédia, para a qual irei desde já estudando um plano.

Mas na verdade nada disto me interessa no momento. O que me move exclusivamente é o desejo de destruir uma calúnia cruel que me fere excessivamente. Não pude mais ter pensamento neste dia que lhe escrever esta carta, e vir lhe suplicar por tudo quanto eu lhe possa valer, fazer-me o favor dessas nomeações.

Quanto aos trabalhos que você me encomendou estão em forte avanço.

Já vou datilografando a reforma da ENBA no intuito de discuti-la preliminarmente com alguns artistas mais verdadeiros, para então redigir o projeto de Decreto, para sua decisão. Quanto à EN de Música, também já estudei a reforma proposta pela Congregação, ou coisa que o valha, da mesma e que achei muito boa. Com mais alguns acrescentamentos e mudanças relativos ao curso de composição que está exigindo mais unidade e liberdade, creio que a Escola ficará excelentemente constituída.

Espero ir vê-lo segunda ou terça-feira próxima. Muito seu,

Mário de Andrade

Rio, 30.6.1939

Meu caro Capanema.

Estou completamente desesperado e não suporto mais esta situação. Ontem, com muita dificuldade, o Instituto do Livro pôde me pagar os dois últimos contos de réis daqueles dois meses de fevereiro e março, que fui obrigado a ficar aqui no Rio, em trabalhos para o seu Ministério. E isso foi pago com recibos atribuídos a trabalhos nos meses de maio e de junho. Ora, hoje se acaba o mês de junho e como nem este nem o de maio me foram pagos, fico por receber cinco contos e quatrocentos (dois contos e setecentos por mês) que não tenho esperança de receber tão cedo, se esperar pelas possibilidades muito futuras do Instituto. Venho pedir a você que me faça pagar isso imediatamente, e por outra via possível aí do Ministério, pois estou numa situação insustentável, crivado de dívidas ridículas, sem cara mais pra me apresentar a certos amigos, que positivamente não têm obrigação de me sustentar. Felizmente não estou acostumado, em quarenta e cinco anos de vida, a viver de expedientes e situação penosa. O resultado é um desespero, uma inquietação, uma desmoralização interior que

não mereço, e a que, espero, o Ministério não tem razão para me obrigar.

Além disso há o caso da minha nomeação. Eu tenho elementos para me colocar, mas não posso me utilizar deles devido ao compromisso assumido com você. Serão empregos menos agradáveis pra mim, como o caso, já possível agora, de voltar para o Departamento de Cultura em São Paulo. Além disso, sei pelo Antônio Sá Pereira que o Lino Sá Pereira estudaria com agrado a possibilidade de me colocar junto dele. Repito: muito mais agradável pra mim será trabalhar com você, no Instituto do Livro, mas se não é possível, suplico mais este favor a você de me dizer francamente o que há, pra que eu me arranje. O que não aguento mais é a incerteza desta espera, e a vida estúpida que estou levando, fazendo gastos com apartamento que talvez não deva, vivendo como talvez não possa, me endividando, inventando meios de viver. Não aguento mais, já estou praticando atos ridículos, que tenho vergonha de reportar aqui

Peço a você que decida estes dois casos com a possível urgência, Capanema, e não me deixe nesta invalidez que me impede de agir. Sempre certo de que qualquer resolução não prejudica a boa amizade.

Muito seu

Mário de Andrade

Rio, 4.10.1939

Meu caro Capanema,

Acabo de conversar com você sobre coisas da Enciclopédia e outras e como bom caipira não tive coragem pra lhe falar sobre outro assunto bastante grave: dinheiro.

Recebi anteontem a minha primeira mensalidade como Consultor Técnico, dois contos e trezentos que, com os descontos, me chegaram reduzidos a dois contos cento e vinte mil e níqueis.

O último pagamento que recebi por seu mandado, cinco contos e quatrocentos, correspondentes aos meses de maio e junho, (recebidos em princípios de julho) fugiram nas dívidas que eu fizera pra me sustentar nesses meses passados.

Assim, julho e agosto foram meses em que nada recebi e fui obrigado a viver com novas dívidas e biscates de jornal. Como você a penúltima vez que estivemos juntos falou em me mandar pagar esses meses e a minha situação é bastante desagradável outra vez, pergunto apenas se não *lhe* seria possível mandar me pagar alguma coisa por esses dois meses de julho e agosto. Seria um sossego meu e pagamento imediato de dívidas feitas por me conservar aqui, ao serviço do seu Ministério. Muito lhe agradeceria.

Muito seu, sinceramente

Mário de Andrade

Rio, 23.12.39

Meu caro Capanema,

Já entreguei ao Meyer, e está sendo datilografado, o anteprojeto do plano básico da Enciclopédia. Breve chegará às suas mãos. Agora, como prometo no Anteprojeto, devo fazer um estudo particular sobre os verbetes das grandes enciclopédias existentes, mostrando incongruências, leviandades, omissões (especialmente nos verbetes biográficos), propondo esquema e normas para os verberes da *Enciclopédia Brasileira*. Estou exausto e bastante doente. Além de um esgotamento nervoso total, cheio de fobias e o diabo, ainda agora rins e fígado deram de me maltratar. Tenho que cuidar de

mim, senão estouro. Sei que o caso é bastante grave e não admite paliativos. Parto para São Paulo, onde ficarei umas duas semanas fazendo o tratamento mais urgente e também cuidando dos dentes, e depois, conforme os resultados, vou para Lindóia, às águas, ou para uma fazenda amiga. Meu cargo não exige presença diária no Instituto do Livro e lá só vou quando necessário. Aliás levarei comigo o trabalho sobre verbetes, que trarei pronto. Também meu cargo não permite licença, por ser de contrato. Se você puder fechar os olhos sobre este meu descanso e tratamento, é um grande favor. Se não puder, paciência. Apenas lhe peço me avisar por uma palavrinha sua ou do Carlos, pra meu governo.

Com um abraço grato e amigo do

Mário de Andrade

Rio, 2.7.1940

Meu caro Capanema,

Retiro, do esquecimento um papel de carta excelente, sério e ... alemão que tenho pras grandes ocasiões, só na intenção de lhe agradecer o monumental Barleus. Para retribuir a magnificência da aferra, lhe como agora que salvei a edição de um defeito. Repare que na justificação de tiragem, no fim, tem um espaço maior depois da palavra Ingres. E que esta fora impressa "Ingress" coisa que ainda pude surpreender aquele dia em que estivemos juntos nas oficinas do Ministério. Chamei a atenção do seu Sousa e os demais foi apagado em tempo.

Passei outro dia no Ministério para lhe comunicar que estou morando agora na Ladeira de Santa Teresa, 106, fone 425554. Me mudei para as alturas para me afastar mais dos homens e obter uma aparência de frio.

Não me queixo mas continuo sinecurizado, sem trabalho. É lástima este pouco aproveitamento de mim, que sei trabalhar. Insisto na minha proposta da última vez! Eu faria um ofício a você lhe propondo trabalhar de acordo com o Serviço do Patrimônio, na futura colaboração deste na Enciclopédia, pondo a meu encargo (sem mais ajuda de custos) preparar os verberes de folclore musical brasileiro, e fazer pesquisas sobre a arte colonial paulista. Pra isto me transportaria em viagens (residindo sempre aqui) pra São Paulo, por causa das pesquisas e da Discoteca Pública Paulista, única que tem documentação folclórica colhida cientificamente. Viria ao Rio pelo menos mensalmente, enviando também mensalmente relatórios a você, ou a quem você indicasse, sobre a marcha dos meus trabalhos.

Acredite que não é meu interesse em viver em São Paulo que me leva a este alvitre, embora esse interesse seja enorme. Há um interesse mais puro em trabalhar, em me sentir eficiente, em concluir os meus trabalhos, sem me sentir pago para não fazer quase nada.

Carta de gratidão que acaba em pedido, deve ser coisa que não se faz.

Tome isto como parte daquela liberdade em que me sinto seu amigo e verdadeiro admirador.

Mário de Andrade

São Paulo, 30.5.1941

Capanema,

Acabo de receber sua carta. Você tem toda a razão nisso de eu não ter aparecido, quando você esteve aqui. Mas não me chame de ingrato, me chame de insuficiente. Só pensei em você naqueles dias, devorava todas as notícias como um namorado batido, mas só a simples ideia do mal-estar que iria sofrer, aparecendo no meio de indivíduos pra mim indesejáveis, me dava tais suspiros de horror que desisti de tudo. Você, se não puder se rir da minha covardia, ao menos me perdoe.

Hoje, faço agora à tarde uma conferência na Cultura Artística sobre "O Romantismo e a Música" e logo em seguida terei jantar e consequente farrinha com alguns amigos - descanso justo de uma noite, pra quem trabalhou tanto estes dias. Amanhã mesmo levarei seu questionário ao Simonsen e ao Taunay, e cuidarei de responder no que me cabe, como seu amigo fidelíssimo e auxiliar em tudo quanto possa.

Abraços

Mário de Andrade

São Paulo, 1.3.1942

Meu caro Capanema

O Instituto Interamericano de Musicologia, por intermédio do seu diretor, O Prof. Curt Lange, de Montevideú, pretende dedicar o quinto volume do seu Boletim ao Brasil. Todos os números já saídos do Boletim têm sido custeados pelos governos dos países americanos, e sei que você prometeu ao Curt Lange a assistência do Ministério ao número brasileiro em projeto. Se de alguma coisa lhe vale a minha opinião, preciso lhe dizer que considero muito útil esse número especial O Boletim é hoje considerado universalmente, tem uma distribuição larguíssima e já publicou estudos de interesse fundamental.

Estou me dedicando quanto posso por esse número especial sobre a música brasileira. Não sei por enquanto o que sairá, e é certo que a musicologia brasileira ainda é muito pobre para que possa dar um volume inteiramente valioso. Mas resolvi tomar a peito esse problema da colaboração, pra ver se conseguimos alguma coisa que não nos envergonhe, impondo colaboradores, lembrando ideias. E em tempo, se tiver certeza de que a coisa vai sair vergonhosa, lhe avisarei com lealdade e retirarei minha colaboração.

Com um abraço do

Mário de Andrade

Rio, 4.5.1942

Meu caro Capanema,

Estou para lhe desejar boas-festas e mais um ano fecundo para a sua administração, o que faço agora.

Quero porém lhe participar também outra coisa. Venho lhe pedir que me desligue do emprego que me deu, pois desejo me mudar para São Paulo e voltar definitivamente para a minha e sempre sua casa da rua Lopes Chaves, 546.

As razões disso são muitas e não posso estragar seu tempo dizendo-as todas. Mas esta insolubilidade da minha vida, vivendo eu aqui e tudo quanto é meu em São Paulo,

acabou me desesperando de uma vez. Não posso trazer tudo pra cá, seria loucura. Você bem pode imaginar o que isso acarretaria de atrapalhão e despesas nesta cidade de luxo, manter uma biblioteca de perto de dez mil livros, outro tanto de músicas, dois pianos e uma coleção bastante numerosa de obras de arte.

Faz três anos que vivo assim pela metade, sem continuar meus estudos nem terminar meus livros pela falta do que ficou lá. A bem dizer não fiz nada de útil nestes três anos, ou pelo menos, nada que me iluda em minha possível utilidade, e acabei adquirindo uma consciência muito firme de que estou me desmoralizando. E não posso mais suportar esta consciência de desmoralização pessoal que está me perseguindo há vários meses.

Dia 9 deste parto para São Paulo em gozo de férias, estarei de volta dia 30. Desejava, antes de partir, conversar um bocado com você, se possível. Uns minutos apenas, para regularizar minha situação e lhe agradecer de viva voz o que você tem generosamente feito por mim. Levarei de você a mais grata das recordações por tudo, pelo entusiasmo, pelas suas intenções públicas sempre realmente úteis e criadoras e pelo seu admirável trabalho já realizado. Estes valores, para mim, são mais fáceis de dizer por carta, que tenho sempre muito pejo de elogiar as pessoas na frente delas. Por isso deixo aqui a expressão mais sincera da grande admiração que lhe tenho e pela obra de cultura que você está realizando. Faço votos, que ela continue por muitos anos. Com a maior gratidão do

Mário de Andrade

São Paulo, 4.5.1943

Meu caro Capanema,

Recebi recado pelo Drummond de que devia procurar você no dia seguinte ao da conferência. Mas sucedeu que devido às "festas" da noite com os amigos, só me acordei às 17 horas e era primeiro de maio! era tarde. No dia seguinte, voei logo de manhã pra cá, cheio de vergonha, de remorso, de amargura por não ter obedecido a sua ordem. Agora venho lhe pedir perdão, coisa que só depende da sua amizade. Minhas razões são insuficientes e me sinto culpadíssimo.

Mas, como sempre, estou sempre ao seu dispor. Sei que você está ocupadíssimo com a reforma do ensino. Se acaso desejar alguma coisa de mim, peça ao Carlos que me explique o que você quer, pra que eu cumpra o meu dever.

Sempre, devotamente seu,

Mário de Andrade

São Paulo, 13.7.1943

Meu caro Capanema,

Cheguei das minhas férias e encontro o seu telegrama aqui. Infelizmente desta vez soçobra por completo. Conheço o pintor Gino Bruno apenas por saber de quem se trata, mas nada sei a respeito da obra dele nem do valor dela, pois esse artista raro expõe ao que me disseram. E quando expõe, o faz em exposições coletivas que não frequento, nem me passa pela cabeça frequentar. Seria o cúmulo do autoritarismo, pois, que eu desse opinião sobre uma arte que eu não sei ver. Será preferível que você procure alguém que esteja "do outro lado", como diria o nosso Sérgio Buarque de Holanda. Eu não posso desta vez. Por escrúpulo pessoal e dever de justiça pra com esse artista.

Seu amigo fiel, grato e às ordens

Mário de Andrade

São Paulo, 19.8.1943

Meu caro Capanema

Lhe escrevo, nem sei bem pra que lhe escrevo. Escrevo pra pleitear o favor do grupo do Bruno Giorgi. Estive no ateliê dele e fiquei entusiasmado. Fez dois grupos, como você verá, um seguindo as linhas da sua encomenda, outro de inspiração livre. Os dois são muito bons, e o das duas figuras marchando, como você quer, além do ritmo geral muito bem achado, tem o movimento do pescoço e a cabeça do rapaz que é uma gostosura de dignidade juvenil.

Mas pleiteio pelo grupo parado, que acho inteiro de uma grande beleza. E aqui eu insisto sobre a "dignidade" juvenil. Franqueza: eu tenho horror a certas exigências que você fez e que considero muito mais do sentimento da gente que do valor da escultura. Em principal os dois problemas dos moços estarem em atitude de marcha e estarem vestidos. Às vezes até eu chego a imaginar que a escultura só tem uma finalidade, e essa sublime: o corpo nu. Não falo o baixo-relevo que esse é um desenho em pedra e pode ensinar coisas; falo da escultura em *ronde horse*. Acho infeliz a solução de *mai//ot* sem linhas que o Giorgi deu ao corpo feminino. Mas observe, meu Ministro, o grupo nu. É uma pureza linda, é uma dignidade nobilíssima de corpos moços e da pedra.

Falar em pedra, não será um horror você pedir bronze em vez de granito? Se é questão de preço, o Giorgi saberá lhe explicar muito melhor que eu, que se a encomenda for realizada aqui, o grupo em granito ficará talvez mais barato do que se fosse fundido em bronze aí no Rio.

O grupo do Giorgi pede, exige, tem saudade da pedra. Palavra de honra que não estou ganhando nada com este pleiteio. É questão de entusiasmo. Lhe peço com toda a fidelidade de amigo que observe bem esse grupo do Giorgi e não faça desejos simbólicos. Essa mocidade que ele imaginou é escultura da boa, é pedra e é a mocidade em tudo o que ela possa ser de dignidade e pureza. É o meu modo de pensar.

Com o abraço amigo e fiel do

Mário de Andrade

São Paulo, 16.10.1943

Meu caro Capanema,

Não posso lhe escrever muito. Estou aqui estirado, condenado à imobilidade pelos

médicos. Coisa que provavelmente não terá grande gravidade, nem sei, mas que também não tem graça nenhuma. Desculpe lhe falar nisso.

Recebi as fotografias que você me mandou e, antes, o telegrama em que você me autorizava a dar minha opinião. Não sei, Capanema, deixe porém que eu aproveite a vantagem de estar bastante doente pra lhe confessar que eu ando meio ... não sei como dizer, meio desamparado por você. Eu acho que não deve ser difícil de aceitar que a um indivíduo apaixonado, rápido e oito ou oitenta que nem eu, os sustos começam a perseguir quando ele vê as suas opiniões, não desrespeitadas isso não, mas desaproveitadas. O que eu estou lhe dizendo não é nem por sombra uma queixa, nem eu estou culpando você por isso, mas é natural que os sustos me desanimem. Que a minha vaidade entre neste desânimo não há dúvida, porém é certo que entra mais uma espécie de pressentimento de inutilidade, que pra meu jeito de ser maltrata mais que a vaidade. Rasgue esta carta e volte às suas preocupações mais úteis, se você descobrir impertinência nisto que é apenas nítida tristeza.

Faz três dias que venho examinando sempre que posso as fotografias que você me mandou. Eu considero este grupo de uma beleza admirável. Do ponto de vista abstrato a composição das formas é tão firme, os ritmos são tão claros, o movimento é tão franco, tão leal, as luzes são tão intensamente vibrantes, o material está tão bem compreendido e sentido ... Do ponto de vista imagem o grupo é de uma felicidade excepcional. Repare o que há de juvenil nestas figuras, de sadio, de feliz, de alegria. E no entanto transpira um sentimento de dignidade humana e elas são graves e nobres. Não sei como o Giorgi conseguiu conservar essa nobreza tão grave dentro de um movimento tão decidido e quase rápido até. Mas você repare: não há um mais mínimo perigo de espevitamento. Nem de desperdício.

Esta é a minha opinião. Apaixonada sempre (não fosse minha' ...) mas com três dias de pensamento refletido a pressão baixa. Com a maior lealdade sempre amiga de

Mário de Andrade

São Paulo, 8.1.1944

Meu caro Capanema,

Venho lhe agradecer seu telegrama tão amigo. Sei que você não tem se esquecido de torcer pela minha saúde nessa sua vida tão cheia de trabalho, e isso me conforta muito. Agora que me sinto entrado francamente na convalescença, venho lhe comunicar essa saúde nova e nova reentrada no trabalho. Tenho certeza que isso lhe dará prazer.

Com a maior gratidão e fidelidade amiga de

Mário de Andrade

Bibliografia Ampliada :

Referências Bibliográficas:

- BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOBBIO, N.: *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Editora da UNESP, 1997.
- _____: “*O conceito de sociedade civil*”, tradução: Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- _____: “*Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*”, tradução: Marco Aurélio Nogueira, São Paulo, Editora UNESP, 1997.
- BOMENY, H.: “*Os Intelectuais da Cultura*”. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2003.
- _____: “*Guardiães da Razão: Modernistas Mineiros*”. Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.
- BOTELHO, A.: “*Poder Ideológico e Estado Nação*”. In: “*O Brasil e os dias: Estado-Nação, Modernismo e Rotina Intelectual*”. Bauru, EDUSC, 2005. pp.43-77.
- BOURDIE, P.: “*A economia das trocas simbólicas*”; São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.
- CANDIDO, A. “*Literatura e Sociedade*”, São Paulo, Editora Nacional, 1980.
- CARDOSO, I. R. “*A universidade de comunhão paulista*”. Autores Associados/Cortez, São Paulo, 1982.
- CAVALCANTI, L. “*Encontro moderno: volta futura ao passado*”. In: “*A invenção do patrimônio*”. Rio de Janeiro. IPHAN, 1995.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. “*Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais*”, Cortez e Moraes, São Paulo, 1978.
- GELLA, A. (ed): “*The Intelligentsia and the Intellectuals*”. Londres, Sage Studies in International Sociology, 1976.
- GOMES, A.C & VELLOSO, M. P.: “*Estado Novo, ideologia e poder.*” Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

- GOMES. A. C. (org.) & VELLOSO, M. P. & OLIVEIRA, L. L.: “*Estado Novo: Ideologia e Poder*”. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- _____: “*História e Historiadores: A Política Cultural do Estado Novo*”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.
- GRAMSCI, A: “*Os Intelectuais e a Organização da Cultura*”. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978.
- _____: “*Maquiavel, A política e o Estado Moderno*”, tradução: Luiz Mario Gazzaneo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- _____: “*Cadernos do Cárcere*”. Vol. I, edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho , co-edição: Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, 2º edição , Rio de Janeiro, Civilização Brasileira , 2001.
- _____: “*Cadernos do Cárcere*”. Vol. III, edição e tradução : Carlos Nelson Coutinho , co-edição: Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, 2º edição , Rio de Janeiro, Civilização Brasileira , 2000.
- _____: “*Cadernos do Cárcere*”. Vol. V , edição e tradução : Luiz Sergio Henriques, co-edição: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira, 2º edição , Rio de Janeiro, Civilização Brasileira , 2002.
- _____: “*Passato e Presente*”, Torino, Einaudi, 1966.
- LAHUERTA, M. : “*Intelectuais e transição : entre a política e a profissão*” Tese (Doutorado em Ciência Política) , FFLCH-USP, São Paulo, 1999, digitada.
- _____: “*Elitismo, Autonomia , Populismo: Os Intelectuais na Transição dos Anos 40*” Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UNICAMP, 1992.
- _____: “*Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização*”, In: DE LORENZO, H.C.& COSTA, W.P. (org): “*A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*”, São Paulo, Fundação Editora UNESP, 1997.
- _____: “*Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil.*” *Cadernos AEL: tempo de ditadura*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v. 8, n. 14/15, 2001, p. 53-96.

- LAMOUNIER, B.: “*Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação*”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. V.9. São Paulo: DIFEL, 1985
- MANNHEIM, K.: “*Ideologia e Utopia*”. Tradução: Sergio Magalhães, Rio de Janeiro , 1968.
- _____: “*O Homem e a Sociedade: estudos sobre a estrutura da sociedade moderna*”, tradução : Waltensir Dutra, Rio de Janeiro , Zahar Editores,1962.
- _____: “*O Pensamento Conservador*”, IN: MARTINS, J. S.: “*Introdução crítica à sociologia rural*”, São Paulo , Hucitec , 1981.
- _____: “*Sociologia da cultura*” , tradução: Roberto Gambini, São Paulo: Perspectiva,2004.
- MARTINS, L. : “*A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil –1920-1940*” IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, São Paulo, p 65-87, 1987.
- MARTINS, W. : “*História da Inteligência Brasileira (1915-1933)*. Vol. VI. São Paulo, Editora Cultrix (Editora USP), 1978.
- MEDEIROS, J. “*Ideologia autoritária no Brasil(1930-1945)*”. Fundação Getúlio Vargas,1978.
- MICELI, S. : “*Os Intelectuais e a Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*”. São Paulo, Editora DIFEL, 1979.
- _____: “*Estado e Cultura no Brasil*”. São Paulo, Editora DIFEL, 1984.
- _____: “*Intelectuais à Brasileira*”. São Paulo, Editora Cia das Letras, 2001.
- _____: “*Ideologia, Aparelhos do Estado e Intelectuais em Gramsci*”. São Paulo, EAESP, 1981.
- NOGUEIRA, M. A.: “*As Possibilidades da Política: Ideias para reforma democrática do Estado*”, São Paulo, Paz e Terra, 1998.
- PÉCAUT, D. : “*Os intelectuais e a política no Brasil : entre o povo e nação*”. São Paulo , Editora Ática , 1990.
- PORTELLI, H.: “*Gramsci e o bloco histórico*”. Tradução: Angelina Peralva, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

- REIS, E.P.: “O Estado Nacional como ideologia : o caso brasileiro. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1(2), 1998.
- SCHWARTZMAN, S. (org) & BOMENY, H. & COSTA, V. M. : “*Tempos de Capanema*”. São Paulo, EDUSP, 1984.
- VELLOSO, M. P. : “*Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo*”. Rio de Janeiro, CPDOC-HCB (Fundação Getulio Vargas), 1987.
- VIANNA, L. W. : “*A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*”. Rio de Janeiro, Revan, 1997.

Levantamento Bibliográfico :

- AMARAL, A F.G : “*Artífices da Reconciliação: Intelectuais e Vida Pública no Pensamento de Mário de Andrade*” Rio de Janeiro, PUC, 1997. (Dissertação de Mestrado de História)
- BARBALHO, A.: “*Relações entre Estado e Cultura no Brasil*”. Ijuí, Editora UNIJUI, 1998.
- _____: “Estado Nacional e Cultura Nacional: Dois Momentos Paradigmáticos” IN: BARREIRA, Irllys & VIEIRA, Sulamita (orgs):” *Cultura e Política: Tecidos do Cotidiano Brasileiro*”. (p.77-98). Fortaleza, Editora Universidade Federal do Ceará, 1999.
- _____: “*Estado Autoritário Brasileiro e Cultura Nacional: Entre a Tradição e a Modernidade*”. IN: Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, (p 71-82), n* 19, Porto Alegre, 2000.
- BOMENY, H. “*Patrimônios da Memória Nacional*”, IN: *Ideólogos do Patrimônio*, Rio de Janeiro, IBPC, 2001. p.1-14.
- CANDIDO, A.: “*A Revolução de 30 e Cultura*”. Novos Estudos, CEBRAP, vol. dois, n* 4, Abril /1984.

- CASTRO, S. : *“Teoria e Política do Modernismo Brasileiro”*. Petrópolis, Editora Vozes, 1979.
- FONSECA, M.C.L.: *“O patrimônio : trajetória da política federal de preservação no Brasil”*, Rio de Janeiro, UFRJ, IPHAN, 1997.
- MOTA, C. G.: *“Ideologia da Cultura Brasileira”*. São Paulo, Editora Ática, 1997.
- OLIVEIRA, L. L: *“As Raízes da Ordem: os Intelectuais, a Cultura e o Estado”*. IN: Seminário Internacional: A Revolução de 30. Brasília, UnB, 1983.
- _____: *“As festas que a República manda guardar”*, Rio de Janeiro. Estudos Históricos. Vol,2, nº4, p.172-189,1989.
- ORTIZ, R.: *“Cultura Brasileira e Identidade Nacional”*, São Paulo, Cultrix, 1994.
- PORTELLA, E.: *“O Intelectual e o Poder”*. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 1982.
- SCHWARTZMAN, S.: *“Formação da Comunidade Científica Brasileira”*. São Paulo, Editora Nacional-FINEP, 1979.
- _____: *“Ciência, Universidade e Ideologia: A Política do Conhecimento”*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- WEFFORT, F.: *“A Cultura e as Revoluções da Modernização”*. IN: Cadernos de Nosso Tempo, n* 1, Rio de Janeiro, Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.

Levantamento Bibliográfico Parcial sobre o Autor

- BADARÓ, M. : *“Gustavo Capanema: A Revolução da Cultura”*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2000.
- CAMPOS, A . L.V.: *“Políticas Internacionais de saúde na Era Vargas : o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)”* IN: GOMES, A . C. (org) : *“Capanema: o Ministro e seu Ministério”*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000.
- CAPANEMA, G. : *“Discursos e outros escritos”*. Rio de Janeiro, Pallas, 1980.

- _____: “*Pensamentos*”, Belo Horizonte, Governo do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado do Governo, Coordenadoria de Cultura, 1983.
- FRAIZ , P. : “Arquivos Pessoais e Projetos Autobiográficos : O Arquivo Gustavo Capanema” IN: GOMES, A . C. (org) :): “*Capanema: o Ministro e seu Ministério*”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000.
- GOMES, A. C.: “O ministro e sua correspondência : Projeto e Sociabilidade Intelectual”. IN : GOMES,A.C .(org): “*Capanema: o Ministro e seu Ministério*”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000.
- LACERDA, A .L. : “Fotografia e Propaganda Política : Capanema e o Projeto Editorial Obra Getuliana” IN: GOMES, A . C. (org) : “*Capanema: o Ministro e seu Ministério*”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000.
- HOCHMAN, G. & FONSECA, C. : “I Conferência Nacional de Saúde : reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado-Novo” IN: GOMES, A . C. (org) : “*Capanema: o Ministro e seu Ministério*”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000.
- HORTA, J.S.B. : “A I Conferência Nacional de Educação ou como monologar sobre educação na presença de educadores” IN: GOMES, A . C. (org) :): “*Capanema: o Ministro e seu Ministério*”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000.
- LISSOVSKY, M . & SÁ, P.S.M. : “O Novo em Construção : o Edifício-sede do Ministério de Educação e Saúde e a disputa do espaço arquitetável nos anos 1930” IN: GOMES, A . C. (org): “*Capanema: o Ministro e seu Ministério*”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000.
- SOUSA, C. P. : “Saúde , Educação e Trabalho de Crianças e Jovens : a Política Social de Getulio Vargas” IN: GOMES, A . C. (org) : “*Capanema: o Ministro e seu Ministério*”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000.
- WILLIANS, D. : “Gustavo Capanema : Ministro da Cultura” IN: GOMES, A . C. (org) : “*Capanema: o Ministro e seu Ministério*”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000.